



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

URGENTE

Ministério do Meio Ambiente

Processo Nº 02000.001452/2014-48

Unid.Autuadora: SECEX/SPOA/CGGA/DIATA/SEPRO

Interessado: Secretaria do Planejamento e Orçamento do Estado do Maranhão (SEPLAN)

Resumo: Acordo de Cooperação Técnica entre o MMA, por meio da SEDR, e o Estado do Maranhão, por meio da SEPLAN, visando a elaboração e implementação do ZEE do Estado do Maranhão. 1º Volume.

CÓDIGO:




INTERESSADO:

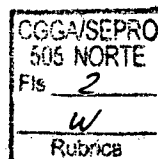
ASSUNTO:

OUTROS DADOS:

M O V I M E N T A Ç Õ E S

S _E Q.	SIGLA	CÓDIGO	DATA	S _E Q.	SIGLA	CÓDIGO	DATA
01	DZ +		03/06/19	19			/ /
02			/ /	20			/ /
03			/ /	21			/ /
04			/ /	22			/ /
05			/ /	23			/ /
06			/ /	24			/ /
07			/ /	25			/ /
08			/ /	26			/ /
09			/ /	27			/ /
10			/ /	28			/ /
11			/ /	29			/ /
12			/ /	30			/ /
13			/ /	31			/ /
14			/ /	32			/ /
15			/ /	33			/ /
16			/ /	34			/ /
17			/ /	35			/ /
18			/ /	36			/ /

 MMA	GUIA DE PROVIDÊNCIA DE DOCUMENTO - GPD	Nº	CGGA/SEPRO 505 NORTE
		Data:	Fis. <u>1</u> <u>14</u> Rubrica
IDENTIFICAÇÃO			
Tipo e Número Ofício nº 064/2014-GAB/SEPLAN		MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE Processo Nº 02000.001452/2014-48 Unid.Autuadora: SECEX/SPOA/CGGA/DIATA/SEPRO Interessado: Secretaria do Planejamento e Orçamento do Estado do Maranhão (SEPLAN) Resumo: Acordo de Cooperação Técnica entre o MMA, por meio da SEDR, e o Estado do Maranhão, por meio da SEPLAN, visando a elaboração e implementação do ZEE do Estado do Maranhão. 1º Volume. 03/06/2014, 16:27:59	
Procedência Departamento de Zoneamento Territorial (DZT/SEDR)			
Registro 00000.013980/2014-00			
Interessado Secretaria do Planejamento e Orçamento do Estado do Maranhão (SEPLAN)			
Assunto Acordo de Cooperação Técnica entre o MMA, por meio da SEDR, e o Estado do Maranhão, por meio da SEPLAN, visando a elaboração e implementação do ZEE do Estado do Maranhão.			
PROVIDÊNCIAS			
<input checked="" type="radio"/> Autuação <input type="radio"/> Arquivamento <input type="radio"/> Abertura de volume <input type="radio"/> Encerramento de volume <input type="radio"/> Desarquivamento <input type="radio"/> Reconstituição do processo nº _____ <input type="radio"/> Outros _____			
Justificativa (no caso de reconstituição do processo)			
Nome e ramal para contato após providência: Bruno Abe Saber Miguel - ramal 1214			
AUTENTICAÇÃO			
Solicitante Data: <u>03</u> / <u>06</u> / <u>2014</u> Bruno Abe Saber Miguel Gerente do Programa ZEE Brasil MMA  Carimbo/Assinatura		Protocolo Central/Unidade Protocolizadora Recebi em: <u>03</u> / <u>06</u> / <u>2014</u> . Hora: <u>16</u> : <u>12</u> -  Demer Da Assunção Agente Administrativo SEPRO/DSG/CGGA	
Via Única		SECEX/SPOA/CGGA	



Ministério do Meio Ambiente

Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - Apoio Administrativo

Protocolo Geral Nº 00000.013980/2014-00

Data do Protocolo: 12/05/2014

Hora do Protocolo: 16:27:22

Nº do Documento: 64

Data do Documento: 04/04/2014

Tipo do Documento: OFICIO

Procedência: [GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO/ SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO]

Signatário/Cargo: JOAO BERNARDO DE AZEVEDO BRINGEL

Resumo: PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Cadastramento: [Ministério do Meio Ambiente] [Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - Apoio Administrativo] [Ozil Oliveira Sousa Junior] [3344]

REGISTRE A TRAMITAÇÃO. - TRAMITE O DOCUMENTO ORIGINAL. - RACIONALIZE: EVITE TIRAR CÓPIAS.

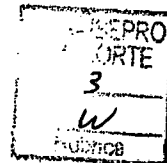
REGISTRAR OS DOCUMENTOS ANEXADOS NAS TRAMITAÇÕES

DOCUMENTOS APENSADOS

1º <i>AO DZT</i> <i>Para conhecimento e demais providências. Att. 12/05/14</i> Anna Roque Chefe de Divisão SEDR/MMA Matrícula: 1727242	2º <i>Gerência de FET</i> <i>para providências.</i> <i>[Assinatura]</i> Adalberto Eberhard Diretor do Depto de Zoneamento Territorial SEDR/MMA 15/05/14
3º	4º
5º	6º



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO



OFICIO Nº 064/2014-GAB/SEPLAN

São Luis, 04 de abril de 2014.

A Sua Excelência o Senhor

PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL

Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente

Esplanada dos Ministérios, Bloco B Sala 700

70.068 900 – Brasília/DF

Assunto: Proposta de Celebração de Acordo de Cooperação Técnica

Senhor Secretário,

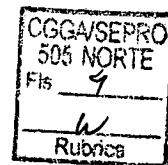
O Governo do Estado do Maranhão em atendimento ao novo Código Florestal (Lei Federal nº 12.651/2012), que estabeleceu um prazo de 5(cinco) anos para que todos os estados brasileiros elaborem e aprovelem seus zoneamentos ecológico-econômicos (ZEE's), de acordo com metodologia consagrada nacionalmente nas Diretrizes para o Zoneamento Ecológico – Econômico do Brasil (2006), definidas pelo Ministério de Meio Ambiente – MMA, tomou a decisão de elaborar o seu Zoneamento Ecológico – Econômico na escala de 1:250.000 a partir do corrente ano.

Além disso, informamos que o Estado do Maranhão concluiu o Macrozoneamento Ecológico - Econômico (MACROZEE), na escala de 1:1.00.000 em março de 2014, trabalho este executado por contrato com a EMBRAPA através do Centro de Pesquisa de Monitoramento por Satélite e coordenado pela Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento – SEPLAN em parceria com diversos órgãos públicos e entidades da sociedade civil. Ressaltamos que em todo este processo a SEPLAN teve a colaboração permanente do Ministério do Meio Ambiente, através do Departamento de Zoneamento Territorial / Gerência de Zoneamento Ecológico Econômico na pessoa do Dr. Bruno Abe Saber Miguel. E neste momento o MacroZEE encontra-se em fase final de institucionalização para dar início a sua efetiva implementação.

Outrossim, informamos que após a elaboração do Termo de Referência do Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE, na escala 1:250.000, o Governo do Estado está submetendo-o à Consulta Pública e, em seguida, a um Audiência Pública visando colher subsídios ao seu aperfeiçoamento, antes de dar início ao processo licitatório.



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO



Diante da importância do ZEE para o Maranhão tanto por ser um Estado que apresenta uma diversidade de recursos naturais em vários biomas como pelo momento impar que atravessa a sua economia com investimentos públicos e privados da ordem de 130 bilhões de reais e ter apresentado em 2011 um crescimento do PIB superior a 10% valor este acima das médias nordestina e brasileira é que estamos manifestando oficialmente o nosso interesse em firmar o Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre o Ministério de Meio Ambiente (MMA) e o Governo do Estado do Maranhão, por intermédio da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento – SEPLAN, nos termos que a legislação vigente exige, visando receber o apoio e suporte técnico para a elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico e Econômico do Estado do Maranhão (ZEE/MA) na escala de 1:250.000, em articulação com os Macrozoneamentos Ecológico-Econômicos da Amazônia Legal, do Bioma Cerrado e do Estado do Maranhão.

Certos que poderemos contar mais uma vez com a colaboração inestimável da União representada por este Ministério, aproveitamos a oportunidade para renovar nossos mais elevados protestos de estima e apreço.

Atenciosamente,


JOÃO BERNARDO DE AZEVEDO BRINGEL
Secretário de Estado do Planejamento
e Orçamento

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, REPRESENTADA PELO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, E O ESTADO DO MARANHÃO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, VISANDO A ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO

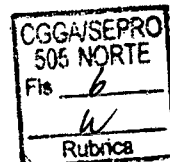
O **GOVERNO FEDERAL**, representado pelo **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA**, órgão da Administração Pública Federal, nos termos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e do Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, inscrito no CNPJ sob o nº 37.115.375/0001-07, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco B, Brasília/DF, CEP: 70.068-901, por intermédio de sua **SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - SEDR**, neste ato representada por seu Secretário, **PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL**, portador da Cédula de Identidade nº 675.375 (SSP/MS), inscrito no CPF sob o nº 313.278.261-00 e nomeado Secretário pela Portaria nº 365, publicada no Diário Oficial da União em 13 de abril de 2012, e conforme delegação de competência constante da Portaria nº 292, de 23 de maio de 2007, residente e domiciliado na SQS 403, Bloco N, Apto. 202, Asa Sul, Brasília/DF, CEP: 70.237-140, e o **GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - SEPLAN**, órgão da Administração Pública Estadual, inscrita no CNPJ sob o nº 05.022.633/0001-14, neste ato representada por seu Secretário, **JOÃO BERNARDO DE AZEVEDO BRINGEL**, portador da Cédula de Identidade nº 347.376 (SSP/AM), inscrito no CPF sob o nº 224.830.041-72 e nomeado Secretário por meio de publicação no Diário Oficial do Estado em 03 de maio de 2012, **RESOLVEM** celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, que será regido pelos princípios de direito público e, no que couber, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas posteriores alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto estabelecer cooperação técnica entre o MMA, por intermédio da SEDR, e o Governo do Estado do Maranhão, por intermédio da SEPLAN, visando a elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Estado do Maranhão, na escala de 1:250.000, em articulação com os Macrozoneamentos Ecológico-Econômicos da Amazônia Legal, do Bioma Cerrado e do Estado do Maranhão.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO

Os objetivos, justificativas, desenvolvimento, etapas e prazos de execução do objeto constante da Cláusula Primeira encontram-se estabelecidos no Plano de Trabalho em anexo, que é parte integrante deste instrumento, para todos os fins de direito, independentemente de sua transcrição.



CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPE

A fim de alcançar os objetivos estabelecidos neste Acordo, constituem compromissos e responsabilidades dos partícipes, no Âmbito de suas respectivas competências institucionais:

I – Compete ao Ministério do Meio Ambiente, por intermédio da SEDR:

a) obedecer e fazer obedecer os pressupostos técnicos e institucionais do Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil, de acordo com os Decretos nº 4.297, de 10 de julho de 2002, e nº 6.288, de 06 de dezembro de 2007;

b) coordenar tecnicamente o Grupo de Trabalho Permanente para a Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico, denominado de Consórcio ZEE Brasil, mediando a participação das instituições que o compõem na execução do Plano de Trabalho previsto neste Acordo;

c) assistir o Estado do Maranhão no desenvolvimento das diversas etapas de elaboração e implementação do ZEE do Estado do Maranhão;

d) colocar à disposição do Governo do Estado do Maranhão as bases de informações do MacroZEE da Amazônia Legal, do MacroZEE do bioma Cerrado e dos demais programas, planos e projetos de sua responsabilidade, convergentes com as atividades do Plano de Trabalho previsto neste Acordo;

e) definir equipe técnica para, juntamente com o Governo do Estado do Maranhão, fazer o acompanhamento da execução do Plano de Trabalho relativo ao presente Acordo de Cooperação Técnica;

f) discutir com o Governo do Estado do Maranhão o Plano de Trabalho relativo ao presente Acordo de Cooperação Técnica;

g) observar o Plano de Trabalho acordado e aprovado, em conjunto com o Governo do Estado do Maranhão;

h) viabilizar meios para implementação das atividades previstas no Plano de Trabalho deste Acordo de Cooperação Técnica; e

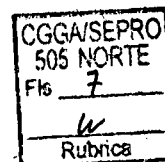
i) disponibilizar ao Governo do Estado do Maranhão, dois bolsistas durante o período de elaboração do ZEE do Estado do Maranhão.

II – Compete ao Governo do Estado do Maranhão, por intermédio da SEPLAN:

a) articular a Comissão Estadual de ZEE e o Comitê Técnico-Científico do ZEE do Estado do Maranhão, com a finalidade de supervisionar e avaliar a elaboração e implementação do ZEE do Estado do Maranhão;

b) definir arranjos institucionais para inserção do MacroZEE e do ZEE do Estado do Maranhão em programas, planos, políticas e projetos, públicos e privados, com vistas a promover a implementação do zoneamento;

c) realizar atividades de sensibilização e capacitação de gestores públicos e privados para o uso e aplicação da base de informações do MacroZEE e do ZEE do Estado do Maranhão;



d) definir meios que assegurem a divulgação, o acesso e o compartilhamento da base de informações do MacroZEE e do ZEE do Estado do Maranhão;

e) definir equipe técnica para, juntamente com o MMA, fazer o acompanhamento da execução do Plano de Trabalho relativo ao presente Acordo de Cooperação Técnica;

f) discutir com o MMA o Plano de Trabalho relativo ao presente Acordo de Cooperação Técnica;

g) observar o Plano de Trabalho acordado e aprovado, em conjunto com o MMA; e

h) viabilizar meios para implementação das atividades previstas no Plano de Trabalho deste Acordo de Cooperação Técnica;

i) selecionar e supervisionar o trabalho dos dois bolsistas disponibilizados pelo MMA à SEPLAN durante o período de elaboração do ZEE do Estado do Maranhão.

CLÁUSULA QUARTA - DA RESPONSABILIDADE DOS PARTÍCIPES

Cada Partícipe responsabiliza-se pelas ações e/ou omissões praticadas por seus agentes, na execução do objeto deste Acordo de Cooperação técnica, obrigando-se a reparar os danos porventura causados à outra parte ou a terceiros.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente Acordo de Cooperação não gera obrigações financeiras de qualquer espécie, nem transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

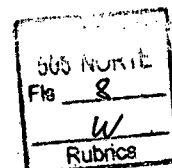
Parágrafo único. Eventuais despesas necessárias à consecução do objeto deste Acordo, tais como às relacionadas a pessoal, deslocamento, viagens, comunicação entre os Partícipes e outras que se fizerem necessárias, serão assumidas pelos Partícipes dentro de suas respectivas atribuições e cobertas pelas dotações específicas dos respectivos orçamentos.

CLÁUSULA SEXTA - DO PESSOAL

Os recursos humanos a serem utilizados na execução dos termos do presente Acordo não sofrerão qualquer alteração na sua vinculação institucional ou empregatícia por desempenho de atividades relacionadas ao cumprimento deste Instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO DOS TRABALHOS

Os resultados técnicos e todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica decorrente de trabalhos no âmbito do presente Instrumento serão atribuídos aos Partícipes, sendo vedada a sua divulgação total ou parcial sem o consentimento prévio e formal dos Partícipes.



CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICIDADE

Os Partícipes assumem o compromisso, de comum acordo, de divulgar a sua participação no presente Acordo de Cooperação Técnica, fazendo constar seus nomes em folhetos, cartazes, peças promocionais e em todos os meios de publicidade utilizados na promoção do objeto deste Instrumento, nos termos do Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008 e da Instrução Normativa nº 2, de 15 de dezembro de 2009, da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República, ficando vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que possam caracterizar promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

O presente Acordo de Cooperação Técnica terá a vigência de 03 (três) anos, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, através de Termo Aditivo, se houver interesse dos partícipes.

CLÁUSULA DEZ - DAS ALTERAÇÕES

Este Acordo de Cooperação Técnica, bem como o seu Plano de Trabalho poderão ser alterados, de comum acordo entre os Partícipes, durante sua vigência, mediante Termo Aditivo, devidamente justificado, desde que tal interesse seja manifesto previamente por escrito, sendo vedada a alteração de seu objeto.

CLÁUSULA ONZE - DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, fica consignado que os partícipes indicarão servidores responsáveis pelo acompanhamento da fiel execução do presente Acordo de Cooperação Técnica.

CLÁUSULA DOZE - DOS CASOS OMISSOS

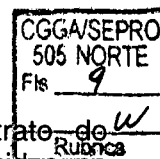
Os casos omissos e as dúvidas porventura surgidas, em decorrência da operacionalização deste Instrumento, serão resolvidos mediante acordo entre os Partícipes.

CLÁUSULA TREZE - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

O presente Instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, em caso de superveniência de norma legal que o torne impraticável, ou pelo não cumprimento das obrigações ora assumidas, ou denunciado por consenso dos Partícipes, a qualquer tempo, mediante notificação expressa com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Fica assegurado o prosseguimento e conclusão dos trabalhos em curso, salvo decisão contrária acordada entre os Partícipes.

CLÁUSULA QUATORZE - DA PUBLICAÇÃO



Caberá ao Ministério do Meio Ambiente providenciar a publicação, do extrato do presente Acordo no Diário Oficial da União na forma da lei e prazo estabelecidos no parágrafo único, do art. 61, da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA QUINZE - DA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Na eventualidade de ocorrerem controvérsias entre os Partícipes com respeito à interpretação e/ou cumprimento do presente Acordo, os partícipes concordam preliminarmente em solucioná-los administrativamente com a submissão do caso à Câmara de Conciliação da Administração Federal da Advocacia-Geral da União-AGU, na forma do art. 4º, inciso XI da Lei Complementar nº 73, de 10 de setembro de 1993 e do Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DO FORO

Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Acordo de Cooperação Técnica, que não possam ser resolvidas pela mediação administrativa, é competente o foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal.

E, assim, por estarem justos e acordados, os Partícipes firmam o presente Instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo qualificadas, para que produza os efeitos legais.

Brasília/DF, _____ de _____ de 2014.

PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL
Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento
Rural Sustentável - SEDR

JOÃO BERNARDO DE AZEVEDO BRINGEL
Secretário de Estado do Planejamento e
Orçamento – SEPLAN

TESTEMUNHAS:

Nome: Marco Aurélio de Sousa Martins
CPF nº: 095.035.873-87
CI nº: 50864196-9

Nome: Bruno Siqueira Abe Saber Miguel
CPF nº: 060.610.126-83
CI nº: 12338626

PLANO DE TRABALHO



1. DESCRIÇÃO

Título:

Elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Estado do Maranhão (escala de 1:250.000).

Prazo para execução:

03 (três) anos.

Identificação do objeto:

O ZEE constitui um instrumento estratégico, de cunho técnico e político, destinado a promover o desenvolvimento regional sustentável e, particularmente, a combater os problemas decorrentes da ocupação territorial desordenada, em especial o uso não sustentável dos recursos naturais. Atua, ainda, como subsídio para negociações democráticas entre órgãos governamentais, o setor privado e a sociedade civil sobre um conjunto de políticas públicas para o desenvolvimento regional sustentável.

Para tanto, o ZEE do Estado do Maranhão realizará, com diferentes níveis de detalhamento, a caracterização dos meios físico-biótico, socioeconômico e jurídico-institucional do estado, avaliando as limitações e potencialidades do território com vistas à definição de uma proposta de gestão territorial pactuada com os diversos órgãos do poder público e da sociedade civil maranhense.

Nesse processo, é fundamental que a elaboração e validação dos produtos que integram o ZEE do Estado do Maranhão, conforme estabelecido nas metas enumeradas no Plano de Trabalho, sejam feitas a partir da metodologia estabelecida pelo governo federal, em consonância com o que dispõe o novo Código Florestal (lei federal nº 12.651/2012), e estejam articuladas com as demais iniciativas de ZEE que têm o Estado do Maranhão como área de abrangência, quais sejam, o MacroZEE da Amazônia Legal e o MacroZEE do bioma Cerrado.

Nesse contexto a parceria com o MMA reveste-se de fundamental importância em função da experiência de seus técnicos e do volume de informações disponíveis no âmbito do Governo Federal, particularmente no MMA, que podem ser utilizadas em favor da implantação do ZEE do Maranhão bem como em outros projetos e estudos a serem desenvolvidos no Estado do Maranhão.

O cumprimento das metas será apoiado, também, pelos demais órgãos e autarquias do MMA e pelas instituições que integram o Consórcio ZEE Brasil, a partir dos pressupostos técnicos e institucionais do Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil, estabelecidos nos Decretos nº 4.297, de 10 de julho de 2002, e nº 6.288, de 06 de dezembro de 2007.

2. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO – dias a partir da assinatura do Acordo

FASES E METAS	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FÍSICO	DURAÇÃO (dias*)	
		Unid.	Início	Fim
FASE 1	Diagnósticos e proposta de gestão do ZEE do Estado do Maranhão		1	320
META 1	Mapas temáticos e relatórios técnicos do meio físico-biótico do Estado do Maranhão	Mapas e relatórios elaborados	1	60
META 2	Mapas temáticos e relatórios técnicos dos meios socioeconômico e jurídico-institucional do Estado do Maranhão	Mapas e relatórios elaborados	60	120
META 3	Mapas temáticos e relatórios de potencialidade e fragilidade natural, tendências de ocupação e articulação regional e condições de vida da população	Mapas e relatórios elaborados	120	180
META 4	Cenários tendenciais e alternativos para o Estado do Maranhão	Cenários elaborados	180	240
META 5	Mapa de gestão territorial e diretrizes gerais e específicas de uso	Mapa e diretrizes elaborados	240	300
META 6	Oficina de validação do mapa de gestão territorial e das diretrizes gerais e específicas junto à Comissão Estadual de ZEE e ao Comitê Técnico-Científico do ZEE do Estado do Maranhão	Oficina realizada	300	320
FASE 2	Discussão e institucionalização do ZEE do Estado do Maranhão e disponibilização das informações geradas ao longo de sua execução		320	680
META 7	Audiências públicas de apresentação e discussão do ZEE do Estado do Maranhão	Audiências públicas realizadas	320	380
META 8	Seminário final de apresentação e validação do ZEE do Estado do Maranhão pela Comissão Estadual de ZEE e pelo Comitê Técnico-Científico do ZEE do Estado do Maranhão	Seminário realizado	380	420
META 9	Plano de ação do ZEE do Estado do Maranhão	Plano de ação elaborado	420	480

META 10	Marco legal que institui o ZEE do Estado do Maranhão	Marco legal elaborado	480	
META 11	Disponibilização em ambiente web do banco de dados do ZEE do Estado do Maranhão	Banco de dados disponibilizado	510	590
META 12	Capacitação de gestores públicos e privados para o uso e aplicação da base de informações do ZEE do Estado do Maranhão	Cursos de capacitação realizados	590	680
FASE 3	Apreciação do ZEE do Estado do Maranhão pela Comissão Coordenadora do ZEE do Território Nacional (CCZEE)		680	800
META 13	Análise do ZEE do Estado do Maranhão pelo MMA, para posterior encaminhamento à CCZEE	Parecer sobre o ZEE elaborado	680	740
META 14	Apreciação do ZEE pela CCZEE, para fins de uniformidade e compatibilização com as políticas públicas federais	Ata da reunião da CCZEE elaborada	740	800

OBS: (*) dias a partir da assinatura do Acordo.

E, para validade do que pelos partícipes foi pactuado, firma-se este **PLANO DE TRABALHO**, em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Brasília/DF, _____ de _____ de 2014.

PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL
Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento
Rural Sustentável

JOÃO BERNARDO DE AZEVEDO BRINGEL
Secretário de Estado do Planejamento e
Orçamento – SEPLAN

TESTEMUNHAS:

Nome: Marco Aurélio de Sousa Martins
CPF nº: 095.035.873-87
CI nº: 50864196-9

Nome: Bruno Siqueira Abe Saber Miguel
CPF nº: 060.610.126-83
CI nº: 12338626



Art. 1º- Fica mantida a redação do art. 94 da Lei nº 6.107, de 27 de julho de 1994, com redação dada pela Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998.

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2011.

Manda, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente Lei pertencerem, que a cumpram e a façam cumprir na forma em que se encontra redigida. O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, a faça imprimir, publicar e correr.

PLENÁRIO DEPUTADO "NAGIB HAICKEL" DO PALÁCIO "MANOEL BEQUIMÃO", EM 28 DE FEVEREIRO DE 2011.

Deputado ARNALDO MELO
Presidente

(MEDIDA PROVISÓRIA Nº 082, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010)

LEI Nº 9.340, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2011

Dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e dá outras providências.

Faço saber que a Governadora do Estado do Maranhão adotou a Medida Provisória nº 082 de 14 de dezembro de 2010, que a Assembleia Legislativa do Estado aprovou, e eu, Deputado ARNALDO MELO, Presidente, da Assembleia Legislativa do Estado, para os efeitos do disposto no art. 42, da Constituição Estadual com a nova redação dada com a Emenda Constitucional nº 038/2003, combinado com o art. 11, da Resolução Legislativa nº 450/2004, promulgo a seguinte Lei:

TÍTULO: I
Da Reforma Administrativa

CAPÍTULO: I
Dos objetivos

Art. 1º - A Reforma Administrativa no Poder Executivo tem como objetivos:

I. consolidar as condições de governabilidade e governança do Estado;

II. readequar a estrutura organizacional do Poder Executivo e as práticas de gestão pública às exigências do desenvolvimento econômico e social sustentável do Estado;

III. ampliar a participação da sociedade na formulação, no acompanhamento e na avaliação das políticas públicas;

IV. assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade dos programas e projetos governamentais, sobretudo aqueles ligados à garantia de direitos individuais ou coletivos e combate à pobreza, notadamente nas áreas de educação, saúde, segurança e geração de emprego e renda;

V. melhorar a qualidade do atendimento ao cidadão;

VI. facilitar, democratizar e universalizar o acesso aos serviços públicos;

VII. ampliar e aperfeiçoar os instrumentos de transparência e controle da gestão pública;

VIII. valorizar a atuação dos servidores públicos estaduais;

IX. restabelecer e consolidar a descentralização da gestão pública, de modo a favorecer a interiorização do desenvolvimento e a redução das desigualdades intra e inter-regionais;

X. favorecer a articulação do Governo Federal com o Governo do Estado e deste com os municípios na formulação e implementação de políticas públicas;

XI. garantir a continuação e a consolidação do ajuste fiscal do Estado, visando à manutenção do equilíbrio das contas públicas e ao aumento da capacidade de investimento.

CAPÍTULO: II
Da Extinção de Órgãos

Art. 2º Ficam extintos:

I. a Secretaria de Estado da Administração e Previdência Social - SEAPS;

II. o Conselho Regional de Desenvolvimento - CRD.

CAPÍTULO: III
Da Missão e da Estrutura do Poder Executivo

Art. 3º -A missão do Poder Executivo do Estado do Maranhão é formular, implementar, avaliar e controlar políticas públicas, planos, programas, projetos e ações que contribuam para o cumprimento da Constituição Estadual e da legislação específica, em harmonia com os Poderes e articulação com as esferas de governo.

Art. 4º - A atuação governamental destina-se à melhoria das condições socioeconômicas da coletividade, considerando e valorizando as diversidades culturais e geoambientais bem como as potencialidades locais e regionais, visando à sua compatibilização com as políticas nacionais de desenvolvimento.

Art. 5º- O Poder Executivo Estadual, reorganizado na forma desta Lei, é composto pelos órgãos da administração direta e pelas entidades da administração indireta, com a finalidade de prestar os serviços públicos de sua competência, objetivando o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população.

Art. 6º - Aos órgãos da administração direta compete o assessoramento direto ao Governador do Estado bem como a coordenação e controle dos negócios públicos, formulação e implementação de políticas públicas, a supervisão, coordenação, acompanhamento e avaliação dos planos, programas, projetos e ações.

Art. 7º - As entidades da administração indireta têm competências setoriais específicas de implementação de políticas públicas, sob a supervisão sistêmica da administração direta.

Art. 8º - A administração direta é composta pelas Secretarias de Estado, pelos órgãos colegiados e pelos demais órgãos diretamente subordinados ao Governador.

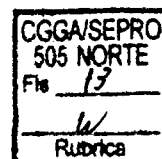
Seção: I
Da Criação de Órgãos e Alteração de Denominação

Art. 9º - Ficam criados os seguintes órgãos:

I. Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária - SEJAP;

II. Comissão Central Permanente de Licitação - CCL;

III. Conselhos de Articulação Regional - CAR.





Art. 10. Ficam alteradas as denominações das seguintes Secretarias de Estado:

I. Secretaria de Estado de Coordenação Política e Articulação com os Municípios para Secretaria de Estado de Assuntos Políticos - SEAP;

II. Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento para Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLAN;

III. Secretaria de Estado da Indústria e Comércio para Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio - SEDIC;

IV. Secretaria de Estado de Esporte e Juventude para Secretaria de Estado do Esporte e Lazer - SEDEL;

V. Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Desenvolvimento Tecnológico para Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SECTEC.

Seção: II
Da Administração Direta

Art. 11. Integram a estrutura da administração direta os órgãos e Secretarias de Estado, agrupados nos seguintes Núcleos Institucionais Estratégicos:

I. Governadoria:

- a) Casa Civil - CC;
- b) Procuradoria-Geral do Estado - PGE;
- c) Secretaria de Estado de Assuntos Políticos - SEAP;
- d) Controladoria-Geral do Estado - CGE;
- e) Corregedoria-Geral do Estado - COGE;
- f) Comissão Central Permanente de Licitação - CCL;
- g) Secretaria de Estado da Comunicação Social - SECOM;

II - Gestão Instrumental e Desenvolvimento Institucional:

a) Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLAN;

b) Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ;

III. Defesa da Sociedade e Acesso à Justiça pelo Cidadão:

- a) Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP;
- b) Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária - SEJAP;

IV. Gestão de Políticas Públicas de Desenvolvimento Econômico e Social:

- a) Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SECTEC;
- b) Secretaria de Estado da Cultura - SECMA;
- c) Secretaria de Estado da Educação - SEDUC;
- d) Secretaria de Estado da Infraestrutura - SINFRA;

e) Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMA;

f) Secretaria de Estado da Mulher - SEMU;

g) Secretaria de Estado da Saúde - SES;

h) Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano - SECID;

i) Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca - SAGRIMA;

j) Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - SEDAGRO;

k) Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social - SEDES;

l) Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio - SEDINC;

m) Secretaria de Estado do Esporte e Lazer - SEDEL;

n) Secretaria de Estado do Trabalho e da Economia Solidária - SETRES;

o) Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Cidadania - SEDIHC;

p) Secretaria de Estado do Turismo - SETUR.

Art. 12. As Secretarias de Estado são estruturadas em até quatro níveis, a saber:

I. Administração Superior, composta:

a) pelo Secretário de Estado, com as funções de representação, liderança, direção, coordenação e articulação institucional;

b) pelos órgãos colegiados, com as competências de formulação, discussão, deliberação, acompanhamento, avaliação e controle de políticas públicas;

c) pelo Subsecretário;

II. Unidades de Assessoramento Direto ao Secretário de Estado, compreendendo:

a) Gabinete do Secretário, dirigido pelo Chefe de Gabinete, com as funções de dar apoio administrativo e coordenar o relacionamento social e administrativo do Secretário de Estado;

b) Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas, dirigida pelo Chefe da Assessoria, com as funções de prestar apoio técnico ao Secretário, realizar estudos de caráter geral e específico, exercer, no âmbito setorial, as atribuições de modernização administrativa, planejamento e programação orçamentária, acompanhamento e avaliação de planos, programas, projetos e ações;

c) Assessoria Jurídica;

III. Unidades de Suporte Operacional, com as funções de executar as atividades relativas a pessoal, material, patrimônio, serviços gerais, transporte oficial, informática, contabilidade, execução orçamentária e financeira;

IV. Unidades de Atuação Programática:



a) Secretarias-Adjuntas, dirigidas pelos Secretários-Adjuntos de cada área de atuação programática;

b) Superintendências, Supervisões, Serviços e demais unidades administrativas incumbidas das atividades finalísticas;

c) Unidades Executoras Descentralizadas, compreendendo as que se destinam ao cumprimento da missão da Secretaria de Estado, atendendo diretamente ou prestando serviço público ao cidadão.

§ 1º - O Governador do Estado definirá, por decreto, como Órgão Desconcentrado, aquele que, incumbido de atividade finalística da Secretaria de Estado, deva atuar em regime especial de autonomia relativa, sob supervisão e subordinação hierárquica ao Secretário de Estado.

§ 2º - As unidades atípicas, assim denominadas as instituídas por decreto do Poder Executivo, sob a forma de Comitê, Programa, Grupo de Trabalho, Comissão e assemelhados, subordinam-se ao Secretário de Estado da área a que sejam vinculadas.

Art. 13. Ficam criadas na estrutura da Casa Civil vinte e seis Gerências de Articulação Regional, com a finalidade de articular, coordenar, supervisionar, avaliar e controlar as ações dos órgãos regionais das Secretarias de Estado de que trata o art. 11 e entidades referidas nos arts. 49, 50, 51 e 53 desta Lei.

§ 1º - As Gerências de Articulação Regional são subordinadas administrativamente à Casa Civil, tendo a atuação ligada às Secretarias de Estado e entidades mencionadas no caput deste artigo.

§ 2º - As áreas de jurisdição das Gerências de Articulação Regional serão definidas por meio de decreto.

Seção: III

Dos Órgãos Colegiados da Governadoria

Art. 14. São órgãos colegiados da Governadoria:

I. o Conselho de Gestão Estratégica das Políticas Públicas de Governo;

II. o Conselho Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;

III. o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

CAPÍTULO: IV

Das Finalidades dos Órgãos da Administração Direta

Seção: I

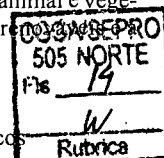
Da Casa Civil

Art. 15. A Casa Civil tem como finalidade assistir direta e imediatamente o Governador do Estado no desempenho de suas atribuições, especialmente na coordenação e integração das Secretarias de Estado e suas entidades vinculadas, nos atos de gestão dos negócios públicos, no monitoramento e avaliação da ação governamental, na coordenação de programas e projetos estratégicos, na gestão da tecnologia de informação e administração de dados, na gestão do Diário Oficial do Estado, na articulação com órgãos e entidades das outras esferas de governo, na coordenação da atuação dos órgãos regionais, na promoção de eventos, relações com a sociedade, cerimonial público, ação militar do governo e representação governamental e outras atribuições que lhe forem delegadas pelo Governador do Estado.

Seção: II

Da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca

Art. 16. A Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca tem por finalidade formular, implementar, coordenar, acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar políticas públicas, programas, projetos e ações voltados para o crescimento da produção agropecuária e pesqueira, estimulando o agronegócio, a agricultura, o extrativismo vegetal e florestal, a exploração florestal, o abastecimento, o armazenamento, o associativismo e o cooperativismo, a defesa e inspeção animal e vegetal, a pesquisa, o aproveitamento dos recursos naturais e a comercialização e distribuição de alimentos.



Seção: III

Da Secretaria de Estado de Assuntos Políticos

Art. 17. A Secretaria de Estado de Assuntos Políticos tem por finalidade prestar assessoramento ao Governador no tocante ao relacionamento com a classe política; propor a agenda de atendimento político, coordenar as atividades de assessoria parlamentar; manter articulação político-institucional com a Assembleia Legislativa, Prefeituras e Câmaras Municipais bem como desenvolver estudos e análises da conjuntura da política nacional e estadual de interesse dos programas e projetos da administração estadual.

Seção: IV

Da Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano

Art. 18. A Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano tem por finalidade formular, implementar, coordenar, acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar políticas públicas, programas, projetos e ações voltados para o desenvolvimento urbano, notadamente nas áreas de habitação e saneamento.

Seção: V

Da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Art. 19. A Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior tem por finalidade formular, implementar, coordenar, acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar políticas públicas, programas, projetos e ações voltados para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, do ensino superior, técnico e profissional, e da pesquisa básica e aplicada.

Seção: VI

Da Comissão Central Permanente de Licitação

Art. 20. A Comissão Central Permanente de Licitação tem por finalidade realizar os procedimentos licitatórios de interesse dos órgãos e entidades da administração estadual, adjudicar o objeto dos certames, expedir normas específicas para a instauração dos processos e elaboração dos atos convocatórios, delegar competências às Comissões Setoriais de Licitação, supervisionando, avaliando e controlando os atos por elas praticados, dispensar e inexigir licitações na forma e nas hipóteses previstas na legislação pertinente bem como emitir parecer sobre a celebração de termos aditivos aos contratos administrativos.

Seção: VII

Da Secretaria de Estado da Comunicação Social

Art. 21. A Secretaria de Estado da Comunicação Social tem por finalidade assessorar o Governador nas áreas de comunicação social e relacionamento com a imprensa, promover a divulgação das ações do Governo bem como dos seus órgãos e entidades, disseminar informações de interesse público, coordenar e acompanhar a criação e veiculação da publicidade institucional relativa a planos, programas, projetos e ações, estabelecendo suas políticas e diretrizes, objetivando a manutenção de um fluxo permanente de informação à sociedade.



Seção: VIII

Da Controladoria-Geral do Estado

Art. 22. A Controladoria-Geral do Estado tem por finalidade exercer o controle contábil, financeiro, orçamentário, patrimonial e operacional, com foco na gestão das políticas públicas conduzidas pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, comprovando a legalidade e avaliando os resultados quanto à legitimidade, economicidade, eficiência, eficácia, aplicação de auxílios, subvenções e renúncias de receitas.

Parágrafo único. O titular da Controladoria-Geral do Estado é o Auditor-Geral do Estado.

Seção: IX

Da Corregedoria-Geral do Estado

Art. 23. A Corregedoria-Geral do Estado tem por finalidade assistir direta e imediatamente o Governador do Estado no desempenho de suas atribuições quanto aos assuntos relacionados à apuração e deslinde, no âmbito do Poder Executivo, de atos lesivos ao patrimônio público, à ética e à disciplina, praticados por servidores públicos ou agentes a eles equiparados por força de lei.

Seção: X

Da Secretaria de Estado da Cultura

Art. 24. A Secretaria de Estado da Cultura tem por finalidade planejar, coordenar e executar a política estadual de cultura bem como administrar os espaços culturais, promover, assessorar e defender, sob a ótica educacional e comunitária, formas de produções culturais, a partir da realidade local, estimulando a incorporação de hábitos na população, visando à promoção da qualidade de vida, e estabelecer calendário integrado de eventos com secretarias afins.

Seção: XI

Da Secretaria de Estado do Desenvolvimento
Agrário e Agricultura Familiar

Art. 25 A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar tem por finalidade o desenvolvimento da agricultura familiar e do agronegócio, o combate à pobreza rural, a facilitação do acesso ao crédito e aos instrumentos de assistência técnica, a inclusão social dos beneficiários dos processos de ordenamento e reordenamento agrário, a promoção da cidadania no campo, a regularização fundiária das terras públicas, a assistência técnica e extensão rural, a ampliação das oportunidades de capacitação profissional e de geração de trabalho e renda, como instrumentos de melhoria da qualidade de vida dos agricultores e familiares e de estímulo ao desenvolvimento rural sustentável do Estado.

Seção: XII

Da Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

Art. 26. A Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio tem por finalidade formular, implementar, coordenar, acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar políticas públicas, programas, projetos e ações voltados para o desenvolvimento econômico e social do Estado, enfatizando o estímulo à criação e ampliação de empreendimentos industriais e comerciais.

Seção: XIII

Da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social

Art. 27. A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social tem por finalidade a coordenação e operacionalização das políticas públicas de assistência social, de segurança alimentar e nutricional e programas de transferência de renda, atendimento ao cidadão na aquisição de documentos civis e outros, assessorando e supervisionando as ações

dirigidas à criança, ao adolescente, ao jovem, ao idoso, às pessoas com deficiência e suas famílias, com o objetivo de proteger e contribuir para a inclusão e promoção social dos segmentos populacionais vulnerabilizados pela pobreza e exclusão social.

Seção: XIV

Da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Cidadania

Art. 28. A Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Cidadania tem como finalidade formular, articular e implementar políticas públicas voltadas para a promoção, defesa e proteção de uma cultura de respeito e garantia dos direitos humanos, promovendo sua transversalidade em outros órgãos públicos, com a participação da sociedade civil.

Seção: XV

Da Secretaria de Estado da Educação

Art. 29. A Secretaria de Estado da Educação tem por finalidade formular, implementar, coordenar, acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar políticas públicas, programas, projetos e ações de educação básica, primando pela universalização do acesso à escola e pela melhoria da qualidade do ensino.

Seção: XVI

Da Secretaria de Estado do Esporte e Lazer

Art. 30. A Secretaria de Estado do Esporte e Lazer tem por finalidade formular, implementar, coordenar, acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar políticas públicas, programas, projetos e ações voltados para o desenvolvimento do desporto e do lazer bem como administrar e conservar as praças de esporte, promover, assessorar e defender, sob a ótica educacional e comunitária, formas de produções esportivas, de lazer e recreativas, a partir da realidade local, estimulando a incorporação de hábitos na população, visando à melhoria da qualidade de vida.

Seção: XVII

Da Secretaria de Estado da Fazenda

Art. 31. A Secretaria de Estado da Fazenda tem por finalidade assegurar o ingresso de receitas devidas, atendendo às necessidades da sociedade maranhense e de desenvolvimento do Estado, formulando e executando a política econômico-tributária; realizar a administração fazendária; dirigir, orientar e coordenar as atividades de arrecadação, fiscalização, recolhimento e controle dos tributos e demais rendas do Estado.

Seção: XVIII

Da Secretaria de Estado da Infraestrutura

Art. 32. A Secretaria de Estado da Infraestrutura tem por finalidade formular, implementar, coordenar, acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar as políticas públicas, programas e projetos de obras de infraestrutura e de transportes.

Seção: XIX

Da Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária

Art. 33. A Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária tem como finalidade cumprir as decisões judiciais de aplicação da Lei de Execução Penal, a organização, a administração, a coordenação e a fiscalização dos estabelecimentos prisionais, o acompanhamento e a supervisão do cumprimento de progressões de penas, o exame e pronunciamento sobre livramento condicional, indulto e comutação de penas, objetivando, especialmente, a ressocialização dos sentenciados, por meio de programas, projetos e ações destinados à sua capacitação profissional, à assistência às suas famílias e à inclusão ou reinclusão social dos egressos do sistema carcerário.



Seção: XX

Da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais

Art. 34. A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais tem por finalidade planejar e coordenar a execução das políticas relativas à promoção, organização, normatização, fiscalização e controle das ações relativas à exploração e preservação do meio ambiente e dos recursos naturais.

Seção: XXI

Da Secretaria de Estado da Mulher

Art. 35. A Secretaria de Estado da Mulher tem por finalidade planejar, organizar, dirigir e controlar planos, programas, projetos e ações que visem à defesa dos direitos da mulher, assegurando sua plena participação na vida socioeconômica, política e cultural do Estado bem como articular com setores da sociedade civil e órgãos públicos e privados para o desenvolvimento de ações e campanhas educativas relacionadas às suas atribuições.

Seção: XXII

Da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Art. 36. A Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, órgão de gestão instrumental e desenvolvimento institucional, tem por finalidade planejar, organizar, executar as políticas de governo relativas à gestão pública; elaborar a programação orçamentária; o acompanhamento e controle da execução orçamentária dos órgãos e entidades da administração direta e indireta, a gestão do Tesouro, sua execução financeira e supervisão de dívida e encargos gerais; os serviços de contabilidade; apoio a estudos e pesquisas socioeconômicas e geográficas de interesse para o planejamento governamental; a formulação, o desenvolvimento, a implementação, a coordenação e a gestão de políticas públicas, diretrizes e estratégias de captação de recursos e de parcerias estratégicas, a cooperação e a assistência técnica, recursos logísticos, gestão dos recursos humanos, material, patrimônio, logística, modernização administrativa, organização e métodos, previdência e seguridade dos servidores públicos estaduais e manutenção dos sistemas corporativos informatizados de sua área de competência.

Seção: XXIII

Da Procuradoria-Geral do Estado

Art. 37. A Procuradoria-Geral do Estado tem por finalidade representar o Estado judicial e extrajudicialmente, assessorar o Governador do Estado em assuntos de natureza jurídica, elaborando pareceres e estudos, ou propondo normas, medidas e diretrizes, assistindo-lhe quanto à legalidade dos atos da administração pública estadual; sugerir medidas de caráter jurídico, reclamados pelo interesse público e apresentar as informações a serem prestadas ao Poder Judiciário quando impugnado ato ou omissão governamental bem como exercer as funções de consultoria jurídica e assessoramento ao Governador do Estado e à administração pública em geral, na instauração de processos administrativo-disciplinares, na forma da legislação pertinente, dentre outras atribuições fixadas em lei complementar.

Art. 38. Além das incumbências estabelecidas em lei complementar, cabe ao Procurador-Geral do Estado referendar os atos do Governador de interesse da Procuradoria ou que nela tenham repercussão.

Seção: XXIV

Da Secretaria de Estado da Saúde

Art. 39. A Secretaria de Estado da Saúde tem por finalidade formular, implementar, coordenar, acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar políticas públicas, programas, projetos e ações de saúde e saneamento.

Seção: XXV

Da Secretaria de Estado da Segurança Pública

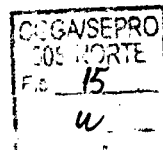
Art. 40. A Secretaria de Estado da Segurança Pública tem por finalidade a preservação da ordem pública, incolumidade das pessoas e do patrimônio e a integração dos planos e programas de prevenção da violência e controle da criminalidade.

Art. 41. Compete à Secretaria de Estado da Segurança Pública, órgão central do Sistema Estadual de Segurança Pública de que trata o art. 112 da Constituição Estadual, a organização e coordenação dos órgãos responsáveis pela segurança pública integrantes da sua estrutura, a saber:

I. Polícia Militar do Estado;

II. Corpo de Bombeiros Militar;

III. Polícia Civil.



Subseção: I

Da Polícia Militar do Estado

Art. 42. A Polícia Militar do Estado do Maranhão, organizada com base na hierarquia e disciplina, força auxiliar e reserva do Exército, é regida por lei especial, competindo-lhe o policiamento ostensivo, a segurança do trânsito urbano e rodoviário, de florestas e mananciais e as relacionadas com a prevenção, preservação e restauração da ordem pública.

Subseção: II

Do Corpo de Bombeiros Militar

Art. 43. O Corpo de Bombeiros Militar é o órgão central do Sistema de Defesa Civil do Estado, estruturado por lei especial, tendo como atribuições estabelecer e executar a política estadual de defesa civil, articulada com o Sistema Nacional de Defesa Civil, instituir e executar as medidas de prevenção e combate a incêndio.

Subseção: III

Da Polícia Civil

Art. 44. À Polícia Civil, órgão integrante da estrutura da Secretaria de Estado da Segurança Pública, incumbem as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

Seção: XXVI

Da Secretaria de Estado do Trabalho e da Economia Solidária

Art. 45. A Secretaria de Estado do Trabalho e da Economia Solidária tem por finalidade formular, implementar, coordenar, acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar políticas públicas, programas, projetos e ações de estímulo à geração de oportunidades de trabalho e renda, por meio de capacitação profissional da população economicamente ativa, intermediação de mão-de-obra, apoio ao combate às formas de precarização do trabalho, melhoria da qualidade dos postos de trabalho e estímulo ao desenvolvimento de iniciativa de economia solidária, como instrumentos de inclusão social, desconcentração da renda e melhoria da qualidade de vida.

Seção: XXVII

Da Secretaria de Estado do Turismo

Art. 46. A Secretaria de Estado do Turismo tem por finalidade formular, implementar, coordenar, acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar políticas públicas, programas, projetos e ações de turismo, articulando com órgãos de outras esferas de governo, visando à sustentabilidade do turismo e a promoção do desenvolvimento local e regional.

CAPÍTULO: V
Da Administração Indireta

Art. 47. A administração indireta compreende as autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, vinculadas às Secretarias de Estado em cuja área de competência se enquadrem as suas finalidades.

Art. 48. As entidades de que trata o art. 47 integram o Núcleo Institucional de Implementação Supervisionada das Políticas Públicas.

Seção: I
Da Natureza Jurídica e Vinculação das Entidades
da Administração Indireta

Art. 49. A denominação, a natureza jurídica e a vinculação das entidades da administração indireta são as seguintes:

I - à Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão:

a) Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômico e Cartográfico - IMESC, autarquia;

b) Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos - EMARHP, sociedade de economia mista;

II - à Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio:

a) Instituto de Metrologia e Qualidade Industrial do Maranhão - INMEQ, autarquia;

b) Junta Comercial do Estado do Maranhão - JUCEMA, autarquia;

c) Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP, empresa pública;

d) Companhia Maranhense de Gás - GASMAR, sociedade de economia mista;

III - à Secretaria de Estado da Educação: Fundação Nice Lobão, fundação pública;

IV - à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social: Fundação da Criança e do Adolescente do Estado do Maranhão - FUNAC, fundação pública;

V - à Secretaria de Estado da Segurança Pública: Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, autarquia;

VI - à Secretaria de Estado da Saúde:

a) Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - CAEMA, sociedade de economia mista;

b) Fundação de Saúde do Estado do Maranhão - FESMA, fundação pública;

VII - à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar:

a) Instituto de Colonização e Terras do Maranhão - ITERMA, autarquia;

b) Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão - AGERP, autarquia;

VIII - à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Pesca: Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão - AGED, autarquia;

IX - à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior:

a) Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, autarquia;

b) Universidade Virtual do Maranhão - UNIVIMA, autarquia;

c) Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão - FAPEMA, fundação pública;

X - à Casa Civil: Agência Reguladora de Serviços Públicos - ARSEP, autarquia;

XI - à Secretaria de Estado da Infraestrutura: Departamento Estadual de Infraestrutura e Transporte - DEINT.

Seção: II
Das Finalidades das Autarquias

Art. 50. As autarquias do Estado do Maranhão, com estrutura, competências e regimentos estabelecidos por decreto, são as seguintes:

I. Instituto de Metrologia e Qualidade Industrial do Maranhão - tem por finalidade executar atividades de metrologia, normalização de qualidade de bens e serviços que lhe forem delegadas mediante convênio;

II. Junta Comercial do Estado do Maranhão - tem por finalidade administrar e executar o serviço de registro do comércio e atividades afins, no âmbito de sua circunscrição territorial;

III. Departamento Estadual de Trânsito - tem por finalidade disciplinar e fiscalizar o tráfego e o trânsito de veículos; expedir certificado e habilitar motoristas; adotar diretrizes de policiamento, realizar perícias, elaborar e executar projetos de trânsito; aplicar as penalidades previstas no Código Nacional de Trânsito; cadastrar veículos, arrecadar multas na área de sua competência e implementar as medidas da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito;

IV. Instituto de Colonização e Terras do Maranhão - tem por finalidade executar a política agrária do Estado, organizando a estrutura fundiária em seu território, com poderes de representação para promover a discriminação administrativa das terras estaduais, de conformidade com a legislação federal específica, com autoridade para reconhecer posses legítimas e titularizar os respectivos possuidores bem como incorporar ao patrimônio do Estado as terras devolutas, ilegitimamente ocupadas, e as que se encontrem vagas, destinando-as segundo os objetivos legais;

V. Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão - tem por finalidade planejar, coordenar e executar programas de promoção e proteção da saúde vegetal e animal, promover a educação sanitária e efetuar a inspeção dos produtos e subprodutos de origem agropecuária, constituindo-se na autoridade estadual de sanidade agropecuária;

VI. Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural - tem por finalidade formular, coordenar, supervisionar, avaliar, controlar e executar, de forma descentralizada, a política estadual de assistência técnica, extensão rural, pesquisa agropecuária e desenvolvimento, gerando, adaptando e adotando mecanismos de transferência e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos aprofundados e contextualizados aos segmentos de produção, processamento e comercialização, vinculados a arranjos e cadeias produtivas dos setores agropecuário, agroflorestal e pesquisa;



VII. Universidade Estadual do Maranhão - tem por finalidade de promover e coordenar a realização do ensino superior, nas diversas áreas bem como proceder à pesquisa científica e tecnológica e desenvolver atividades de extensão, na conformidade do seu estatuto e da legislação pertinente;

VIII. Universidade Virtual do Maranhão - tem por finalidade de promover o ensino virtual em nível técnico, universitário e de educação continuada, na modalidade de Ensino à Distância - EAD, desenvolvendo e difundindo o conhecimento, visando ao preparo de indivíduos para o exercício do pensar crítico, ampliando e democratizando o acesso ao ensino superior, atendendo às demandas de formação acadêmica e técnica de pessoas com dificuldade de frequentar os espaços tradicionais de ensino;

IX. Agência Reguladora de Serviços Públicos - tem por finalidade planejar, regular, regulamentar, fiscalizar, acompanhar e controlar os serviços públicos do Estado do Maranhão;

X. Departamento Estadual de Infraestrutura e Transporte - tem por finalidade a conservação e manutenção das rodovias estaduais, a fiscalização e o controle do sistema viário estadual e das concessões dos serviços de transportes rodoviários bem como promover a celebração de consórcios rodoviários intermunicipais;

XI. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômico e Cartográfico - tem por finalidade auxiliar a área de planejamento no acompanhamento e avaliação de planos, programas e projetos; realizar estudos e pesquisas socioeconômicas e geográficas de interesse para o planejamento; manter sistemas de informação para o planejamento e realizar as ações de cartografia.

Seção: III

Das Finalidades das Fundações Públicas

Art. 51. As fundações públicas estaduais, com estrutura, competência e regimento aprovados por decreto, são as seguintes:

I. Fundação Nice Lobão - tem por finalidade preparar a pessoa, instrumentalizando-a para o domínio dos conhecimentos científicos e tecnológicos necessários ao processo de crescimento individual e ao desenvolvimento econômico-social; desenvolver o espírito crítico e científico do homem a partir do entendimento dos problemas sociais amplos, como condição de participação ativa no projeto de construção de uma sociedade mais justa e democrática; formar o homem com base nos princípios de liberdade e solidariedade humana, com vistas a uma atuação responsável no desempenho de suas atividades;

II. Fundação da Criança e do Adolescente do Estado do Maranhão - tem por finalidade realizar estudos e pesquisas sobre a realidade do adolescente em conflito com a lei, formular e operacionalizar planos, programas e projetos para a aplicação das medidas socioeducativas, em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA;

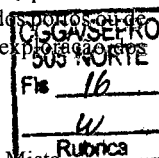
III. Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão - tem por finalidade promover o desenvolvimento científico e tecnológico, através do apoio ao ensino, pesquisa e extensão;

IV. Fundação de Saúde do Estado do Maranhão - tem por finalidade supervisionar, executar e prestar serviços de saúde em todos os níveis de assistência, em especial à Secretaria de Estado da Saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde no Estado, podendo desenvolver atividades de ensino e pesquisa científica e tecnológica na área de saúde.

Seção: IV

Da Finalidade da Empresa Pública

Art. 52. A Empresa Maranhense de Administração Portuária, empresa pública com estrutura, competência e estatuto estabelecidos por decreto, tem por finalidade realizar, em consonância com os planos e programas do Governo do Estado, a administração e exploração comercial de portos e instalações portuárias; exercer a atividade de Autoridade Portuária do Porto Organizado do Itaqui; executar a política estadual de infraestrutura no tocante ao transporte marítimo; propor medidas de preservação dos recursos naturais que interessem à infraestrutura dos portos; oferecer aos governos da União e do Estado subsídios para o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário; desenvolver outras atividades que lhe sejam delegadas pela União ou suas entidades, relativamente à administração portuária; promover a realização de estudos e a elaboração de planos, programas e projetos de construção, ampliação, melhoramento, manutenção e operação dos portos e instalações portuárias sob sua administração; promover a realização de obras ou serviços necessários à proteção dos portos e de seus acessos bem como fiscalizar a administração e exploração de terminais privativos localizados na área dos portos.



Seção: V

Das Finalidades das Sociedades de Economia Mista

Art. 53 - As sociedades de economia mista, com estrutura, competência e estatuto aprovados por decreto, são as seguintes:

I. Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos - tem por finalidade administrar os financiamentos concedidos pelo Sistema Financeiro da Habitação - SFH para a construção, ampliação e melhoria de unidades habitacionais de interesse social, coordenar e executar as ações relacionadas à realocação dos seus empregados aos órgãos e entidades da administração estadual bem como a administração das obrigações remanescentes das empresas por ela incorporadas;

II. Companhia Maranhense de Gás - tem por finalidade a exploração, com exclusividade, do serviço de distribuição e comercialização de gás canalizado, podendo também explorar outras formas de distribuição de gás natural e manufaturado, inclusive comprimido ou liquefeito, de produção própria ou de terceiros, nacional ou importado, para fins comerciais, industriais, residenciais, automotivos, de geração termoeletrica ou quaisquer outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos, em todo o território do Estado do Maranhão, observada a legislação federal aplicável;

III. Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - tem por finalidade planejar, executar, ampliar, manter e explorar comercialmente, sob concessão dos poderes públicos, os sistemas públicos de abastecimento de água e esgotos sanitários do Estado do Maranhão e dos seus municípios.

TÍTULO: II Dos Fundos e Conselhos

CAPÍTULO: I Dos Fundos

Art. 54. Ficam mantidos os Fundos:

I. Estadual de Pensão e Aposentadoria - FEPA, gerido pela Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão;

II. de Benefícios dos Servidores do Estado do Maranhão - FUNBEN, gerido pela Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão;



III. Garantidor das Parcerias Público-Privadas do Estado do Maranhão, gerido pela Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão;

IV. Estadual de Assistência Social - FEAS, gerido pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social;

V. Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - FEDCA, gerido pela Fundação da Criança e do Adolescente do Estado do Maranhão;

VI. Estadual de Saúde - FES, gerido pela Secretaria de Estado da Saúde;

VII. Estadual Antidrogas - FEAD, gerido pela Secretaria de Estado da Saúde;

VIII. Estadual de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor - FEDC, gerido pela Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Cidadania;

IX. Penitenciário Estadual - FUNPEN, gerido pela Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária;

X. Especial de Segurança Pública - FESP, gerido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública;

XI. Estadual de Políticas sobre Drogas - FEPOD, gerido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública;

XII. Estadual de Educação - FEE, gerido pela Secretaria de Estado da Educação;

XIII. Especial do Meio Ambiente - FEMA, gerido pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais;

XIV. de Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial, gerido pela Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca;

XV. Maranhense de Combate à Pobreza - FUMACOP, gerido pela Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão;

XVI. Estadual de Desenvolvimento Industrial do Maranhão, gerido pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio;

XVII. de Fortalecimento da Administração Tributária - FUNAT, gerido pela Secretaria de Estado da Fazenda;

XVIII. Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano - FEDHU, gerido pela Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano;

XIX. Estadual de Habitação de Interesse Social - FHIS, gerido pela Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano;

XX. Estadual de Cultura Maranhense - FUNDECMA, gerido pela Secretaria de Estado da Cultura;

XXI. Estadual de Esportes, gerido pela Secretaria de Estado do Esporte e Lazer.

CAPÍTULO: II Dos Conselhos

Art. 55. Ficam mantidos os Conselhos:

I. Estadual de Educação, vinculado à Secretaria de Estado da Educação;

II. de Educação Escolar Indigenista do Maranhão, vinculado à Secretaria de Estado da Educação;

III. Estadual de Saúde, vinculado à Secretaria de Estado da Saúde;

IV. Estadual de Saneamento, vinculado à Secretaria de Estado da Saúde;

V. Estadual Antidrogas, vinculado à Secretaria de Estado da Saúde;

VI. Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, vinculado à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Cidadania;

VII. Permanente de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado do Maranhão, vinculado à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Cidadania;

VIII. Deliberativo do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas do Maranhão, vinculado à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Cidadania;

IX. Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, vinculado à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Cidadania;

X. Estadual da Juventude, vinculado à Casa Civil;

XI. Estadual da Política da Igualdade Étnica Racial, vinculado à Casa Civil;

XII. Estadual de Regulação dos Serviços Públicos, vinculado à Casa Civil;

XIII. Estadual do Meio Ambiente, vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais;

XIV. Estadual de Recursos Hídricos, vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais;

XV. Penitenciário do Estado, vinculado à Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária;

XVI. Superior de Segurança Pública, vinculado à Secretaria de Estado da Segurança Pública;

XVII. Estadual de Políticas sobre Drogas, vinculado à Secretaria de Estado da Segurança Pública;

XVIII. Estadual de Trânsito, vinculado à Secretaria de Estado da Segurança Pública;

XIX. Estadual de Defesa Civil do Maranhão, vinculado à Secretaria de Estado da Segurança Pública;

XX. Junta Administrativa de Recursos de Infração de Trânsito, vinculado à Secretaria de Estado da Segurança Pública;

XXI. Estadual de Assistência Social, vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social;

XXII. de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Maranhão, vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social;

XXIII. Estadual dos Direitos do Idoso, vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social;



XXIV. Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social;

XXV. de Transportes Intermunicipais de Passageiros e Terminais, vinculado à Secretaria de Estado da Infraestrutura;

XXVI. Estadual da Mulher, vinculado à Secretaria de Estado da Mulher;

XXVII. Estadual de Defesa Agropecuária, vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca;

XXVIII. Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca;

XXIX. Estadual do Trabalho, vinculado à Secretaria de Estado do Trabalho e da Economia Solidária;

XXX. Estadual de Cultura, vinculado à Secretaria de Estado da Cultura;

XXXI. Superior da Controladoria-Geral do Estado;

XXXII. de Políticas de Inclusão Social, vinculado à Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão;

XXXIII. Superior do Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria - CONSUP, vinculado à Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão;

XXXIV. Estadual de Política Habitacional, vinculado à Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano;

XXXV. Estadual das Cidades, vinculado à Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano;

XXXVI. Gestor do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social, vinculado à Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano;

XXXVII. Estadual de Turismo do Estado do Maranhão, vinculado à Secretaria de Estado do Turismo;

XXXVIII. Estadual de Esporte, vinculado à Secretaria de Estado do Esporte e Lazer;

XXXIX. Superior da Procuradoria-Geral do Estado.

Art. 56. Os Conselhos de Articulação Regional criados por esta Lei, em número de vinte e seis, são vinculados à Casa Civil e têm por finalidade propor a adequação de políticas públicas, programas e ações às demandas da sociedade e às necessidades do desenvolvimento regional, objetivando, inclusive, otimizar a aplicação do orçamento regionalizado; monitorar e avaliar os programas voltados para o desenvolvimento regional; promover a articulação entre o Governo e a sociedade civil.

Parágrafo único. Os Conselhos de Articulação Regional, com instalação na área de jurisdição da respectiva Gerência de Articulação Regional, compõem-se de:

- I. Gerente de Articulação Regional;
- II. Prefeito Municipal;
- III. Presidente da Câmara de Vereadores;

IV. um representante das organizações civis de cada município;

V. um representante do setor empresarial dos municípios;

VI. um representante das universidades atuantes na região;

VII. um representante de cada uma das seguintes Secretarias de Estado:

a) da Saúde;

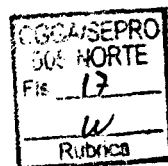
b) da Educação;

c) da Agricultura, Pecuária e Pesca;

d) do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar;

e) do Desenvolvimento Social;

f) da Segurança Pública.



TÍTULO: III

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 57. Os bens, os direitos e as obrigações dos órgãos e entidade extintos, transformados, incorporados e desmembrados por esta Lei ficam transferidos da seguinte forma:

I. da Secretaria de Estado da Administração e Previdência Social para a Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão;

II. da Secretaria-Adjunta de Administração Penitenciária da Secretaria de Estado da Segurança Pública para a Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária.

III. da Secretaria-Adjunta de Tecnologia da Informação da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento para a Casa Civil.

Parágrafo único. Os bens, os direitos, as obrigações, os servidores efetivos, os cargos em comissão e as funções gratificadas do Viva Cidadão ficam transferidos para a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social.

Art. 58. Os servidores efetivos lotados nos órgãos extintos por esta Lei ficam redistribuídos da seguinte forma:

I. da Secretaria de Estado da Administração e Previdência Social para a Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão;

II. da Secretaria-Adjunta de Administração Penitenciária da Secretaria de Estado da Segurança Pública para a Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária.

Art. 59. Os cargos em comissão e as funções gratificadas dos órgãos extintos, transformados, incorporados ou desmembrados por esta Lei ficam assim redistribuídos:

I. da Secretaria de Estado da Administração e Previdência Social para a Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão;

II. da Secretaria-Adjunta de Administração Penitenciária da Secretaria de Estado da Segurança Pública para a Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária;

III. da Secretaria-Adjunta de Tecnologia da Informação da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento para a Casa Civil.



Parágrafo único. O Poder Executivo fica autorizado a adequar ou redistribuir os cargos em comissão e as funções gratificadas de que trata este artigo, de modo a atender às necessidades dos órgãos e entidades do Poder Executivo.

Art. 60. O Poder Executivo disporá em decreto, no que couber, sobre a composição, atribuições e instalação dos Conselhos de que trata esta Lei.

Art. 61. Fica o Poder Executivo autorizado a remanejar, transferir, transferir ou utilizar dotações orçamentárias em favor dos órgãos criados, transformados, incorporados ou desmembrados por esta Lei, mantida a mesma classificação funcional-programática, expressa por categoria de programação em seu menor nível, conforme dispuser a Lei Orçamentária Anual.

Art. 62. Ficam criados os cargos em comissão constantes do Anexo Único desta Lei.

§ 1º O cargo em comissão de Gerente de Articulação Regional tem o símbolo Especial.

§ 2º Ficam atribuídos ao cargo em comissão de que trata o § 1º deste artigo o vencimento de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) e a representação de R\$ 3.150,00 (três mil, cento e cinquenta reais).

Art. 63. O Poder Executivo definirá em decreto a estrutura dos órgãos de que trata esta Lei, os respectivos cargos e suas atribuições bem como as competências e os respectivos regimentos, podendo alterar a denominação dos cargos em comissão e funções gratificadas, desde que da alteração não resulte aumento de despesa.

Art. 64. O Poder Executivo poderá qualificar, por decreto, autarquia ou fundação como Agência Executiva.

§ 1º - O Poder Executivo editará medidas de organização administrativa específicas para Agência Executiva, visando a assegurar-lhe autonomia de gestão bem como a disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros necessários ao cumprimento dos seus objetivos e metas.

§ 2º - A Agência Executiva poderá celebrar contrato de gestão do qual constarão, pelo menos, objetivos, metas e indicadores de desempenho bem como os recursos financeiros necessários e os critérios e instrumentos para avaliação do seu cumprimento.

§ 3º - O Poder Executivo definirá critérios e procedimentos para elaboração e acompanhamento dos contratos de gestão e dos programas estratégicos de reestruturação e de desenvolvimento institucional da Agência Executiva.

Art. 65. São cinco as Secretarias de Estado Extraordinárias, assim como os cargos de Secretário de Estado Extraordinário.

§ 1º - Cabe às Secretarias de Estado Extraordinárias o exercício das ações de governo destinadas à realização de programas, projetos ou estratégias de interesse da administração.

§ 2º - O Chefe do Poder Executivo determinará, por decreto, as finalidades, forma de atuação e prazo de duração das Secretarias de que trata este artigo.

§ 3º - As Secretarias de Estado Extraordinárias não dispõem de orçamento próprio e de quadro de pessoal efetivo e funcionam com suporte técnico e operacional da Casa Civil.

Art. 66. Integram a Casa Civil, além das unidades que lhe forem acrescentadas por decreto do Governador:

I. Gabinete do Governador;

II. Representação do Vice-Governador;

III. Representação Institucional no Distrito Federal;

IV. Assessoria de Programas Especiais;

V. Gabinete Militar;

VI. Secretarias Extraordinárias.

Art. 67. O Secretário de Estado, em suas ausências e impedimentos legais, será substituído pelo Subsecretário ou, na ausência e impedimento deste, por um dos Secretários-Adjuntos, designado por ato do Governador.

Art. 68. Ficam mantidos os cargos de Secretário-Chefe da Representação Institucional no Distrito Federal, Secretário-Chefe do Gabinete do Governador, Secretário-Chefe do Gabinete Militar, Chefe da Assessoria de Programas Especiais, que têm nível hierárquico de Secretário de Estado.

Art. 69. O Secretário-Chefe da Casa Civil, o Procurador-Geral do Estado, o Defensor Público-Geral do Estado, o Auditor-Geral do Estado, o Presidente da Comissão Central Permanente de Licitação, o Chefe da Assessoria de Programas Especiais, o Secretário-Chefe da Representação Institucional no Distrito Federal, o Secretário-Chefe do Gabinete do Governador, o Secretário-Chefe do Gabinete Militar e os Secretários Extraordinários são do mesmo nível hierárquico, têm prerrogativas, tratamento protocolar e remuneração igual à dos Secretários de Estado.

Art. 70. As atividades de conservação, custódia, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações poderão ser objeto de execução indireta.

Art. 71. O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo é composto por:

I. Controladoria-Geral do Estado, como órgão central;

II. Comissão Central Permanente de Licitação;

III. Corregedoria-Geral do Estado;

IV. órgãos centrais e setoriais de finanças, contabilidade, planejamento e administração;

V. auditorias internas, controladorias ou unidades assemelhadas das entidades da administração indireta.

Art. 72. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de recursos orçamentários próprios.

Art. 73. Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2011.

Art. 74. Revogam-se as Leis nºs 8.211, de 15 de março de 2005, 8.559, de 28 de dezembro de 2006, 8.567, de 12 de março de 2007, 8.894, de 28 de novembro de 2008, 8.973, de 3 de junho de 2009, 8.990, de 2 de julho de 2009, e 9.051, de 11 de novembro de 2009.

Manda, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente Lei pertencerem, que a cumpram e a façam cumprir na forma em que se encontra redigida. O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, a faça imprimir, publicar e correr.

PLENÁRIO DEPUTADO "NAGIB HAICKEL" DO PALÁCIO "MANOEL BEQUIMÃO", EM 28 DE FEVEREIRO DE 2011.

Deputado ARNALDO MELO
Presidente


**ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 9.340, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2011
CRIAÇÃO DE CARGOS COMISSIONADOS**

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	QTD
PRESIDENTE DA COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO	-----	01
GERENTE DE ARTICULAÇÃO REGIONAL	ESPECIAL	26
SUBSECRETÁRIO	ISOLADO	03
ASSESSOR ESPECIAL DE PROGRAMAS ESTRATÉGICOS	ISOLADO	04
ASSESSOR ESPECIAL DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	ISOLADO	02
SECRETÁRIO-ADJUNTO DE ASSUNTOS METROPO-LITANOS	ISOLADO	01
ADJUNTO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	ISOLADO	01
ADJUNTO EXECUTIVO	ISOLADO	01
SECRETÁRIO-ADJUNTO EXTRAORDINÁRIO DA IGUALDADE RACIAL	ISOLADO	01
SECRETÁRIO-ADJUNTO DA JUVENTUDE	ISOLADO	02
ASSESSOR ESPECIAL DE APOIO INSTITUCIONAL	ISOLADO	25
MEMBRO DA COMISSÃO	ISOLADO	06
SECRETÁRIO-ADJUNTO DE ESTABELECIMENTOS PENAIIS	ISOLADO	01
SECRETÁRIO-ADJUNTO DE JUSTIÇA	ISOLADO	01
ASSESSOR ESPECIAL	DGA	32
GESTOR DE PROGRAMAS	DGA	35
GESTOR DE UNIDADE	DGA	35
GESTOR DE UNIDADES REGIONAIS DA EDUCAÇÃO	DGA	07
ASSESSOR ESPECIAL I DO VICE-GOVERNADOR	DANS-1	01
SUPERINTENDENTE DE POLÍTICAS DA JUVENTUDE	DANS-1	01
DIRETOR EXECUTIVO	DANS-1	01
SUPERINTENDENTE DE REGISTRO DE PREÇOS	DANS-1	01
SUPERINTENDENTE DE LICITAÇÃO E CONTRATOS	DANS-1	01
PRESIDENTE DA COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO	DANS-1	16
ASSESSOR ESPECIAL II	DANS-2	39
CHEFE DE ASSESSORIA TÉCNICA	DANS-2	21
ASSESSOR ESPECIAL II DO VICE-GOVERNADOR	DANS-2	02
CHEFE DA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E AÇÕES ESTRATÉGICAS	DANS-2	21
CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICA	DANS-2	21
ASSESSOR ESPECIAL III	DANS-3	40
COORDENADOR DE UNIDADES	DANS-3	40
SUPERVISOR DE EXPEDIENTE E DOCUMENTAÇÃO	DANS-3	01
SUPERVISOR DE REGISTRO, CONTROLE E PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS	DANS-3	01
SUPERVISOR	DANS-3	53
CHEFE DE GABINETE	DANS-3	21
SUPERVISOR DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL	DANS-3	01
SUPERVISOR REGIONAL DE APOIO LOGÍSTICO	DANS-3	25
CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA	DANS-3	01
SUPERVISOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO	DANS-3	03
SUPERVISOR DE INFORMÁTICA	DANS-3	01
ASSESSOR DE AÇÕES ESTRATÉGICAS	DAS-1	10
ASSESSOR DE PROGRAMAS ESPECIAIS	DAS-1	15

CHEFE DE DEPARTAMENTO	DAS-1	28
DIRETOR DE UNIDADE	DAS-1	27
ASSESSOR SÊNIOR	DAS-1	10
ASSESSOR JURÍDICO	DAS-1	19
ASSESSOR DE UNIDADE GESTORA	DAS-1	10
ASSESSOR	DAS-1	15
ASSESSOR DE INFORMÁTICA	DAS-1	25
ASSESSOR DE ARTICULAÇÃO REGIONAL	DAS-1	15
ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	DAS-1	20
ASSESSOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	DAS-1	04
ASSESSOR DE SUPERINTENDÊNCIA	DAS-1	40
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE NORMALIZAÇÃO	DAS-1	01
MEMBRO PERMANENTE DA COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO	DAS-1	32
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE DE REGISTRO DE PREÇOS	DAS-1	01
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO E EDITORAÇÃO	DAS-1	01
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CADASTRO DE FORNECEDORES	DAS-1	01
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE DE CONTRATOS	DAS-1	01
ENCARREGADO DO SERVIÇO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	DAS-2	01
ENCARREGADO DO SERVIÇO DE MATERIAL, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS GERAIS	DAS-2	01
ENCARREGADO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO	DAS-2	01
ENCARREGADO DO SERVIÇO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CONTROLE CONTÁBIL-FINANCEIRO	DAS-2	01
ENCARREGADO DO SERVIÇO DE DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS	DAS-2	01
SECRETÁRIO EXECUTIVO	DAS-2	09
ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO	DAS-2	02
ENCARREGADO DO SERVIÇO DE OPERAÇÃO E SUPORTE	DAS-2	01
DIRETOR DE EDUCAÇÃO	DAS-2	07
ASSESSOR JÚNIOR	DAS-2	07
ASSESSOR TÉCNICO REGIONAL	DAS-3	50
SECRETÁRIO EXECUTIVO REGIONAL	DAS-3	25
ASSESSOR TÉCNICO	DAS-3	07
AUXILIAR DE SERVIÇOS	DAI-1	05
AUXILIAR DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES OFICIAIS	DAI-1	01
AUXILIAR TÉCNICO PEDAGÓGICO	DAI-1	07
AUXILIAR DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES OFICIAIS	DAI-1	03
AUXILIAR TÉCNICO	DAI-3	11
AUXILIAR DE SERVIÇOS RESIDENCIAIS	DAI-5	01
AUXILIAR TÉCNICO II	DAI-5	04

ESTADO DO MARANHÃO DIÁRIO OFICIAL PODER EXECUTIVO		CGGA/SEPRO 505 NORTE Fls. 18 Rubrica
CASA CIVIL Unidade de Gestão do Diário Oficial Rua da Paz, 203 - Centro - Fone: 3214-1690 - FAX: (98) 3232-9800 CEP.: 65.020-450 - São Luis - MA Site: www.diariooficial.ma.gov.br E-mail: doe@seaps.ma.gov.br		
ROSEANA SARNEY MURAD Governadora	WASHINGTON LUIZ DE OLIVEIRA Vice-Governador	LUIS FERNANDO MOURA DA SILVA Secretário-Chefe da Casa Civil
ANTONIA DO SOCORRO FONSECA FERREIRA Gestora do Diário Oficial		



ESTADO DO MARANHÃO

DIÁRIO OFICIAL

PODER EXECUTIVO



ANO CVI Nº 086 SÃO LUÍS, QUINTA-FEIRA, 03 DE MAIO DE 2012 EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

SUMÁRIO

Poder Executivo	01
Casa Civil	02
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento	03
Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca	03
Secretaria de Estado da Educação	04

PODER EXECUTIVO

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, FÁBIO GONDIM PEREIRA DA COSTA do cargo de Secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 3 DE MAIO DE 2012, 191ª DA INDEPENDÊNCIA
E 124ª DA REPÚBLICA.

ROSEANA SARNEY
Governadora do Estado do Maranhão

LUIS FERNANDO MOURA DA SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 125, DE 3 DE MAIO DE 2012.

Cria a Secretaria de Estado da Gestão e Previdência - SEGEP, modifica dispositivos da Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a Reforma Administrativa do Poder Executivo, e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso da atribuição que lhe confere o § 1º do art. 42 da Constituição Estadual, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica criada a Secretaria de Estado da Gestão e Previdência - SEGEP.

Art. 2º Fica alterada a denominação da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLAN para Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento - SEPLAN.

Art. 3º Os arts. 15 e 36 da Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 15. A Casa Civil tem como finalidade assistir direta e imediatamente o Governador do Estado no desempenho de suas atribuições, especialmente na coordenação e integração das Secretarias de Estado e suas entidades vinculadas, nos atos de gestão dos negócios

públicos, no monitoramento e avaliação da ação governamental, na coordenação de programas e projetos estratégicos, na gestão do Diário Oficial do Estado, na articulação com órgãos e entidades das outras esferas de governo, na coordenação da atuação dos órgãos regionais, na promoção de eventos, relações com a sociedade, cerimonial público, ação militar do governo e representação governamental e outras atribuições que lhe forem delegadas pelo Governador do Estado." (NR)

"Art. 36. A Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento, órgão de gestão instrumental e desenvolvimento institucional, tem por finalidade planejar, organizar e executar as políticas de governo relativas ao orçamento público; elaborar a programação orçamentária; o acompanhamento e controle da execução orçamentária dos órgãos e entidades da administração direta e indireta, a gestão do Tesouro, sua execução financeira e supervisão de dívida e encargos gerais; os serviços de contabilidade; gestão da tecnologia de informação e administração de dados; apoio a estudos e pesquisas socioeconômicas e geográficas de interesse para o planejamento governamental; a formulação, o desenvolvimento, a implementação, a coordenação e a gestão de políticas públicas, diretrizes e estratégias de captação de recursos e de parcerias estratégicas, a cooperação e a assistência técnica, e manutenção dos sistemas corporativos informatizados de sua área de competência." (NR)

Art. 4º A Secretaria de Estado da Gestão e Previdência - SEGEP, órgão de gestão instrumental e desenvolvimento institucional, tem por finalidade planejar, organizar, executar as políticas de governo relativas à gestão pública, abrangendo: recursos humanos, material, patrimônio, logística, modernização administrativa, organização e métodos, previdência e seguridade dos servidores públicos estaduais e manutenção dos sistemas corporativos informatizados de sua área de competência.

Art. 5º É dada nova redação ao inciso I e acrescentado o inciso XIII ao art. 49 da Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011.

"Art. 49. (...)

I - à Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento: Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômico e Cartográfico - IMESC, autarquia; (NR)

XIII - à Secretaria de Estado da Gestão e Previdência: Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos - EMARHP, sociedade de economia mista". (NR)

Art. 6º Os incisos I e II do art. 54 da Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011 passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 54. (...)

I - Estadual de Pensão e Aposentadoria - FEPA, gerido pela Secretaria de Estado da Gestão e Previdência; (NR)

II - de Benefícios dos Servidores do Estado do Maranhão - FUNBEN, gerido pela Secretaria de Estado da Gestão e Previdência". (NR)



Art. 7º O inciso XXXIII do art. 55 da Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 55. (...)

XXXIII - Superior do Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria - CONSUP, gerido pela Secretaria de Estado da Gestão e Previdência.” (NR)

Art. 8º Os bens, os direitos e as obrigações dos órgãos incorporados e desmembrados por esta Medida Provisória ficam transferidos da seguinte forma:

I - da Prefeitura do Centro Administrativo, da Escola de Governo do Maranhão e das Secretarias-Adjuntas de Gestão, Modernização e Patrimônio, de Gestão de Pessoas e de Seguridade dos Servidores Públicos Estaduais da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão para a Secretaria de Estado da Gestão e Previdência;

II - da Secretaria-Adjunta de Tecnologia da Informação da Casa Civil para a Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento.

Parágrafo Único . O disposto neste artigo aplica-se também aos servidores efetivos.

Art. 9º Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - redistribuir os cargos em comissão e as funções gratificadas de modo a adequá-los às mudanças estruturais de que trata esta Medida Provisória;

II - remanejar, transpor, transferir ou utilizar dotações orçamentárias em favor do órgão criado por esta Medida Provisória, mantida a mesma classificação funcional-programática, expressa por categoria de programação em seu menor nível, conforme dispuser a Lei Orçamentária Anual.

Art. 10. Ficam criados os cargos em comissão constantes do Anexo desta Medida Provisória.

Art. 11. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 3 DE MAIO DE 2012, 191ª DA INDEPENDÊNCIA
E 124ª DA REPÚBLICA.

ROSEANA SARNEY

Governadora do Estado do Maranhão

LUIS FERNANDO MOURA DA SILVA

Secretário-Chefe da Casa Civil

ANEXO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 125/2012
CRIAÇÃO DE CARGOS COMISSIONADOS

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	QTD
SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA		
SUBSECRETÁRIO	ISOLADO	01
ASSESSOR ESPECIAL DE APOIO INSTITUCIONAL	ISOLADO	03
OUVIDOR DO SERVIDOR	DGA	01
ASSESSOR ESPECIAL	DGA	05
SUPERVISOR	DANS-3	03
ASSESSOR ESPECIAL III	DANS-3	06
ASSESSOR JURÍDICO	DAS-1	03
ASSESSOR SÊNIOR	DAS-1	15
ASSESSOR DE INFORMÁTICA	DAS-1	03
ASSESSOR PREVIDENCIÁRIO	DAS-1	02
ASSESSOR JÚNIOR	DAS-2	05
ASSESSOR TÉCNICO	DAS-3	02
AUXILIAR TÉCNICO DE TRANSPORTES OFICIAIS	DAS-4	01

CASA CIVIL

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Ofício nº 136/2012-GR/UEMA, de 2 de abril de 2012,

RESOLVE:

Autorizar o afastamento, sem prejuízo da remuneração, de THOMAS KUPSCH, Professor Assistente, Matrícula nº 2201408, da Universidade Estadual do Maranhão e lotado no Curso de Música do Centro de Educação, Ciências Exatas e Naturais - CECEN/UEMA, para, no período de 3 a 23 de junho de 2012, acompanhando o Reitor da citada Instituição, realizar viagem a Bruxelas/Bélgica e München/Alemanha, visando à troca de experiências e ao conhecimento dos cenários educacionais, científicos, tecnológicos e culturais dos países visitados.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 30 DE ABRIL DE 2012, 191ª DA INDEPENDÊNCIA
E 124ª DA REPÚBLICA.

ROSEANA SARNEY

Governadora do Estado do Maranhão

LUIS FERNANDO MOURA DA SILVA

Secretário-Chefe da Casa Civil

JOSÉ AUGUSTO SILVA OLIVEIRA

Reitor da Universidade Estadual do Maranhão

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Autorizar o afastamento, sem prejuízo da remuneração, dos servidores abaixo, do quadro da Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP, para, a convite da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República - SEP/PR, realizar viagem à Bélgica, onde participarão dos Seminários *On It and EDI in Port Business* e *On Port Environmental Policy and Technology*:

NOME	CARGO	PERÍODO
FABIO EDUARDO DUAILIBE FIGUEIREDO	Assessor Administrativo III	14 a 25/05/2012
DANIELLE PEREIRA PORTELADA	Assessor Administrativo III	3 a 14/09/2012



DECRETO Nº 28.185, DE 18 DE MAIO DE 2012.

Altera dispositivos do Anexo 1.3, que dispõe sobre o diferimento do ICMS nas operações com produtos agropecuários de produtores beneficiários dos Programas PRONAF/PAA/PNAE.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 64, inciso III, da Constituição Estadual,

DECRETA

Art. 1º Os arts. 20 e 20-A do Anexo 1.3 (Do Diferimento do Lançamento e do Pagamento do ICMS nas Operações Internas) do Regulamento do ICMS - RICMS/03, aprovado pelo Decreto 19.714, de 10 de julho de 2003, passam a vigorar com a redação a seguir:

“Art. 20. Fica diferido o recolhimento do ICMS devido nas saídas - não alcançadas pelo instituto da isenção - de produtos agropecuários promovidas por produtores beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, suas associações, sindicatos e cooperativas, desde que destinadas à Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, instituído pelo art. 19 da Lei Federal 10.696, de 2 de julho de 2003, e do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, instituído nos termos da Lei 11.947, de 16 de junho de 2009.

§ 1º O diferimento previsto no caput deste artigo estende-se, inclusive, às operações destinadas a consumidor final.

§ 2º Não será exigido o recolhimento do ICMS diferido na forma do caput deste artigo.

§ 3º Fica atribuída à CONAB a responsabilidade pelo recolhimento do ICMS relativo aos produtos não sujeitos às condições estabelecidas na legislação referida no caput deste artigo.

Art. 20-A. As aquisições dos produtos referidos no art. 20, efetuadas pela CONAB no âmbito dos Programas abrangidos pelo PRONAF, poderão ser acobertadas por nota fiscal de entrada de mercadorias emitida pela Companhia.

Parágrafo único. As notas fiscais que acobertarem as operações no âmbito dos respectivos Programas, sem prejuízo das demais formalidades legais, deverão conter no campo “Informações Complementares” a expressão “ICMS Diferido, nos termos do art. 20 do Anexo 1.3 do RICMS/03”.

Art. 2º Ficam revogados os arts. 20-B, 20-C, 20-D e 20-E do Anexo 1.3 (Do Diferimento do Lançamento e do Pagamento do ICMS nas Operações Internas) do RICMS/03.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2012.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 18 DE MAIO DE 2012, 191º DA INDEPENDÊNCIA E 124º DA REPÚBLICA.

ROSEANA SARNEY

Governadora do Estado do Maranhão

LUIS FERNANDO MOURA DA SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

CLÁUDIO JOSÉ TRINCHÃO SANTOS
Secretário de Estado da Fazenda

DECRETO Nº 28.186, DE 18 DE MAIO DE 2012.

Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento - SEPLAN e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e V do art. 64 da Constituição Estadual e de acordo com o disposto na Medida Provisória nº 125, de 3 de maio de 2012,

DECRETA:

CAPÍTULO I
DA DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º A Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento - SEPLAN fica reorganizada nos termos deste Decreto.

Seção Única
Da Estrutura

Art. 2º A estrutura organizacional da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento - SEPLAN é composta por:

I - Administração Superior:

- a) Secretário de Estado;
- b) Subsecretário;

II - Unidades de Assessoramento Direto ao Secretário de Estado;

- a) Gabinete do Secretário;
- b) Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas;
- c) Assessoria Jurídica;

III - Unidades de Suporte Operacional:

- a) Unidade Gestora de Atividades Meio:

1. Supervisão de Recursos Humanos:

- 1.1. Serviço de Direitos e Deveres;
- 1.2. Serviço de Folha de Pagamento;

2. Supervisão Administrativa:

- 2.1. Serviço de Material e Patrimônio;
- 2.2. Serviços Gerais e Transportes;

3. Supervisão Financeira:

- 3.1. Serviço de Execução Orçamentária;
- 3.2. Serviço de Controle Contábil-Financeiro;

4. Supervisão de Informática;

- b) Comissão Setorial de Licitação;

IV - Unidades de Atuação Programática:

- a) Secretaria-Adjunta de Planejamento e Orçamento - SPLAN:
 1. Unidade Gestora dos Sistemas de Planejamento e Orçamento;

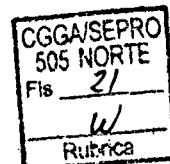
2. Superintendência de Gestão de Planos e de Orçamentos:

- 2.1. Supervisão de Elaboração de Planos, Programas e Projetos;
- 2.2. Supervisão de Programação Orçamentária;
- 2.3. Supervisão de Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária;

3. Superintendência de Assuntos Fiscais:

- 3.1. Supervisão de Acompanhamento e Projeção da Receita Orçamentária e de Parâmetros Econômico-Fiscais;
- 3.2. Supervisão de Acompanhamento da Despesa Orçamentária;

4. Superintendência de Normas:





4.1. Supervisão de Normas;
4.2. Supervisão de Métodos e Procedimentos de Planejamento e Orçamento;

5. Superintendência de Programas:
5.1. Supervisão de Monitoramento e Avaliação;
5.2. Supervisão de Modificações Orçamentárias;

b) Secretaria-Adjunta do Tesouro e Contabilidade – SATEC:
1. Unidade Gestora do Sistema do Tesouro e Contabilidade;

2. Superintendência do Tesouro:
2.1. Supervisão de Execução Financeira e Encargos Gerais;
2.2. Supervisão de Informações Gerenciais;

3. Superintendência de Contabilidade:
3.1. Supervisão de Orientação e Normas Contábeis;
3.2. Supervisão de Registro, Controle e Acompanhamento;

4. Superintendência da Dívida Pública:
4.1. Supervisão de Contratos;
4.2. Supervisão de Monitoramento da Dívida;

c) Secretaria-Adjunta de Tecnologia da Informação:
1. Unidade de Integração Institucional:
1.1. Superintendência de Planejamento;
1.2. Superintendência de Desenvolvimento e Integração;
1.3. Superintendência de Controle e Avaliação;

2. Unidade de Tecnologia Governamental:
2.1. Superintendência de Conectividade e Segurança da Informação;
2.2. Superintendência de Projetos e Desenvolvimento de Sistemas;
2.3. Superintendência de Central de Serviços;
2.4. Superintendência de Novas Tecnologias;

3. Unidade de Gestão da Informação:
3.1. Superintendência de Normalização e Padrões;
3.2. Superintendência de Implantação de Sistemas;
3.3. Superintendência de Análise da Informação;

d) Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas do Estado do Maranhão – FGP;

e) Fundo Maranhense de Combate à Pobreza – FUMACOP.

CAPÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 3º As competências das unidades administrativas constantes do art. 2º deste Decreto e as atribuições dos respectivos cargos e funções serão definidas no Regimento da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento - SEPLAN.

Art. 4º Para os efeitos de reorganização administrativa de que trata o presente Decreto, os quadros de Cargos Comissionados e de Funções Gratificadas são os constantes dos Anexos I e II.

Art. 5º A Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento - SEPLAN tem como entidade vinculada o Instituto Maranhense de Estudos Sócioeconômico e Cartográfico – IMESC, autarquia.

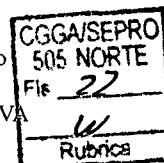
Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 3 de maio de 2012.

Art. 7º Revoga-se o Decreto nº 27.219, de 03 de janeiro de 2011.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 18 DE MAIO DE 2012, 191º DA INDEPENDÊNCIA E 124º DA REPÚBLICA.

ROSEANA SARNEY
Governadora do Estado do Maranhão

LUIS FERNANDO MOURA DA SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil



JOÃO BERNARDO DE AZEVEDO BRINGEL
Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, em exercício

FÁBIO GONDIM PEREIRA DA COSTA
Secretário de Estado da Gestão e Previdência

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

ANEXO: I CARGOS COMISSIONADOS

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	QTD
SECRETÁRIO DE ESTADO	----	01
SUBSECRETÁRIO	ISOLADO	01
GESTOR DE PROGRAMAS ESPECIAIS	ISOLADO	01
ASSESSOR ESPECIAL DE APOIO INSTITUCIONAL	ISOLADO	01
ASSESSOR ESPECIAL	DGA	05
ASSESSOR ESPECIAL I	DANS-1	01
ASSESSOR ESPECIAL III	DANS-3	05
ASSESSOR SÊNIOR	DAS-1	06
ASSESSOR DE PLANEJAMENTO DO GABINETE	DAS-1	04
ASSESSOR TÉCNICO DE PLANEJAMENTO	DAS-3	03
CHEFE DE GABINETE	DANS-3	01
AUXILIAR DE SERVIÇOS	DAI-1	01
OFICIAL DE GABINETE	DAI-4	01
AUXILIAR TÉCNICO	DAS-4	04
AUXILIAR DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES OFICIAIS	DAI-1	02
CHEFE DA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E AÇÕES ESTRATÉGICAS	DANS-2	01
ASSESSOR ESPECIAL III	DANS-3	02
ASSESSOR DE PLANEJAMENTO	DAS-1	01
ASSESSOR JÚNIOR	DAS-2	02
ASSESSOR TÉCNICO	DAS-3	01
AUXILIAR DE SERVIÇOS I	DAI-2	02
CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICA	DANS-2	01
ASSESSOR JURÍDICO	DAS-1	03
AUXILIAR TÉCNICO II	DAI-5	02
GESTOR DE ATIVIDADES MEIO	DGA	01
ASSESSOR DE ATIVIDADES MEIO	DAS-2	01
AUXILIAR DE INFORMÁTICA	DAI-1	06
AUXILIAR DE SERVIÇOS	DAI-1	12
AUXILIAR DE SERVIÇO I	DAI-2	03
AUXILIAR TÉCNICO	DAI-3	05
AUXILIAR TÉCNICO II	DAI-5	03
ASSISTENTE DE TRANSPORTES	DAS-3	01
SUPERVISOR DE RECURSOS HUMANOS	DANS-3	01
AUXILIAR DE SERVIÇO	DAI-1	01
AUXILIAR DE SERVIÇOS I	DAI-2	02
CHEFE DO SERVIÇO DE FOLHA DE PAGAMENTO	DAS-2	01
CHEFE DO SERVIÇO DE DIREITOS E DEVERES	DAS-2	01
SUPERVISOR ADMINISTRATIVO	DANS-3	01
AUXILIAR DO SERVIÇO DE PROTOCOLO	DAI-1	03
AUXILIAR DE SERVIÇOS I	DAI-2	02
AUXILIAR TÉCNICO	DAI-3	02
CHEFE DO SERVIÇO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO	DAS-2	01



CHEFE DE SERVIÇOS GERAIS E TRANSPORTES	DAS-2	01
SUPERVISOR FINANCEIRO	DANS-3	01
AUXILIAR DE SERVIÇOS I	DAI-2	03
CHEFE DO SERVIÇO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DAS-2	01
CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE CONTÁBIL-FINANCEIRO	DAS-2	01
SUPERVISOR DE INFORMÁTICA	DANS-3	01
ASSESSOR DE INFORMÁTICA	DAS-1	01
ASSESSOR JÚNIOR	DAS-2	02
AUXILIAR TÉCNICO DE INFORMÁTICA	DAS-4	02
AUXILIAR DE SERVIÇOS I	DAI-2	02
PRESIDENTE DA COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO	DANS-1	01
ASSESSOR SÊNIOR	DAS-1	02
AUXILIAR DE SERVIÇOS I	DAI-2	03
SECRETÁRIO-ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	ISOLADO	01
ASSESSOR DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	DAS-1	04
ASSESSOR JÚNIOR	DAS-2	01
ASSESSOR TÉCNICO	DAS-3	02
AUXILIAR DE SERVIÇOS	DAI-1	06
GESTOR DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	DGA	01
AUXILIAR DE SERVIÇO I	DAI-2	01
SUPERINTENDENTE DE GESTÃO DE PLANOS E DE ORÇAMENTOS	DANS-1	01
AUXILIAR TÉCNICO	DAI-3	01
AUXILIAR TÉCNICO II	DAI-5	01
AUXILIAR DE SERVIÇO I	DAI-2	01
SUPERVISOR DE ELABORAÇÃO DE PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS	DANS-3	01
SUPERVISOR DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DANS-3	01
SUPERVISOR DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DANS-3	01
SUPERINTENDENTE DE ASSUNTOS FISCAIS	DANS-1	01
AUXILIAR DE SERVIÇO I	DAI-2	01
SUPERVISOR DE ACOMPANHAMENTO E PROJEÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA E DE PARÂMETROS ECONÔMICO-FISCAIS	DANS-3	01
SUPERVISOR DE ACOMPANHAMENTO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	DANS-3	01
SUPERINTENDENTE DE NORMAS	DANS-1	01
ASSESSOR JÚNIOR	DAS-2	01
AUXILIAR TÉCNICO	DAI-3	01
AUXILIAR TÉCNICO II	DAI-5	01
SUPERVISOR DE NORMAS	DANS-3	01
SUPERVISOR DE MÉTODOS E PROCEDIMENTOS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	DANS-3	01
SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAS	DANS-1	01
ASSESSOR JÚNIOR	DAS-2	01
AUXILIAR TÉCNICO	DAI-3	01
AUXILIAR DE SERVIÇO I	DAI-2	01
SUPERVISOR DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	DANS-3	01
SUPERVISOR DE MODIFICAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	DANS-3	01
SECRETÁRIO-ADJUNTO DO TESOIRO E CONTABILIDADE	ISOLADO	01
ASSESSOR DO TESOIRO E CONTABILIDADE	DAS-1	02
ASSESSOR TÉCNICO	DAS-3	03
AUXILIAR TÉCNICO	DAI-3	01
AUXILIAR DE SERVIÇOS	DAI-1	06
AUXILIAR DE SERVIÇOS I	DAI-2	03
GESTOR DO SISTEMA DO TESOIRO E CONTABILIDADE	DGA	01
ASSESSOR ESPECIAL DO SISTEMA DO TESOIRO E CONTABILIDADE	DANS-3	01
AUXILIAR DE SERVIÇO I	DAI-2	02
SUPERINTENDENTE DO TESOIRO	DANS-1	01
ASSESSOR JÚNIOR	DAS-2	03
AUXILIAR DE SERVIÇO I	DAI-2	01

SUPERVISOR DE EXECUÇÃO FINANCEIRA E ENCARGOS GERAIS	DANS-3	01
SUPERVISOR DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS	DANS-3	01
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE	DANS-1	01
ASSESSOR DE CONTABILIDADE	DAS-1	02
ASSESSOR JÚNIOR	DAS-2	01
AUXILIAR TÉCNICO	DAI-3	01
AUXILIAR DE SERVIÇO I	DAI-2	01
SUPERVISOR DE ORIENTAÇÃO E NORMAS CONTÁBEIS	DANS-3	01
SUPERVISOR DE REGISTRO, CONTROLE E ACOMPANHAMENTO	DANS-3	01
SUPERINTENDENTE DA DÍVIDA PÚBLICA	DANS-1	01
SUPERVISOR DE CONTRATOS	DANS-3	01
SUPERVISOR DE MONITORAMENTO DA DÍVIDA	DANS-3	01
SECRETÁRIO-ADJUNTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	ISOLADO	01
GESTOR DA UNIDADE DE INTEGRAÇÃO INSTITUCIONAL	DGA	01
ASSESSOR SÊNIOR	DAS-1	01
ASSESSOR TÉCNICO	DAS-3	02
AUXILIAR TÉCNICO	DAI-3	03
AUXILIAR DE SERVIÇOS	DAI-1	03
SUPERINTENDENTE DE PLANEJAMENTO	DANS-1	01
SUPERINTENDENTE DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO	DANS-1	01
SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E AVALIAÇÃO	DANS-1	01
GESTOR DA UNIDADE DE TECNOLOGIA GOVERNAMENTAL	DGA	01
ASSESSOR ESPECIAL III	DANS-3	01
ASSESSOR TÉCNICO	DAS-3	03
AUXILIAR TÉCNICO	DAI-3	04
AUXILIAR DE SERVIÇOS	DAI-1	03
SUPERINTENDENTE DE CONECTIVIDADE E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	DANS-1	01
ASSESSOR ESPECIAL III	DANS-3	01
SUPERINTENDENTE DE PROJETOS E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	DANS-1	01
SUPERINTENDENTE DE CENTRAL DE SERVIÇOS	DANS-1	01
SUPERINTENDENTE DE NOVAS TECNOLOGIAS	DANS-1	01
ASSESSOR SÊNIOR	DAS-1	01
ASSESSOR JÚNIOR	DAS-2	01
GESTOR DA UNIDADE DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO	DGA	01
ASSESSOR ESPECIAL III	DANS-3	01
ASSESSOR TÉCNICO	DAS-3	01
SUPERINTENDENTE DE NORMALIZAÇÃO E PADRÕES	DANS-1	01
SUPERINTENDENTE DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS	DANS-1	01
SUPERINTENDENTE DE ANÁLISE DA INFORMAÇÃO	DANS-1	01
TOTAL		236

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

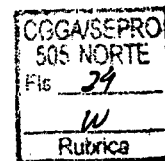
**ANEXO: II
FUNÇÕES GRATIFICADAS**

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	QTD
GABINETE		
Agente de Secretaria	FG-3	98
Assistente Técnico	FG-1	09
Assistente	FG-2	53
Secretária	FG-1	28
TOTAL		188

CGG/ASEPRO
BOSQUE
Fls. 23
61
Rubrica



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil



CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ESTADO DO MARANHÃO - SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E
ORÇAMENTO
CNPJ: 05.022.633/0001-14

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 15:19:20 do dia 03/06/2014 <hora e data de Brasília>.

Válida até 30/11/2014.

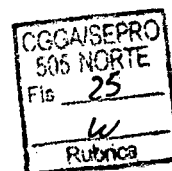
Código de controle da certidão: **7832.6CD8.5FF0.0924**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil



CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS
E ÀS DE TERCEIROS

Nº 171502014-88888633

Nome: SECRETARIA DE ESTADO DE PLENEJAMENTO E
ORÇAMENTO

CNPJ: 05.022.633/0001-14

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em DAU, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8,212 de 24 de julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade empresária simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art.931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de janeiro de 2010.

Emitida em 03/06/2014.
Válida até 30/11/2014.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



ESTADO DO MARANHÃO

CGGA/SEPRO
505 NORTE
Fts 26
W
Rubrica

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Nomear JOÃO BERNARDO DE AZEVEDO BRINGEL para o cargo de Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 1
DE NOVEMBRO DE 2012, 191º DA INDEPENDÊNCIA E 124º DA REPÚBLICA.

Publicado em: 02/11/2012

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

MAI931432219





13-6-13-8
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 049912962013-1 DATA DE EXPEDIÇÃO 27/09/2013

NOME JOAO BERNARDO DE AZEVEDO BRINGEL

FILIAÇÃO MAURY DE MACEDO BRINGEL E AMARA PAIVA DE AZEVEDO BRINGEL

NATURALIDADE MANAUS - AM DATA DE NASCIMENTO 26/04/1956

DOC ORIGEM SEP.DIV.-N.1862 FLS.064 LIV.04-B-AUX

CPF 224830041-72

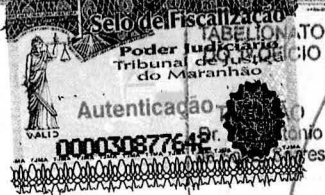
SAO LUIS-MA

P-3


ORLANDO TOPPA ASSUNÇÃO
ASSINATURA DO DIRETOR

VIA-01

LEI Nº 7.416 DE 29/08/83



Certifico e dou fe que a presente fotocópia é a reprodução fiel do original que me foi exibido.

São Luís-MA: 03 FEV 2014

- Rua do Sol, 156-A
São Luís-MA
- ☒ KAROLLYNE DOS SANTOS
 - ☐ REGINA T. MELO FRANÇA
 - ☐ SUSIANE MELO CARNEIRO
 - ☐ TATYANARA S. RODRIGUES

**Companhia Energética do Maranhão**Alameda A, Qd SQS, nº 100, Loteamento Quitandinha, Altos do Calhau - São Luís - MA.
CEP: 65.071-680 | Insc. Estadual: 120.515.11-3 | CNPJ: 06.272.793/0001-84Conta de Energia Elétrica | Nota Fiscal | Série Única 001.879.441
Nº da Fatura 01-20141302979985-96CGGA/SEPRO
505 NORTE
Fls 28**ANA KAROLINA SALOMAO CARVALHO**R. PROFESSOR RONALD CARVALHO, 0
QD AP 302
RENASCENÇA II
65000 - 000
SAO LUIS
75553201349

Referente ao mês

02/2014

Vencimento

12/03/2014

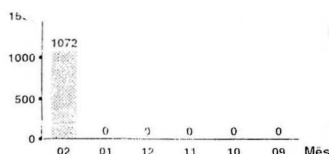
Unidade Consumidora

1048066

Para atendimento, informe este número.

Dados da Unidade ConsumidoraClassificação: RESIDENCIAL-TRIFASICO
Subclasse: RESIDENCIAL NORMAL
Tipo de Tarifa: CONVENCIONAL
Fator de Potência: Tensão Nominal (V): 220**Datas**Emissão 27/02/2014
Apresentação 05/03/2014
Previsão próxima leitura: 27/03/2014**Informações do consumo do mês**

Nº Medidor	Leitura Anterior	Leitura Atual	Consumo	Qtde. de dias	Constante
3055020486	30046 27/01/2014	31118 26/02/2014	1072	30	1

Histórico do Consumo (kWh)**Tarifa sem tributos (R\$)**RES ANEEL 1595/13
1072 0,343570**Número de Inscrição Social (NIS)****Composição do consumo (R\$)**

Compra de Energia	Transmissão	Distribuição (CEMAR)	Encargos Setoriais	Tributos	Total (R\$):
144.10	9.94	198.11	16.15	188.35	556.65

Informações de tributos

Tributos	Base de cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
ICMS	556.65	27,00	150,29
PIS	556.66	1.21974	6.79
COFINS	556.66	5.61820	31.27

Indicadores de continuidade

01/2014	DIC	FIC	DMIC
Meta Men	5.19	3.23	2.94
Meta Tri	10.38	6.47	
Meta An	20.77	12.95	
Apurado Men	1.43	1.00	1.43
Conjunto: SAO FRANCISCO		EUSD(R\$)65.10	

Total a pagar: R\$ 597,51**Reservado ao Fisco**

Período Fiscal: 27/02/2014

01F6.596A.42BF.D9F2.7A00.D078.C256.F908

Reaviso de vencimento**Informações para o cliente**Sistema de bandeiras tarifárias entrará em vigor a partir de jan/15
Ano Teste-Mes Fev/14 Bandeira VERMELHA valor R\$ 0,030/kWh**MANTENHA SEUS
DADOS CADASTRAIS
SEMPRE ATUALIZADOS.**

É um dever informar seus dados cadastrais (nome, endereço, CPF etc.), atualizá-los sempre que necessário e se responsabilizar pela veracidade junto à CEMAR. Além disso, informe corretamente se sua unidade consumidora é uma residência ou se exerce alguma atividade comercial, industrial, rural ou de serviços.

Nome	UC	Local/Etapa/Livro	Competência	Vencimento	Valor Cobrado(R\$)
ANA KAROLINA SALOMAO CARVALHO	1048066	0001 17 000461-311	02/2014	12/03/2014	597.51

836200000054 975100130007 001010201414 302979985967



Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) 167. Ligação gratuita de telefones fixos e tarifada na origem para telefones celulares.

As informações sobre as condições de fornecimento, tarifas, produtos, serviços prestados e tributos encontram-se disponíveis para consulta nas Agências de Atendimento da CEMAR.

Ouvidoria CEMAR: 0800 286 9803. Atendimento da Ouvidoria: de segunda a sexta, das 8h às 12h e das 14h às 18h.

Indicadores de Continuidade

DIC	Nº de horas que o cliente ficou sem energia (horas)
FIC	Nº de vezes que o cliente ficou sem energia (vezes)
DMIC	Duração máxima em horas contínuas que o cliente ficou sem energia (vezes)
DICRI	Duração de Interrupção Individual em dias críticos (horas)

É direito do cliente solicitar à CEMAR os valores apurados do DIC, FIC, DMIC e DICRI a qualquer tempo.

Níveis de Tensão Fornecido

Tensão Nominal Volts	Faixa de valores para limites mín. e máx.
220	201 a 231
380	348 a 396

Clientes cujos indicativos padrões de continuidade tenham sido violados deverão receber uma compensação financeira através de crédito na conta de energia, conforme critérios definidos no módulo 08 do PRODIST/ANEEL.

Bandeiras Tarifárias

*A partir de 2015 vigorará o sistema de bandeiras tarifárias. A bandeira verde não implicará cobrança adicional. As bandeiras amarela e vermelha, quando acionadas, implicarão tarifas de maior valor, devido ao maior custo de geração. No mês de [] vigoraria a bandeira [], a qual implicaria [] de acréscimo ao valor da tarifa, líquido de impostos. Mais informações em www.aneel.gov.br. * [os dados variáveis se encontram no interior da conta.]

SIGA AS DICAS DA CEMAR E APROVEITE PARA ECONOMIZAR ENERGIA.

Esteja sempre bem informado, confira outras dicas da CEMAR no nosso site www.cemar116.com.br



Deixe a porta da geladeira fechada e sempre verifique se ela está em boas condições de uso.



Sempre desligue da tomada os aparelhos que não estiverem em uso. DVD, TV, som e videogames em Standby também consomem energia.

E lembre-se: aproveite ao máximo a luz natural, evitando acender lâmpadas durante o dia. Assim, você economiza na conta e ainda ajuda o meio ambiente.

Local / Etapa / Livro-Seq: 0001 17 000461-311 Regional: 0001

Medidor: 3055020486



2014130297985



Unidade Consumidora

1048066

ANA KAROLINA SALOMAO CARVALHO

R. PROFESSOR RONALD CARVALHO, 0-QD AP 302
BAIRRO: RENASCENÇA II
65000 - 000 SAO LUIS - MA



Vencimento

12/03/2014

Pague sua conta até a data de vencimento e evite a cobrança de multa, atualização monetária e suspensão de energia, conforme legislação vigente.

3755



GOVERNO DO
maranhão
Secretaria de Estado de Direitos e
Assistência Social e Cidadania



ESTADO DO MARANHÃO

DIÁRIO OFICIAL

PODER EXECUTIVO



ANO CVII Nº 177 SÃO LUÍS, QUARTA-FEIRA, 11 DE SETEMBRO DE 2013 EDIÇÃO DE HOJE: 48 PÁGINAS

SUMÁRIO

Poder Executivo	01
Casa Civil	03
Secretaria de Estado da Gestão e Previdência	03
Secretaria de Estado da Comunicação Social	12
Secretaria de Estado da Fazenda	12
Secretaria de Estado da Saúde	25
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais	25
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar	26
Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	27
Secretaria de Estado da Educação	37
Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária ...	43
Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania	46

PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 29.358, DE 11 DE SETEMBRO DE 2013

Dispõe sobre o remanejamento de cargo em comissão para a estrutura do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN/MA) e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e V do art. 64 da Constituição Estadual e o disposto na Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado da Casa Civil para a estrutura do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN/MA), um cargo em comissão de Símbolo DAI-2, que passa a denominar-se Auxiliar de Serviços I.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 11 DE SETEMBRO DE 2013, 192º DA INDEPENDÊNCIA E 125º DA REPÚBLICA.

ROSEANA SARNEY
Governadora do Estado do Maranhão

JOÃO GUILHERME DE ABREU
Secretário-Chefe da Casa Civil

FÁBIO GONDIM PEREIRA DA COSTA
Secretário de Estado da Gestão e Previdência

ALUISIO GUIMARÃES MENDES FILHO
Secretário de Estado da Segurança Pública

DECRETO Nº 29.359, DE 11 DE SETEMBRO DE 2013.

Institui a Comissão Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão e o Comitê Técnico-Científico do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão, e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 64, incisos III e V da Constituição Estadual e de acordo com os arts. 27, 48 e 66 da Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento - SEPLAN, a Comissão Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão - CEZEE/MA, com a finalidade de planejar, coordenar, acompanhar, avaliar e referendar a elaboração e implementação do Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão - MACROZEE/MA, na escala de 1:1.000.000 e do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão - ZEE/MA, na escala de 1:250.000.

Art. 2º Os trabalhos do Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE serão conduzidos de acordo com os seguintes princípios:

I - visão sistêmica que propicie a análise das relações de interdependência entre os meios físico-biótico, socioeconômico e jurídico-institucional;

II - abordagem interdisciplinar que vise à sustentabilidade ambiental, econômica e social, compatibilizando o crescimento econômico com a conservação dos recursos naturais, em favor das presentes e futuras gerações;

III - ampla participação de todos os entes sociais interessados, com a organização de fóruns para discussões acerca dos resultados do MACROZEE/MA e do ZEE/MA.

Parágrafo único. O MACROZEE/MA e o ZEE/MA obedecerão às Constituições Federal e Estadual, às Políticas Nacional e Estadual do Meio Ambiente e orientar-se-ão pelos princípios da função socioambiental da propriedade, da prevenção, da precaução, do poluidor-pagador, do usuário-pagador, do protetor-recebedor, da participação informada, do acesso equitativo, da integração e do desenvolvimento sustentável, tendo os seguintes objetivos:

I - ampliar o nível de conhecimento institucional e social sobre os meios físico-biótico, socioeconômico e jurídico-institucional do Estado do Maranhão;



II - subsidiar a formulação e espacialização de planos estaduais e municipais de planejamento e ordenamento do território e de desenvolvimento econômico e social;

III - propor soluções de desenvolvimento que considerem a melhoria da qualidade de vida das populações, com geração de emprego e renda, o fortalecimento das atividades produtivas, o respeito ao meio ambiente, a redução dos riscos de perda do patrimônio natural e cultural e a manutenção e recuperação dos serviços ambientais dos ecossistemas naturais do Estado do Maranhão.

Art. 3º Compete à CEZEE/MA:

I - planejar, coordenar, acompanhar, avaliar e referendar a elaboração e implementação do MACROZEE/MA e do ZEE/MA;

II - promover a compatibilidade entre os instrumentos de planejamento governamental, como o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, às diretrizes do MACROZEE/MA e do ZEE/MA;

III - promover mecanismos de permanente participação dos entes sociais interessados durante a elaboração e implementação do MACROZEE/MA e do ZEE/MA;

IV - identificar e promover parcerias institucionais destinadas à elaboração e implementação do MACROZEE/MA e do ZEE/MA;

V - participar de debates acerca da compatibilização do MACROZEE/MA e do ZEE/MA com os programas desenvolvidos pelo Governo Federal no âmbito da Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional - CCZEE.

Art. 4º A CEZEE/MA será composta por dois representantes, titular e suplente, dos seguintes órgãos:

I - Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento - SEPLAN;

II - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMA;

III - Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SAGRIMA;

IV - Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio - SEDINC;

V - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar - SEDES;

VI - Secretaria de Estado da Infraestrutura - SINFRA;

VII - Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano - SECID;

VIII - Secretaria de Estado de Minas e Energia - SEME;

IX - Secretaria de Estado do Turismo - SETUR;

X - Secretaria de Estado da Pesca e Aquicultura - SEPAQ;

XI - Secretaria de Estado de Assuntos de Políticos - SEAP.

§ 1º Compete à SEPLAN coordenar os trabalhos da CEZEE/MA.

§ 2º As deliberações da CEZEE/MA serão tomadas por um número mínimo de seis membros, incluindo-se, obrigatoriamente, os representantes da SEPLAN e da SEMA.

§ 3º A CEZEE/MA será assessorada tecnicamente pelo Comitê Técnico-Científico do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão, de que trata o art. 6º deste Decreto.

Art. 5º Compete à Coordenação da CEZEE/MA:

I - convocar reuniões ordinárias, em um número mínimo de quatro reuniões anuais, e extraordinárias, disponibilizando os documentos necessários para o bom andamento dos trabalhos;

II - elaborar atas das reuniões da CEZEE/MA e relatórios de acompanhamento das atividades da CEZEE/MA, do MACROZEE/MA e do ZEE/MA;

III - analisar os produtos gerados ao longo do processo de elaboração e implementação do MACROZEE/MA e do ZEE/MA;

IV - constituir grupos de trabalho e estudo e comissões temáticas temporárias para apreciar matérias apresentadas pela e à CEZEE/MA;

V - convidar representantes de outros órgãos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, bem como organizações da sociedade civil organizada, para participarem das reuniões da Comissão, com direito a voz, mas sem direito a voto.

Parágrafo único. A operacionalização das atividades a cargo da Coordenação da CEZEE/MA será exercida por equipe designada pela SEPLAN, remunerada durante a execução do MACROZEE/MA e do ZEE/MA pelo trabalho desenvolvido.

Art. 6º Fica instituído o Comitê Técnico-Científico do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão, com as seguintes atribuições:

I - servir como órgão de assessoria técnica da CEZEE/MA;

II - auxiliar a definição das diretrizes metodológicas para a elaboração do MACROZEE/MA e do ZEE/MA;

III - orientar a elaboração do termo de referência para a elaboração do MACROZEE/MA e do ZEE/MA;

IV - assistir a Coordenação da CEZEE/MA na análise dos produtos gerados ao longo do processo de elaboração e implementação do MACROZEE/MA e do ZEE/MA;

V - coordenar o intercâmbio técnico e metodológico junto a outros órgãos da Administração Pública Federal e Estadual.

Art. 7º O Comitê Técnico-Científico do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão será integrado por dois representantes, titular e suplente, dos seguintes órgãos:

I - Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento - SEPLAN;

II - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMA;

III - Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos - IMESC;



IV - Universidade Federal do Maranhão - UFMA;

V - Universidade Estadual do Maranhão - UEMA;

VI - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, unidade Cocais;

VII - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, unidade estadual do Maranhão.

§ 1º As atividades do Comitê Técnico-Científico serão executadas na respectiva área de atuação de cada órgão nele representado.

§ 2º O Comitê Técnico-Científico poderá contar com o apoio de outros órgãos para subsidiá-lo no estudo dos temas que lhe compete analisar.

§ 3º Compete à SEPLAN coordenar os trabalhos e convocar as reuniões do Comitê Técnico-Científico.

Art. 8º Compete à SEPLAN armazenar, integrar, gerenciar e disponibilizar a base de dados gerada no âmbito do MACROZEE/MA e do ZEE/MA.

Art. 9º A participação na CEZEE/MA e no Comitê Técnico-Científico do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão é considerada prestação de serviço público, obrigatória e relevante.

Parágrafo único. As atividades técnico-científicas realizadas no âmbito da CEZEE/MA e do Comitê Técnico-Científico, a critério de cada órgão, poderão ser remuneradas sob a forma de gratificação técnico-científica (GTC).

Art. 10. Revogam-se os Decretos nºs 24.256, de 1º de julho de 2008, Decreto nº 25.806, de 21 de outubro de 2009, e o Decreto nº 29.195, de 3 de julho de 2013.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 11 DE SETEMBRO DE 2013, 192º DA INDEPENDÊNCIA E 125º DA REPÚBLICA.

ROSEANA SARNEY
Governadora do Estado do Maranhão

JOÃO GUILHERME DE ABREU
Secretário-Chefe da Casa Civil

JOÃO BERNARDO DE AZEVEDO BRINGEL
Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento

CASA CIVIL

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Nomear DOMINGOS PASCOAL CANTANHEDE LOPES para o cargo em comissão de Chefe do Escritório Regional de Itapecuru-Mirim, Símbolo DANS-3, da Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 11 DE SETEMBRO DE 2013, 192º DA INDEPENDÊNCIA E 125º DA REPÚBLICA.

ROSEANA SARNEY
Governadora do Estado do Maranhão

JOÃO GUILHERME DE ABREU
Secretário-Chefe da Casa Civil

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Tornar sem efeito o ato que nomeou MARCIA CRISTINA MENDES CERQUEIRA para o cargo em comissão de Chefe do Escritório Regional de Itapecuru-Mirim, Símbolo DANS-3, da Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão, publicado na Edição nº 170 do Diário Oficial do Estado, de 2 de setembro de 2013.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 11 DE SETEMBRO DE 2013, 192º DA INDEPENDÊNCIA E 125º DA REPÚBLICA.

ROSEANA SARNEY
Governadora do Estado do Maranhão

JOÃO GUILHERME DE ABREU
Secretário-Chefe da Casa Civil

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar

SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA

EDITAL Nº 36, DE 11 DE SETEMBRO DE 2013

Retificação do Edital de Convocação para matrícula no Curso de Formação e Investigação Social de Soldado do Corpo de Bombeiros Militar

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA, em exercício, conforme art. 67 da Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, na qualidade de Presidente da Comissão Central de Concurso Público, criada por meio do Decreto Estadual nº 28.608, de 28 de setembro de 2012, torna pública a retificação do citado Edital do concurso público de Soldado do Corpo de Bombeiros Militar, regido pelo edital nº 03, de 10 de outubro de 2012, a seguir:

Ministério do Meio Ambiente
SEPRO/DSG/CGSG/CGGA

CONFERIDO

Processo autuado com 31 peças(s)

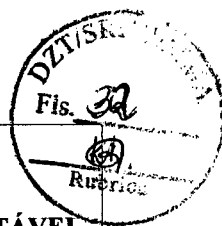
Data: 03/06/2014

W. Wellington

Servidor



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
DEPARTAMENTO DE ZONEAMENTO TERRITORIAL



Assunto: Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Meio Ambiente e o Estado do Maranhão

Origem: Departamento de Zoneamento Territorial

Brasília/DF, 20 de junho de 2014.

NOTA TÉCNICA nº 32 /2014/DZT/SEDR/MMA

Ref: Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Meio Ambiente e o Estado do Maranhão, para elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão – Processo nº 02000.001452/2014-48.

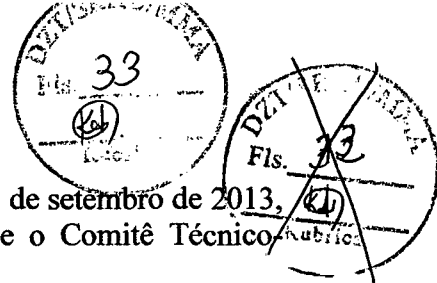
1. Introdução

1.1. Trata-se, a presente Nota Técnica, da celebração de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA), por intermédio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR), e o Estado do Maranhão, por intermédio da Secretaria Estadual do Planejamento e Orçamento (SEPLAN).

1.2. A SEPLAN, por meio do Ofício nº 064/2014-GAB/SEPLAN, de 04 de abril de 2014 (fls. 03 e 04), formalizou seu interesse em estabelecer o ACT em tela, visando a elaboração e implementação do zoneamento ecológico-econômico (ZEE) do Estado do Maranhão, na escala de 1:250.000, em articulação com o Macrozoneamento Ecológico Econômico (MacroZEE) da Amazônia Legal, do bioma Cerrado e do próprio estado. Para isso, a SEPLAN encaminhou uma minuta do Acordo de Cooperação Técnica e do respectivo Plano de Trabalho a ser cumprido durante os 36 meses de vigência do ACT (fls. 05 a 12).

1.3. O Ofício nº 064/2014-GAB/SEPLAN encaminhou, também, como anexos, (i) a lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo do Estado do Maranhão (fls. 13 a 18), (ii) a medida provisória nº 125, de 03 de maio de 2012, que altera a denominação da SEPLAN (fls. 19 e 20), (iii) o decreto nº 28.186, de 18 de maio de 2012, que dispõe sobre a reorganização da SEPLAN (fls. 21 a 23), (iv) as certidões negativas de débitos relativos aos tributos federais e à dívida da ativa da União e de débitos relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros da SEPLAN (fls. 24 e 25), (v) a documentação do Secretário da SEPLAN, João Bernardo de Azevedo Bringel: ato de nomeação e informações pessoais - documento de identidade, contendo o número do CPF, e

comprovante de endereço (fls. 26 a 28), e (vi) o decreto nº 29.359, de 11 de setembro de 2013, que institui a Comissão Estadual de ZEE do Estado do Maranhão e o Comitê Técnico Científico do ZEE do Estado do Maranhão (fls. 29 a 31).



2. Parecer técnico

2.1. Tradicionalmente, as políticas públicas brasileiras são caracterizadas pela baixa coordenação, coerência e consistência das ações desenvolvidas. As instâncias responsáveis pela formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas ainda carecem de uma maior troca de informações e perspectivas para a construção de estratégias de intervenção transversais e mais abrangentes. Como resultado, a trajetória das políticas públicas é profundamente marcada por direções relativamente autônomas e fragmentadas, pautadas por visões distintas – e, por vezes, contraditórias – dos problemas e soluções.

2.2. Contudo, a percepção de que no núcleo dos obstáculos ao desenvolvimento está a falta de uma abordagem integrada aos problemas que atingem a sociedade, faz crescer uma tendência de se instaurar um novo modelo de gestão pautado na conciliação e no reforço mútuo dos resultados e dos meios institucionais para seu alcance, cabendo ao zoneamento ecológico-econômico (ZEE) papel fundamental nesse processo.

2.3. Instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente regulamentado pelo decreto nº 4.297/2002, o ZEE representa uma ferramenta integrada de diagnóstico e proposição de diretrizes socialmente pactuadas de uso e ocupação do território, buscando orientar os esforços de investimento do governo e do setor privado com base na viabilização de atividades econômicas dinâmicas que reconheçam e valorizem a diversidade, as potencialidades e as limitações locais. Assentado no uso sustentável dos recursos naturais e na melhoria das condições de vida da população, o ZEE objetiva impedir, portanto, movimentos indesejados de ocupação de áreas ainda conservadas, estimulando uma melhor utilização das áreas já degradadas e conservando a capacidade de reprodução dos ecossistemas regionais.

2.4. No Estado do Maranhão, as atividades do ZEE foram iniciadas na década de 1990, por meio da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA), que formalizou convênios com a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) e com a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) para a elaboração do ZEE do estado. A capacitação técnica das equipes da SEMA e da UEMA foi realizada em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais (INPE), chegando-se a elaborar um diagnóstico geoambiental da zona sul do estado. Porém, com o encerramento dos convênios, em 1998, as atividades do ZEE foram interrompidas.

2.5. Somente em 2005, por iniciativa da SEPLAN, foi incluído no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 do estado o Programa de Planejamento e Gestão Territorial (PPGT), coordenado pela própria SEPLAN, em conjunto com a SEMA e a UEMA, que proporcionou a retomada das discussões acerca de importância do ZEE para o estado.

2.6. Em 2008, o Governo do Estado, sob a coordenação da SEMA, solicitou ao MMA a realização de uma visita técnica ao Maranhão, com o objetivo de discutir a situação do ZEE no estado e retomar os trabalhos de acordo com as Diretrizes Metodológicas estabelecidas pelo MMA. Como consequência desta visita, foi efetuado, sob a orientação do MMA, o levantamento das informações existentes no estado para subsidiar a retomada do zoneamento, em especial sua fase de diagnósticos.

2.7. Além disso, com o apoio do MMA e do Grupo de Trabalho Permanente para a Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico (denominado Consórcio ZEE Brasil), foi constituído grupo de trabalho estadual para ser capacitado em técnicas de elaboração de prognósticos, outra fase da metodologia de elaboração do ZEE. Dessa forma, chegou-se a dar início à elaboração do MacroZEE do Estado do Maranhão, na escala de 1:1.000.000, que, contudo, sofreu novamente com problemas de descontinuidade.

2.8. Pela necessidade e importância de se retomar o processo de elaboração do ZEE, a SEPLAN reassumiu a coordenação do processo, entendido como instrumento estratégico para promover a incorporação das dimensões ambiental, social, econômica e cultural nas diversas ações que influenciam na dinâmica de uso e ocupação do território maranhense, de modo a promover o desenvolvimento sustentável do estado.

2.9. Assim, por meio do decreto nº 29.359, de 11 de setembro de 2013, foi instituída a Comissão Estadual de ZEE do Estado do Maranhão (CEZEE) – composta por 11 Secretarias de Governo com a atribuição principal de planejar, coordenar, acompanhar, avaliar e referendar a elaboração e implementação do ZEE no estado – e o Comitê Técnico-Científico do ZEE do Estado do Maranhão (CTC) – integrado por sete órgãos públicos, federais e estaduais, que atua como órgão de assessoria técnica à CEZEE.

2.10. Este novo contexto institucional permitiu ao estado finalizar, em março de 2014, o MacroZEE do Estado do Maranhão, elaborado na escala de 1:1.000.000, como etapa fundamental para se obter o ZEE em escala compatível com o planejamento desejado. Executado pela Embrapa Monitoramento por Satélite, com a supervisão constante da CEZEE, do CTC e do próprio MMA, o MacroZEE do Estado do Maranhão também foi objeto de discussão com a sociedade local por meio da realização de quatro audiências públicas nos municípios de Balsas, Chapadinha, Imperatriz e São Luís, permitindo colher críticas e sugestões para a melhoria da proposta.

2.11. O mapa de gestão territorial do MacroZEE, bem como as áreas ocupadas pelas zonas ecológico-econômicas delimitadas, em valores absolutos (área em quilômetros quadrados) e relativos (percentuais), são apresentados a seguir:

19

Prof. S. S.

Prod. Salen

Zonas	Área (km ²)	Área (%)
Consolidação e expansão dos sistemas sustentáveis de produção	216.679,1	65,3
Uso sustentável dos recursos naturais	28.710,8	8,6
Áreas de influência costeira	45.346,4	13,7
Áreas institucionais e usos especiais	38.831,6	11,7
Áreas urbanas	1.311,8	0,4
Corpos d'água	1.057,8	0,3
Total	331.937,5	100,0



2.12. Finalizado o MacroZEE do estado, que será objeto de projeto de lei a ser encaminhado à Assembleia Legislativa do Maranhão ainda neste mês, incluiu-se no escopo do Programa Viva Maranhão (financiado pelo BNDES), especificamente no componente Gestão Territorial, a contratação de serviços técnicos especializados para a elaboração do ZEE do estado na escala de 1:250.000.

2.13. Dessa forma, o Acordo de Cooperação Técnica proposto visa conjugar esforços para a elaboração e implementação do ZEE do Estado do Maranhão, na escala de 1:250.000, de forma integrada ao MacroZEE da Amazônia Legal, do bioma Cerrado e do próprio Estado do Maranhão, por meio do desenvolvimento das atividades constantes no Plano de Trabalho, não implicando, contudo, na transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

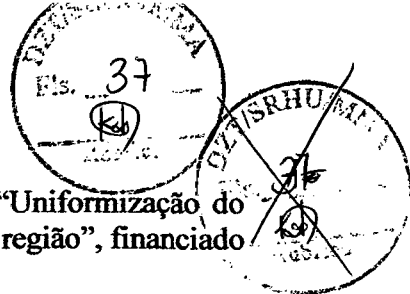
2.14. O Acordo será celebrado entre o Ministério do Meio Ambiente – por intermédio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, onde se insere o Departamento de Zoneamento Territorial, responsável por coordenar a elaboração do ZEE no território nacional e promover o ZEE das unidades da federação – e o Estado do Maranhão, por intermédio da Secretaria Estadual do Planejamento e Orçamento, órgão do estado responsável por coordenar a Comissão Estadual do ZEE e o Comitê Técnico-Científico do ZEE do estado.

2.15. Ao Ministério do Meio Ambiente, caberá assistir o Estado do Maranhão no desenvolvimento das diversas etapas de elaboração e implementação do ZEE do estado, garantindo o atendimento dos pressupostos técnicos e institucionais estabelecidos no decreto nº 4.297/2002 e mediando a participação das instituições que integram o Consórcio ZEE Brasil na execução do Plano de Trabalho.

2.16. Para tanto, o Plano de Trabalho prevê a avaliação conjunta dos produtos intermediários (contemplando as fases de diagnóstico dos meios físico, socioeconômico e jurídico-institucional, incluindo o mapeamento da potencialidade e fragilidade natural do estado, as tendências de ocupação e articulação regional e as condições de vida da população, e de prognóstico, mediante a elaboração de cenários tendenciais e alternativos) e final (mapa de gestão territorial e diretrizes gerais e específicas de uso) do ZEE do Estado do Maranhão, com a realização de oficina, audiências públicas e seminário para discussão e validação dos resultados alcançados para posterior institucionalização do ZEE por meio de marco legal específico.

2.17. Além disso, para viabilizar a integração do ZEE do Estado do Maranhão ao MacroZEE da Amazônia Legal e do bioma Cerrado, o MMA colocará à disposição do estado as bases de informações destes MacroZEEs, bem como dos demais programas, planos e projetos de sua responsabilidade, convergentes com as atividades do Plano de Trabalho. Está prevista, também, a disponibilização de dois bolsistas ao estado, provenientes da cooperação entre o

MMA, a Embrapa Amazônia Oriental e o CNPq no âmbito do projeto “Uniformização do ZEE da Amazônia Legal e integração com zoneamentos agroecológicos da região”, financiado pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).



2.18. O Estado do Maranhão, por sua vez, por intermédio da SEPLAN, terá como atribuições principais a articulação da Comissão Estadual do ZEE e do Comitê Técnico-Científico do ZEE do estado, com a finalidade de supervisionar e avaliar a elaboração e implementação do zoneamento, bem como a definição de arranjos institucionais para a inserção do ZEE em programas, planos, políticas e projetos, públicos e privados, com vistas à implementação do zoneamento.

2.19. De modo a fomentar a internalização dos produtos do ZEE do Estado do Maranhão nas instituições governamentais e na sociedade, o Plano de Trabalho também estabelece a realização de atividades de capacitação de gestores públicos e privados do estado para o uso e aplicação da base de informações do ZEE e de disponibilização em ambiente web da base de informações do zoneamento, assegurando a divulgação das informações geradas ao público interessado.

2.20. Por fim, prevê-se a apreciação do ZEE do Estado do Maranhão pela Comissão Coordenadora do ZEE do Território Nacional (CCZEE), objetivando compatibilizá-lo com as políticas públicas federais, em especial aquelas que têm o território maranhense como área de intervenção.

3. Conclusão

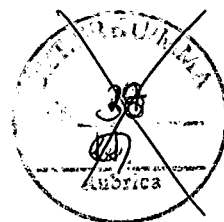
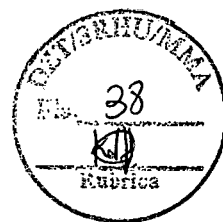
3.1. A atuação do Estado brasileiro não foi marcada, tradicionalmente, por uma concepção estratégica que buscase compatibilizar as dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento. Grande parte dos incentivos fiscais e financeiros concedidos nas últimas décadas contribuiu para a exploração extensiva dos recursos naturais, com benefícios econômicos de curto prazo, baixa internalização dos lucros dos empreendimentos e pouco potencial de agregação de valor à produção.

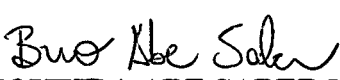
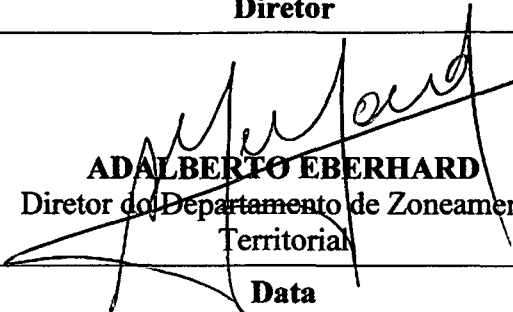

3.2. Como resposta, têm ganho ênfase, nos últimos anos, instrumentos de gestão e ordenamento territorial, em especial o ZEE, com o objetivo de conciliar as tendências de integração local, regional e nacional com a necessidade premente de se promover um novo modelo de desenvolvimento sustentável, mais equilibrado e que gere menos pressões sociais e ambientais.

3.3. Tendo em perspectiva os princípios do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e as disposições contidas no novo Código Florestal (segundo as quais o ZEE dos estados deve ser elaborado de acordo com metodologia unificada, estabelecida pelo governo federal), merecem apoio, portanto, iniciativas de cooperação como a aqui analisada. As disposições contidas na minuta do Acordo de Cooperação Técnica, bem como no respectivo Plano de Trabalho, estão compatíveis com o que designa o decreto nº 4297/2002 e as Diretrizes Metodológicas para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil.


3.4. Assim, tendo como base a análise contida na seção anterior dessa Nota Técnica, este Departamento manifesta-se favorável à celebração do presente Acordo de Cooperação Técnica, propondo, portanto, o encaminhamento do Processo nº 02000.001452/2014-48 à Consultoria Jurídica do MMA para análise e encaminhamentos necessários.

À consideração superior,



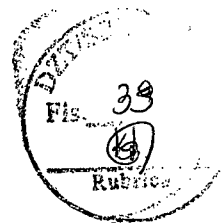
ASSINATURAS	
Responsável pela elaboração da nota técnica	Diretor
 BRUNO SIQUEIRA ABE SABER MIGUEL Gerente do Programa ZEE Brasil	 ADALBERTO EBERHARD Diretor do Departamento de Zoneamento Territorial
Secretário	Data
 PAULO GUILHERME CABRAL Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável	Brasília, 20 de junho de 2014.

Ciente, encaminhe-se para as providências necessárias.



NEY MARANHÃO
Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano

SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO
DEPARTAMENTO DE ZONEAMENTO TERRITORIAL




Processo nº 02000.001452/2014-48

Em 06 de junho de 2014.

À Sra. Chefe de Gabinete da SRHU

1. Solicitamos a assinatura do Secretário Ney Maranhão na nota técnica, às fls. 32 a 38 e o posterior encaminhamento do processo, à Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável.
2. Após a assinatura da nota técnica pelo Secretário Paulo Guilherme, solicitamos a gentileza de remeter o processo à Consultoria Jurídica para análise e encaminhamentos necessários.

Atenciosamente,


ADALBERTO EBERHARD
Diretor do Departamento de Zoneamento Territorial



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO
Chefia de Gabinete



PROCESSO Nº: 02000.001452/2014-48

DESPACHO

Brasília, 20 de junho 2014.

Ao Gabinete da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável -SEDR

1. Para demais encaminhamentos, conforme recomendado no Despacho (fl. 39).

Atenciosamente,

Adriana Vasconcelos
ADRIANA VASCONCELOS
Chefe de Gabinete

EM BRANCO

RECEBIDO NA SEÇÃO

Em 24/06/14

As 15:50

Ass. Junior



SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL
GABINETE



Protocolo nº 02000.001452/2014-48

Em 24 de junho de 2014.

À CONJUR,

Conforme solicitado no despacho à fl. 39, encaminhamos o presente processo para análise jurídica e encaminhamentos necessários.

Atenciosamente,


ROSELI BUENO DE ANDRADE
Chefe de Gabinete



PROTOCOLO DE ENTRADA DE PROCESSO NA CONJUR/MMA

Nº do Processo	Data de Ingresso	Hora	Origem:
07000 02/4521 2014-48	25/06/14	10:48	SEU 12

Assinatura
Servidor do Serviço de Apoio Administrativo

DESPACHO DO CONSULTOR JURÍDICO

☐ Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos

Encaminhem-se os presentes autos à (o):

☒ Coordenação-Geral de Atos, Contratos e Ajustes

☐ Apoio Administrativo

OBS:

Brasília, 25 / 06 / 2014

Assinatura
JOSÉ CARLOS DE LIMA C'DE ALMEIDA
Advogado da União
Consultor Jurídico

DESPACHO DO COORDENADOR-GERAL

Distribuem-se os presentes autos, para as providências pertinentes, à(o) Dr(a):

☐ Andrea Costa
☐ Cleilton Barros
☐ Fernanda Fernandes
☐ Flávio Santiago
☐ Gustavo Carolino

☐ João Paulo
☐ Lais Aquino
☐ Tayse Oliveira
☐ Olavo Medeiros
☐ Pedro Allemand

☐ Rafael Amorim
☒ Rodrigo Magalhães
☐ Tânia Arrais
☐ Thais Madruga

OBS:

Brasília, 25 / 06 / 2014

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos

Coordenadora-Geral de Atos, Contratos e Ajustes

DISTRIBUIÇÃO

Efetuei a entrega dos presentes autos ao seu destinatário em

27/06/2014

09:55

Servidor do Serviço de Apoio Administrativo

Assessoria Técnica

Nome: _____

Data: ____/____/201____

RECEBIMENTO

Recebi os presentes autos.

Brasília, 27/06/14

Advogado(a)/Servidor(a)

DEVOLUÇÃO

Encaminho os presentes autos à Coordenação-Geral, com:

Brasília, 02/07/2014

Advogado(a)/Servidor(a)

ARQUIVO/SAA

TERMO DE JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO

Constituída a Comissão para o Ministério do Meio Ambiente

Nesta data foi apresentada a proposta de manifestação:

☒ Parecer ☐ Nota ☐ Carta ☐ Inquérito ☐ Documento ☐ Outros

nº 572/2013, do fis. 43 a 45, emitida como representante(a) o(a) Dr(a)

DR. RODRIGO

Brasília, 03 de 07 de 14 às 16:48

frumano

Assinatura e Carimbo



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
COORDENAÇÃO-GERAL DE ATOS, CONTRATOS E AJUSTES

PARECER n.º 572 /2014/CGCA/CONJUR-MMA/CGU/AGU/rmp

PROCESSO n.º 02000.001452/2014-48

INTERESSADO: SEDR

ASSUNTO: Acordo de Cooperação Técnica

REFERÊNCIA: Nota Técnica n.º 32/2014/DZT/SEDR/MMA

EMENTA: ADMINISTRATIVO. ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA. PARECER TÉCNICO FAVORÁVEL, EXPLICITANDO AS RAZÕES PARA A CELEBRAÇÃO DO AJUSTE. ADEQUAÇÃO DA MINUTA. VIABILIDADE JURÍDICA.

Senhora Coordenadora Geral,

Trata-se de análise de minuta de Acordo de Cooperação Técnica a ser celebrado entre a União, representada pelo Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEDR e o Estado do Maranhão, por meio da Secretaria do Planejamento e Orçamento - SEPLAN, cujo objeto estabelecer cooperação para a elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE do Estado do Maranhão, na escala 1:250.000, em articulação com os Macrozoneamentos Ecológico-Econômicos da Amazônia Legal, do Bioma do Cerrado e do Estado do Maranhão.

2 Preliminarmente, cumpre ressaltar que o exame desta Consultoria se dá nos termos da alínea “a” do inciso VI do art. 11 da Lei Complementar no 73, de 1993 subtraindo-se ao âmbito da competência institucional deste Órgão Consultivo, delimitada em lei, análises que importem considerações de ordem técnica. Sublinhe-se que a apreciação ora empreendida se cinge aos aspectos jurídico-formais da minuta acostada à contracapa dos autos.

3 A celebração do instrumento *sub examine* pré ordena-se ao estabelecimento de atribuições e responsabilidades a cargo de cada um dos signatários do Acordo de Cooperação a ser celebrado.

4 No que diz respeito à conveniência e oportunidade da celebração do ajuste, o setor competente da SEDR, corrobora a sua pertinência. É o que se infere da Nota Técnica n.º 32/2014/DZT/SEDR/MMA (fls. 32/38) que aprovou a documentação constante dos autos e recomendou a celebração do Instrumento.

5 O instrumento jurídico analisado serve para viabilizar relações de cooperação técnica interinstitucional, não envolvendo transferência de recursos financeiros.

6 O texto da minuta de fls. 05/09 traz cláusulas que dispõem sobre as atribuições de cada um dos entes, não havendo qualquer impedimento jurídico para a sua previsão, com exceção da alínea "i", inciso I, da Cláusula Terceira, que prevê como atribuição do Ministério do Meio Ambiente a disponibilização de dois bolsistas ao Estado do Maranhão, durante o período de elaboração do ZEE estadual.

7 Segundo a unidade técnica, os bolsistas serão provenientes da cooperação entre MMA, EMBRAPA da Amazônia Legal e o CNPq, no âmbito do Projeto "Uniformização do ZEE da Amazônia Legal e integração com zoneamentos agroecológicos da região", financiado pela Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP.

8 **Sobre o tema, cabe esclarecer que o MMA não pode disponibilizar bolsistas ou quaisquer outros servidores, estagiários, prestadores de serviços, terceirizados, etc., não pertencentes aos seus quadros.**

9 Nesse caso, o órgão ou entidade ao qual estão vinculados os bolsistas é que podem, com fundamento na legislação pertinente, verificar a possibilidade de disponibilização dos bolsistas para outros órgãos públicos.

10 Destarte, recomenda-se a exclusão da alínea "i", inciso I, da Cláusula Terceira da minuta de fls. 05/09.

11 Recomenda-se, ainda, que a unidade técnica observe as restrições sobre publicidade institucional durante o período eleitoral, especialmente, o disposto no art. 73, inciso VI, "b", da Lei n.º 9.504/97 e as IN's SECOM n.º 05/2011 e 06/2014, incluindo na Cláusula Oitava um parágrafo único com o seguinte teor:

12 Deve, ainda, a unidade técnica revisar as cláusulas sobre publicidade institucional, para adequá-las a alínea "b", do inciso VI, do art. 73, da Lei n.º 9.504/1997, senão vejamos:

Parágrafo único. A publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, deverá observar, durante o período eleitoral, o disposto no art. 73, da Lei n.º 9.504 e nas Instruções Normativas SECOM n.º 05/2011 e 06/2014.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
COORDENAÇÃO-GERAL DE ATOS, CONTRATOS E AJUSTES

PROCESSO Nº 02000.001452/2014-48

13 No que concerne às demais cláusulas da minuta do Acordo de Cooperação Técnica, o seu texto atende as prescrições do art. 55 da Lei nº 8.666, de 1993, de aplicação subsidiária à hipótese vertente, por força da disposição constante do art. 116 da Lei nº 8.666/1993, que preconiza a aplicação dos preceptivos desta Lei, no que couber, aos convênios, acordos, ajustes, e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração.

14 Diante do exposto, abstraídos os aspectos técnico-administrativos da alçada do gestor, bem como os de conveniência e de oportunidade, não sujeitos a crivo deste órgão jurídico, o Acordo de Cooperação Técnica ora examinado reúne as condições formais e essenciais aos instrumentos da espécie, não havendo óbice legal a sua assinatura, desde que atendida a recomendação do item 10.

15 Por fim, cumpre informar que a análise do cumprimento das condicionantes compete à própria unidade técnica e ao gestor competente para a assinatura do instrumento, conforme recomenda a própria Advocacia-Geral da União, por meio do Enunciado n.º 5 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União – BPC, senão vejamos:

Não é necessário que o Órgão Consultivo, após expressar seu juízo conclusivo de aprovação acerca das minutas de editais e contratos, em cada caso concreto, pronuncie-se, posteriormente, para fiscalizar o cumprimento das recomendações ofertadas em anterior manifestação jurídica, desde que suas orientações explicitem, se for o caso, os termos das cláusulas que o Advogado Público entenda adequadas.

16 Dessa forma, após a adequação da minuta, não há necessidade de reenvio dos autos para chancela por esta Consultoria Jurídica.

À consideração superior. Após, à SEDR para as providências decorrentes.

Brasília, 02 de julho de 2014.

Rodrigo Magalhães Pereira
Advogado da União

De acordo. À consideração do Senhor Consultor Jurídico.
Brasília, 3 de julho de 2014.

Tânia Mara Arrais Monteiro
Coordenadora-Geral de Atos Contratos e Ajustes



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE



Processo nº 02000.001452/2014-48

DESPACHO Nº 809 /2014/CONJUR/MMA

Aprovo o Parecer nº 572/CGCA/CONJUR-MMA/CGU/AGU/rmp.

Encaminhem-se os autos conforme sugerido.

Brasília, 3 de julho de 2014.

JOSÉ MAURO DE LIMA O' DE ALMEIDA

Advogado da União
Consultor Jurídico

TERMO DE REMESSA
Consultoria Jurídica para o Ministério do Meio Ambiente
Nesta data faço a remessa dos presentes autos é(o)

SEDR

Brasília, 03/07/14 às 16:50

Frumu

Assinatura e Carimbo

Recebido GAB/SEDR

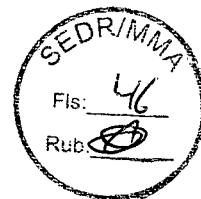
Em 03/07/2014

As 17/34/

Suzanclays



SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL
GABINETE



Protocolo nº 02000.001452/2014-48

Em 3 de julho de 2014.

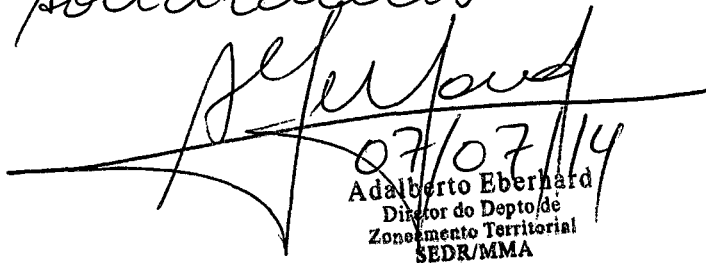
Ao DZT,

Para conhecimento e demais providências.

Atenciosamente,


ROSELI BUENO DE ANDRADE
Chefe de Gabinete

*A Gerência de FEE
para as adequações
solicitadas.*


07/07/14
Adalberto Eberhard
Diretor do Depto de
Zoneamento Territorial
SEDR/MMA



**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, REPRESENTADA
PELO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, POR
INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE EXTRATIVISMO
E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, E
O ESTADO DO MARANHÃO, POR INTERMÉDIO
DA SECRETARIA DE ESTADO DO
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, VISANDO A
ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO
ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO
ESTADO DO MARANHÃO**

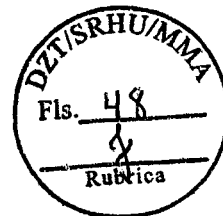
O **GOVERNO FEDERAL**, representado pelo **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA**, órgão da Administração Pública Federal, nos termos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e do Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, inscrito no CNPJ sob o nº 37.115.375/0001-07, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco B, Brasília/DF, CEP: 70.068-901, por intermédio de sua **SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - SEDR**, neste ato representada por seu Secretário, **PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL**, portador da Cédula de Identidade nº 675.375 (SSP/MS), inscrito no CPF sob o nº 313.278.261-00 e nomeado Secretário pela Portaria nº 365, publicada no Diário Oficial da União em 13 de abril de 2012, e conforme delegação de competência constante da Portaria nº 292, de 23 de maio de 2007, residente e domiciliado na SQS 403, Bloco N, Apto. 202, Asa Sul, Brasília/DF, CEP: 70.237-140, e o **GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - SEPLAN**, órgão da Administração Pública Estadual, inscrita no CNPJ sob o nº 05.022.633/0001-14, neste ato representada por seu Secretário, **JOÃO BERNARDO DE AZEVEDO BRINGEL**, portador da Cédula de Identidade nº 347.376 (SSP/AM), inscrito no CPF sob o nº 224.830.041-72 e nomeado Secretário por meio de publicação no Diário Oficial do Estado em 03 de maio de 2012, **RESOLVEM** celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, que será regido pelos princípios de direito público e, no que couber, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas posteriores alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto estabelecer cooperação técnica entre o MMA, por intermédio da SEDR, e o Governo do Estado do Maranhão, por intermédio da SEPLAN, visando a elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Estado do Maranhão, na escala de 1:250.000, em articulação com os Macrozoneamentos Ecológico-Econômicos da Amazônia Legal, do Bioma Cerrado e do Estado do Maranhão.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO

Os objetivos, justificativas, desenvolvimento, etapas e prazos de execução do objeto constante da Cláusula Primeira encontram-se estabelecidos no Plano de Trabalho em anexo, que é parte integrante deste instrumento, para todos os fins de direito, independentemente de sua transcrição.



CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICÍPES

A fim de alcançar os objetivos estabelecidos neste Acordo, constituem compromissos e responsabilidades dos partícipes, no Âmbito de suas respectivas competências institucionais:

I – Compete ao Ministério do Meio Ambiente, por intermédio da SEDR:

a) obedecer e fazer obedecer os pressupostos técnicos e institucionais do Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil, de acordo com os Decretos nº 4.297, de 10 de julho de 2002, e nº 6.288, de 06 de dezembro de 2007;

b) coordenar tecnicamente o Grupo de Trabalho Permanente para a Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico, denominado de Consórcio ZEE Brasil, mediando a participação das instituições que o compõem na execução do Plano de Trabalho previsto neste Acordo;

c) assistir o Estado do Maranhão no desenvolvimento das diversas etapas de elaboração e implementação do ZEE do Estado do Maranhão;

d) colocar à disposição do Governo do Estado do Maranhão as bases de informações do MacroZEE da Amazônia Legal, do MacroZEE do bioma Cerrado e dos demais programas, planos e projetos de sua responsabilidade, convergentes com as atividades do Plano de Trabalho previsto neste Acordo;

e) definir equipe técnica para, juntamente com o Governo do Estado do Maranhão, fazer o acompanhamento da execução do Plano de Trabalho relativo ao presente Acordo de Cooperação Técnica;

f) discutir com o Governo do Estado do Maranhão o Plano de Trabalho relativo ao presente Acordo de Cooperação Técnica;

g) observar o Plano de Trabalho acordado e aprovado, em conjunto com o Governo do Estado do Maranhão;

h) viabilizar meios para implementação das atividades previstas no Plano de Trabalho deste Acordo de Cooperação Técnica; e

II – Compete ao Governo do Estado do Maranhão, por intermédio da SEPLAN:

a) articular a Comissão Estadual de ZEE e o Comitê Técnico-Científico do ZEE do Estado do Maranhão, com a finalidade de supervisionar e avaliar a elaboração e implementação do ZEE do Estado do Maranhão;

b) definir arranjos institucionais para inserção do MacroZEE e do ZEE do Estado do Maranhão em programas, planos, políticas e projetos, públicos e privados, com vistas a promover a implementação do zoneamento;

c) realizar atividades de sensibilização e capacitação de gestores públicos e privados para o uso e aplicação da base de informações do MacroZEE e do ZEE do Estado do Maranhão;

d) definir meios que assegurem a divulgação, o acesso e o compartilhamento da base de informações do MacroZEE e do ZEE do Estado do Maranhão;

e) definir equipe técnica para, juntamente com o MMA, fazer o acompanhamento da execução do Plano de Trabalho relativo ao presente Acordo de Cooperação Técnica;

f) discutir com o MMA o Plano de Trabalho relativo ao presente Acordo de Cooperação Técnica;

g) observar o Plano de Trabalho acordado e aprovado, em conjunto com o MMA; e

h) viabilizar meios para implementação das atividades previstas no Plano de Trabalho deste Acordo de Cooperação Técnica;

CLÁUSULA QUARTA - DA RESPONSABILIDADE DOS PARTÍCIPES

Cada Partícipe responsabiliza-se pelas ações e/ou omissões praticadas por seus agentes, na execução do objeto deste Acordo de Cooperação técnica, obrigando-se a reparar os danos porventura causados à outra parte ou a terceiros.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente Acordo de Cooperação não gera obrigações financeiras de qualquer espécie, nem transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

Parágrafo único. Eventuais despesas necessárias à consecução do objeto deste Acordo, tais como às relacionadas a pessoal, deslocamento, viagens, comunicação entre os Partícipes e outras que se fizerem necessárias, serão assumidas pelos Partícipes dentro de suas respectivas atribuições e cobertas pelas dotações específicas dos respectivos orçamentos.

CLÁUSULA SEXTA - DO PESSOAL

Os recursos humanos a serem utilizados na execução dos termos do presente Acordo não sofrerão qualquer alteração na sua vinculação institucional ou empregatícia por desempenho de atividades relacionadas ao cumprimento deste Instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO DOS TRABALHOS

Os resultados técnicos e todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica decorrente de trabalhos no âmbito do presente Instrumento serão atribuídos aos Partícipes, sendo vedada a sua divulgação total ou parcial sem o consentimento prévio e formal dos Partícipes.

CLÁUSULA OITAVA- DA PUBLICIDADE

Os Partícipes assumem o compromisso, de comum acordo, de divulgar a sua participação no presente Acordo de Cooperação Técnica, fazendo constar seus nomes em folhetos, cartazes, peças promocionais e em todos os meios de publicidade utilizados na promoção do objeto deste Instrumento, nos termos do Decreto nº 6.555, de 8 de setembro

de 2008 e da Instrução Normativa nº 2, de 15 de dezembro de 2009, da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República, ficando vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que possam caracterizar promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos.

Parágrafo único. A publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, deverá observar, durante o período eleitoral, o disposto no art. 73, da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e nas Instruções Normativas SECOM nº 05/2011 e 06/2014.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

O presente Acordo de Cooperação Técnica terá a vigência de 03 (três) anos, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, através de Termo Aditivo, se houver interesse dos partícipes.

CLÁUSULA DEZ - DAS ALTERAÇÕES

Este Acordo de Cooperação Técnica, bem como o seu Plano de Trabalho poderão ser alterados, de comum acordo entre os Partícipes, durante sua vigência, mediante Termo Aditivo, devidamente justificado, desde que tal interesse seja manifesto previamente por escrito, sendo vedada a alteração de seu objeto.

CLÁUSULA ONZE - DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, fica consignado que os partícipes indicarão servidores responsáveis pelo acompanhamento da fiel execução do presente Acordo de Cooperação Técnica.

CLÁUSULA DOZE - DOS CASOS OMISSOS

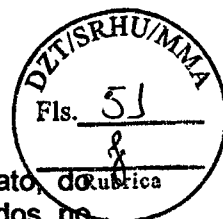
Os casos omissos e as dúvidas porventura surgidas, em decorrência da operacionalização deste Instrumento, serão resolvidos mediante acordo entre os Partícipes.

CLÁUSULA TREZE - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

O presente Instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, em caso de superveniência de norma legal que o torne impraticável, ou pelo não cumprimento das obrigações ora assumidas, ou denunciado por consenso dos Partícipes, a qualquer tempo, mediante notificação expressa com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Fica assegurado o prosseguimento e conclusão dos trabalhos em curso, salvo decisão contrária acordada entre os Partícipes.

CLÁUSULA QUATORZE - DA PUBLICAÇÃO



Caberá ao Ministério do Meio Ambiente providenciar a publicação, do extrato, do presente Acordo no Diário Oficial da União na forma da lei e prazo estabelecidos no parágrafo único, do art. 61, da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA QUINZE - DA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Na eventualidade de ocorrerem controvérsias entre os Partícipes com respeito à interpretação e/ou cumprimento do presente Acordo, os partícipes concordam preliminarmente em solucioná-los administrativamente com a submissão do caso à Câmara de Conciliação da Administração Federal da Advocacia-Geral da União-AGU, na forma do art. 4º, inciso XI da Lei Complementar nº 73, de 10 de setembro de 1993 e do Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DO FORO

Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Acordo de Cooperação Técnica, que não possam ser resolvidas pela mediação administrativa, é competente o foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal.

E, assim, por estarem justos e acordados, os Partícipes firmam o presente Instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo qualificadas, para que produza os efeitos legais.

Brasília/DF, _____ de _____ de 2014.

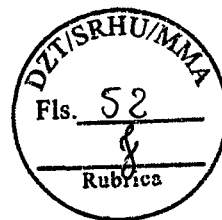
PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL
Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento
Rural Sustentável - SEDR

JOÃO BERNARDO DE AZEVEDO BRINGEL
Secretário de Estado do Planejamento e
Orçamento – SEPLAN

TESTEMUNHAS:

Nome: Marco Aurélio de Sousa Martins
CPF nº: 095.035.873-87
CI nº: 50864196-9

Nome: Bruno Siqueira Abe Saber Miguel
CPF nº: 060.610.126-83
CI nº: 12338626



PLANO DE TRABALHO

1. DESCRIÇÃO

Título:

Elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Estado do Maranhão (escala de 1:250.000).

Prazo para execução:

03 (três) anos.

Identificação do objeto:

O ZEE constitui um instrumento estratégico, de cunho técnico e político, destinado a promover o desenvolvimento regional sustentável e, particularmente, a combater os problemas decorrentes da ocupação territorial desordenada, em especial o uso não sustentável dos recursos naturais. Atua, ainda, como subsídio para negociações democráticas entre órgãos governamentais, o setor privado e a sociedade civil sobre um conjunto de políticas públicas para o desenvolvimento regional sustentável.

Para tanto, o ZEE do Estado do Maranhão realizará, com diferentes níveis de detalhamento, a caracterização dos meios físico-biótico, socioeconômico e jurídico-institucional do estado, avaliando as limitações e potencialidades do território com vistas à definição de uma proposta de gestão territorial pactuada com os diversos órgãos do poder público e da sociedade civil maranhense.

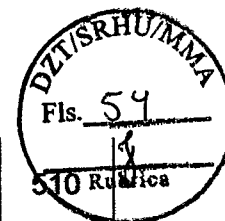
Nesse processo, é fundamental que a elaboração e validação dos produtos que integram o ZEE do Estado do Maranhão, conforme estabelecido nas metas enumeradas no Plano de Trabalho, sejam feitas a partir da metodologia estabelecida pelo governo federal, em consonância com o que dispõe o novo Código Florestal (lei federal nº 12.651/2012), e estejam articuladas com as demais iniciativas de ZEE que têm o Estado do Maranhão como área de abrangência, quais sejam, o MacroZEE da Amazônia Legal e o MacroZEE do bioma Cerrado.

Nesse contexto a parceria com o MMA reveste-se de fundamental importância em função da experiência de seus técnicos e do volume de informações disponíveis no âmbito do Governo Federal, particularmente no MMA, que podem ser utilizadas em favor da implantação do ZEE do Maranhão bem como em outros projetos e estudos a serem desenvolvidos no Estado do Maranhão.

O cumprimento das metas será apoiado, também, pelos demais órgãos e autarquias do MMA e pelas instituições que integram o Consórcio ZEE Brasil, a partir dos pressupostos técnicos e institucionais do Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil, estabelecidos nos Decretos nº 4.297, de 10 de julho de 2002, e nº 6.288, de 06 de dezembro de 2007.

2. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO – dias a partir da assinatura do Acordo

FASES E METAS	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FÍSICO	DURAÇÃO (dias*)	
		Unid.	Início	Fim
FASE 1	Diagnósticos e proposta de gestão do ZEE do Estado do Maranhão		1	320
META 1	Mapas temáticos e relatórios técnicos do meio físico-biótico do Estado do Maranhão	Mapas e relatórios elaborados	1	60
META 2	Mapas temáticos e relatórios técnicos dos meios socioeconômico e jurídico-institucional do Estado do Maranhão	Mapas e relatórios elaborados	60	120
META 3	Mapas temáticos e relatórios de potencialidade e fragilidade natural, tendências de ocupação e articulação regional e condições de vida da população	Mapas e relatórios elaborados	120	180
META 4	Cenários tendenciais e alternativos para o Estado do Maranhão	Cenários elaborados	180	240
META 5	Mapa de gestão territorial e diretrizes gerais e específicas de uso	Mapa e diretrizes elaborados	240	300
META 6	Oficina de validação do mapa de gestão territorial e das diretrizes gerais e específicas junto à Comissão Estadual de ZEE e ao Comitê Técnico-Científico do ZEE do Estado do Maranhão	Oficina realizada	300	320
FASE 2	Discussão e institucionalização do ZEE do Estado do Maranhão e disponibilização das informações geradas ao longo de sua execução		320	680
META 7	Audiências públicas de apresentação e discussão do ZEE do Estado do Maranhão	Audiências públicas realizadas	320	380
META 8	Seminário final de apresentação e validação do ZEE do Estado do Maranhão pela Comissão Estadual de ZEE e pelo Comitê Técnico-Científico do ZEE do Estado do Maranhão	Seminário realizado	380	420
META 9	Plano de ação do ZEE do Estado do Maranhão	Plano de ação elaborado	420	480



META 10	Marco legal que institui o ZEE do Estado do Maranhão	Marco legal elaborado	480	510
META 11	Disponibilização em ambiente web do banco de dados do ZEE do Estado do Maranhão	Banco de dados disponibilizado	510	590
META 12	Capacitação de gestores públicos e privados para o uso e aplicação da base de informações do ZEE do Estado do Maranhão	Cursos de capacitação realizados	590	680
FASE 3	Apreciação do ZEE do Estado do Maranhão pela Comissão Coordenadora do ZEE do Território Nacional (CCZEE)		680	800
META 13	Análise do ZEE do Estado do Maranhão pelo MMA, para posterior encaminhamento à CCZEE	Parecer sobre o ZEE elaborado	680	740
META 14	Apreciação do ZEE pela CCZEE, para fins de uniformidade e compatibilização com as políticas públicas federais	Ata da reunião da CCZEE elaborada	740	800

OBS: (*) dias a partir da assinatura do Acordo.

E, para validade do que pelos partícipes foi pactuado, firma-se este **PLANO DE TRABALHO**, em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Brasília/DF, _____ de _____ de 2014.

PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL
Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento
Rural Sustentável

JOÃO BERNARDO DE AZEVEDO BRINGEL
Secretário de Estado do Planejamento e
Orçamento – SEPLAN

TESTEMUNHAS:

Nome: Marco Aurélio de Sousa Martins
CPF nº: 095.035.873-87
CI nº: 50864196-9

Nome: Bruno Siqueira Abe Saber Miguel
CPF nº: 060.610.126-83
CI nº: 12338626



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO



OFÍCIO Nº 114 / 2014 - GAB/SEPLAN

São Luís, 18 de julho de 2014.

A Sua Excelência o Senhor

PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL

Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural - SEDR

Ministério do Meio Ambiente

Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 7º Andar, Sala 700, CEP 70.068-900.

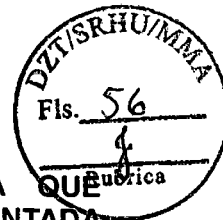
Brasília – DF

Senhor Secretário,

Encaminhamos a Sua Excelência duas cópias do “Acordo de Cooperação Técnica” que celebram a União, representada pelo Ministério do Meio Ambiente por intermédio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural e o Governo do Estado do Maranhão por intermédio da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento visando a elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão devidamente assinadas pela SEPLAN para que sejam dadas as providências necessárias pela União.

Atenciosamente,

JOÃO BERNARDO DE AZEVEDO BRINGEL
Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento



ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, REPRESENTADA PELO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, E O ESTADO DO MARANHÃO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, VISANDO A ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO

O **GOVERNO FEDERAL**, representado pelo **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA**, órgão da Administração Pública Federal, nos termos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e do Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, inscrito no CNPJ sob o nº 37.115.375/0001-07, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco B, Brasília/DF, CEP: 70.068-901, por intermédio de sua **SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - SEDR**, neste ato representada por seu Secretário, **PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL**, portador da Cédula de Identidade nº 675.375 (SSP/MS), inscrito no CPF sob o nº 313.278.261-00 e nomeado Secretário pela Portaria nº 365, publicada no Diário Oficial da União em 13 de abril de 2012, e conforme delegação de competência constante da Portaria nº 292, de 23 de maio de 2007, residente e domiciliado na SQS 403, Bloco N, Apto. 202, Asa Sul, Brasília/DF, CEP: 70.237-140, e o **GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - SEPLAN**, órgão da Administração Pública Estadual, inscrita no CNPJ sob o nº 05.022.633/0001-14, neste ato representada por seu Secretário, **JOÃO BERNARDO DE AZEVEDO BRINGEL**, portador da Cédula de Identidade nº 347.376 (SSP/AM), inscrito no CPF sob o nº 224.830.041-72 e nomeado Secretário por meio de publicação no Diário Oficial do Estado em 03 de maio de 2012, **RESOLVEM** celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, que será regido pelos princípios de direito público e, no que couber, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas posteriores alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto estabelecer cooperação técnica entre o MMA, por intermédio da SEDR, e o Governo do Estado do Maranhão, por intermédio da SEPLAN, visando a elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Estado do Maranhão, na escala de 1:250.000, em articulação com os Macrozoneamentos Ecológico-Econômicos da Amazônia Legal, do Bioma Cerrado e do Estado do Maranhão.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO

Os objetivos, justificativas, desenvolvimento, etapas e prazos de execução do objeto constante da Cláusula Primeira encontram-se estabelecidos no Plano de Trabalho em anexo, que é parte integrante deste instrumento, para todos os fins de direito, independentemente de sua transcrição.



CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICÍPES

A fim de alcançar os objetivos estabelecidos neste Acordo, constituem compromissos e responsabilidades dos partícipes, no Âmbito de suas respectivas competências institucionais:

I – Compete ao Ministério do Meio Ambiente, por intermédio da SEDR:

a) obedecer e fazer obedecer os pressupostos técnicos e institucionais do Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil, de acordo com os Decretos nº 4.297, de 10 de julho de 2002, e nº 6.288, de 06 de dezembro de 2007;

b) coordenar tecnicamente o Grupo de Trabalho Permanente para a Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico, denominado de Consórcio ZEE Brasil, mediando a participação das instituições que o compõem na execução do Plano de Trabalho previsto neste Acordo;

c) assistir o Estado do Maranhão no desenvolvimento das diversas etapas de elaboração e implementação do ZEE do Estado do Maranhão;

d) colocar à disposição do Governo do Estado do Maranhão as bases de informações do MacroZEE da Amazônia Legal, do MacroZEE do bioma Cerrado e dos demais programas, planos e projetos de sua responsabilidade, convergentes com as atividades do Plano de Trabalho previsto neste Acordo;

e) definir equipe técnica para, juntamente com o Governo do Estado do Maranhão, fazer o acompanhamento da execução do Plano de Trabalho relativo ao presente Acordo de Cooperação Técnica;

f) discutir com o Governo do Estado do Maranhão o Plano de Trabalho relativo ao presente Acordo de Cooperação Técnica;

g) observar o Plano de Trabalho acordado e aprovado, em conjunto com o Governo do Estado do Maranhão;

h) viabilizar meios para implementação das atividades previstas no Plano de Trabalho deste Acordo de Cooperação Técnica; e

II – Compete ao Governo do Estado do Maranhão, por intermédio da SEPLAN:

a) articular a Comissão Estadual de ZEE e o Comitê Técnico-Científico do ZEE do Estado do Maranhão, com a finalidade de supervisionar e avaliar a elaboração e implementação do ZEE do Estado do Maranhão;

b) definir arranjos institucionais para inserção do MacroZEE e do ZEE do Estado do Maranhão em programas, planos, políticas e projetos, públicos e privados, com vistas a promover a implementação do zoneamento;

c) realizar atividades de sensibilização e capacitação de gestores públicos e privados para o uso e aplicação da base de informações do MacroZEE e do ZEE do Estado do Maranhão;

20
17



d) definir meios que assegurem a divulgação, o acesso e o compartilhamento da base de informações do MacroZEE e do ZEE do Estado do Maranhão;

e) definir equipe técnica para, juntamente com o MMA, fazer o acompanhamento da execução do Plano de Trabalho relativo ao presente Acordo de Cooperação Técnica;

f) discutir com o MMA o Plano de Trabalho relativo ao presente Acordo de Cooperação Técnica;

g) observar o Plano de Trabalho acordado e aprovado, em conjunto com o MMA; e

h) viabilizar meios para implementação das atividades previstas no Plano de Trabalho deste Acordo de Cooperação Técnica;

CLÁUSULA QUARTA - DA RESPONSABILIDADE DOS PARTÍCIPES

Cada Partícipe responsabiliza-se pelas ações e/ou omissões praticadas por seus agentes, na execução do objeto deste Acordo de Cooperação técnica, obrigando-se a reparar os danos porventura causados à outra parte ou a terceiros.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente Acordo de Cooperação não gera obrigações financeiras de qualquer espécie, nem transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

Parágrafo único. Eventuais despesas necessárias à consecução do objeto deste Acordo, tais como às relacionadas a pessoal, deslocamento, viagens, comunicação entre os Partícipes e outras que se fizerem necessárias, serão assumidas pelos Partícipes dentro de suas respectivas atribuições e cobertas pelas dotações específicas dos respectivos orçamentos.

CLÁUSULA SEXTA - DO PESSOAL

Os recursos humanos a serem utilizados na execução dos termos do presente Acordo não sofrerão qualquer alteração na sua vinculação institucional ou empregatícia por desempenho de atividades relacionadas ao cumprimento deste Instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO DOS TRABALHOS

Os resultados técnicos e todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica decorrente de trabalhos no âmbito do presente Instrumento serão atribuídos aos Partícipes, sendo vedada a sua divulgação total ou parcial sem o consentimento prévio e formal dos Partícipes.

CLÁUSULA OITAVA- DA PUBLICIDADE

Os Partícipes assumem o compromisso, de comum acordo, de divulgar a sua participação no presente Acordo de Cooperação Técnica, fazendo constar seus nomes em folhetos, cartazes, peças promocionais e em todos os meios de publicidade utilizados na promoção do objeto deste Instrumento, nos termos do Decreto nº 6.555, de 8 de setembro

19 20

de 2008 e da Instrução Normativa nº 2, de 15 de dezembro de 2009, da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República, ficando vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que possam caracterizar promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos.

Parágrafo único. A publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, deverá observar, durante o período eleitoral, o disposto no art. 73, da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e nas Instruções Normativas SECOM nº 05/2011 e 06/2014.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

O presente Acordo de Cooperação Técnica terá a vigência de 03 (três) anos, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, através de Termo Aditivo, se houver interesse dos partícipes.

CLÁUSULA DEZ - DAS ALTERAÇÕES

Este Acordo de Cooperação Técnica, bem como o seu Plano de Trabalho poderão ser alterados, de comum acordo entre os Partícipes, durante sua vigência, mediante Termo Aditivo, devidamente justificado, desde que tal interesse seja manifesto previamente por escrito, sendo vedada a alteração de seu objeto.

CLÁUSULA ONZE - DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, fica consignado que os partícipes indicarão servidores responsáveis pelo acompanhamento da fiel execução do presente Acordo de Cooperação Técnica.

CLÁUSULA DOZE - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos e as dúvidas porventura surgidas, em decorrência da operacionalização deste Instrumento, serão resolvidos mediante acordo entre os Partícipes.

CLÁUSULA TREZE - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

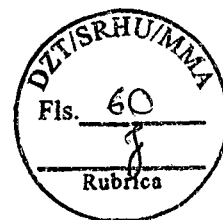
O presente Instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, em caso de superveniência de norma legal que o torne impraticável, ou pelo não cumprimento das obrigações ora assumidas, ou denunciado por consenso dos Partícipes, a qualquer tempo, mediante notificação expressa com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Fica assegurado o prosseguimento e conclusão dos trabalhos em curso, salvo decisão contrária acordada entre os Partícipes.

CLÁUSULA QUATORZE - DA PUBLICAÇÃO

Caberá ao Ministério do Meio Ambiente providenciar a publicação, do extrato, do presente Acordo no Diário Oficial da União na forma da lei e prazo estabelecidos no parágrafo único, do art. 61, da Lei nº 8.666, de 1993.

19 20



CLÁUSULA QUINZE - DA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Na eventualidade de ocorrerem controvérsias entre os Partícipes com respeito à interpretação e/ou cumprimento do presente Acordo, os partícipes concordam preliminarmente em solucioná-los administrativamente com a submissão do caso à Câmara de Conciliação da Administração Federal da Advocacia-Geral da União-AGU, na forma do art. 4º, inciso XI da Lei Complementar nº 73, de 10 de setembro de 1993 e do Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DO FORO

Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Acordo de Cooperação Técnica, que não possam ser resolvidas pela mediação administrativa, é competente o foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal.

E, assim, por estarem justos e acordados, os Partícipes firmam o presente Instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo qualificadas, para que produza os efeitos legais.

Brasília/DF, 19 de agosto de 2014.

PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL
Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento
Rural Sustentável - SEDR

JOÃO BERNARDO DE AZEVEDO BRINGEL
Secretário de Estado do Planejamento e
Orçamento - SEPLAN

TESTEMUNHAS:

Nome: Marco Aurélio de Sousa Martins
CPF nº: 095.035.873-87
CI nº: 50864196-9

Nome: Bruno Siqueira Abe Saber Miguel
CPF nº: 060.610.126-83
CI nº: 12338626



PLANO DE TRABALHO

1. DESCRIÇÃO

Título:

Elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Estado do Maranhão (escala de 1:250.000).

Prazo para execução:

03 (três) anos.

Identificação do objeto:

O ZEE constitui um instrumento estratégico, de cunho técnico e político, destinado a promover o desenvolvimento regional sustentável e, particularmente, a combater os problemas decorrentes da ocupação territorial desordenada, em especial o uso não sustentável dos recursos naturais. Atua, ainda, como subsidio para negociações democráticas entre órgãos governamentais, o setor privado e a sociedade civil sobre um conjunto de políticas públicas para o desenvolvimento regional sustentável.

Para tanto, o ZEE do Estado do Maranhão realizará, com diferentes níveis de detalhamento, a caracterização dos meios físico-biótico, socioeconômico e jurídico-institucional do estado, avaliando as limitações e potencialidades do território com vistas à definição de uma proposta de gestão territorial pactuada com os diversos órgãos do poder público e da sociedade civil maranhense.

Nesse processo, é fundamental que a elaboração e validação dos produtos que integram o ZEE do Estado do Maranhão, conforme estabelecido nas metas enumeradas no Plano de Trabalho, sejam feitas a partir da metodologia estabelecida pelo governo federal, em consonância com o que dispõe o novo Código Florestal (lei federal nº 12.651/2012), e estejam articuladas com as demais iniciativas de ZEE que têm o Estado do Maranhão como área de abrangência, quais sejam, o MacroZEE da Amazônia Legal e o MacroZEE do bioma Cerrado.

Nesse contexto a parceria com o MMA reveste-se de fundamental importância em função da experiência de seus técnicos e do volume de informações disponíveis no âmbito do Governo Federal, particularmente no MMA, que podem ser utilizadas em favor da implantação do ZEE do Maranhão bem como em outros projetos e estudos a serem desenvolvidos no Estado do Maranhão.

O cumprimento das metas será apoiado, também, pelos demais órgãos e autarquias do MMA e pelas instituições que integram o Consórcio ZEE Brasil, a partir dos pressupostos técnicos e institucionais do Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil, estabelecidos nos Decretos nº 4.297, de 10 de julho de 2002, e nº 6.288, de 06 de dezembro de 2007.

30
7

2. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO – dias a partir da assinatura do Acordo

FASES E METAS	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FÍSICO	DURAÇÃO (dias*)	
		Unid.	Início	Fim
FASE 1	Diagnósticos e proposta de gestão do ZEE do Estado do Maranhão		1	320
META 1	Mapas temáticos e relatórios técnicos do meio físico-biótico do Estado do Maranhão	Mapas e relatórios elaborados	1	60
META 2	Mapas temáticos e relatórios técnicos dos meios socioeconômico e jurídico-institucional do Estado do Maranhão	Mapas e relatórios elaborados	60	120
META 3	Mapas temáticos e relatórios de potencialidade e fragilidade natural, tendências de ocupação e articulação regional e condições de vida da população	Mapas e relatórios elaborados	120	180
META 4	Cenários tendenciais e alternativos para o Estado do Maranhão	Cenários elaborados	180	240
META 5	Mapa de gestão territorial e diretrizes gerais e específicas de uso	Mapa e diretrizes elaborados	240	300
META 6	Oficina de validação do mapa de gestão territorial e das diretrizes gerais e específicas junto à Comissão Estadual de ZEE e ao Comitê Técnico-Científico do ZEE do Estado do Maranhão	Oficina realizada	300	320
FASE 2	Discussão e institucionalização do ZEE do Estado do Maranhão e disponibilização das informações geradas ao longo de sua execução		320	680
META 7	Audiências públicas de apresentação e discussão do ZEE do Estado do Maranhão	Audiências públicas realizadas	320	380
META 8	Seminário final de apresentação e validação do ZEE do Estado do Maranhão pela Comissão Estadual de ZEE e pelo Comitê Técnico-Científico do ZEE do Estado do Maranhão	Seminário realizado	380	420
META 9	Plano de ação do ZEE do Estado do Maranhão	Plano de ação elaborado	420	480


META 10	Marco legal que institui o ZEE do Estado do Maranhão	Marco legal elaborado	480	510
META 11	Disponibilização em ambiente web do banco de dados do ZEE do Estado do Maranhão	Banco de dados disponibilizado	510	590
META 12	Capacitação de gestores públicos e privados para o uso e aplicação da base de informações do ZEE do Estado do Maranhão	Cursos de capacitação realizados	590	680
FASE 3	Apreciação do ZEE do Estado do Maranhão pela Comissão Coordenadora do ZEE do Território Nacional (CCZEE)		680	800
META 13	Análise do ZEE do Estado do Maranhão pelo MMA, para posterior encaminhamento à CCZEE	Parecer sobre o ZEE elaborado	680	740
META 14	Apreciação do ZEE pela CCZEE, para fins de uniformidade e compatibilização com as políticas públicas federais	Ata da reunião da CCZEE elaborada	740	800

OBS: (*) dias a partir da assinatura do Acordo.

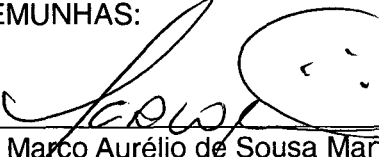
E, para validade do que pelos partícipes foi pactuado, firma-se este **PLANO DE TRABALHO**, em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

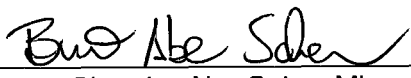
Brasília/DF, 19 de agosto de 2014.

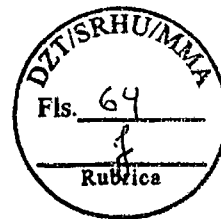

PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL
Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento
Rural Sustentável


JOÃO BERNARDO DE AZEVEDO BRINGEL
Secretário de Estado do Planejamento e
Orçamento – SEPLAN

TESTEMUNHAS:


Nome: Marco Aurélio de Sousa Martins
CPF nº: 095.035.873-87
CI nº: 50864196-9


Nome: Bruno Siqueira Abe Saber Miguel
CPF nº: 060.610.126-83
CI nº: 12338626



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
DEPARTAMENTO DE ZONEAMENTO TERRITORIAL**

**SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL**

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

a) Espécie: Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Ministério do Meio Ambiente – MMA, inscrito no CNPJ sob o nº 03.115.375/0002-98, por intermédio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEDR, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "B", 7º andar, Brasília/DF, e o Estado do Maranhão, por intermédio da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento - SEPLAN, inscrita no CNPJ sob o nº 05.022.633/0001-14, com sede na Av. Jerônimo de Albuquerque, Ed. Clodomir Milet, s/nº, Bairro Calhau, São Luís/MA. b) Objetivo: O Acordo de Cooperação Técnica tem por objetivo o estabelecimento de cooperação técnica entre o MMA, por intermédio da SEDR, e o Estado do Maranhão, por intermédio da SEPLAN, visando a elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão. c) Assinado em: XX.XX.XXXX. d) Crédito: Não envolve recursos financeiros para as partes. e) Valor: Não envolve recursos financeiros para as partes. f) Prazo de vigência: 36 meses. g) Assinaturas: Sr. Paulo Guilherme Francisco Cabral, Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Meio Ambiente, Carteira de Identidade nº 675.375 (SSP/MS) e CPF nº 313.278.261-00, e Sr. João Bernardo de Azevedo Bringel, Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Carteira de Identidade nº 347.376 (SSP/AM) e CPF nº 224.830.041-72.

PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL
Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável



SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
DEPARTAMENTO DE ZONEAMENTO TERRITORIAL



Processo nº 02000.001452/2014-51

Em de agosto de 2014.

À Sra. Chefe de Gabinete da SRHU

1. Dado o posicionamento favorável da Consultoria Jurídica do Ministério do Meio Ambiente, conforme PARECER nº 572/2014/CGCA/CONJUR-MMA/CGU/AGU/rmp (fls. 43 e 44) e a devida realização das modificações solicitadas, solicitamos o encaminhamento do presente processo ao Gabinete da SEDR para assinatura do Secretário Paulo Guilherme nas duas vias do Acordo de Cooperação Técnica e demais providências de publicação no Diário Oficial da União
2. O Acordo de Cooperação Técnica em tela, firmado entre o Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, e o Estado do Maranhão, por intermédio da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento, tem como objeto a elaboração e implementação do zoneamento ecológico-econômico do estado.
3. Ficamos à disposição para os eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

LEILA AFFONSO SWERTS

Diretora Substituta do Departamento de Zoneamento Territorial

Leila Swerts
Gerente de Projeto
Projetos Gerência Costeira
DZT/SEDR/MMA



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO
Chefia de Gabinete



PROCESSO Nº: 02000.001452/2014-48

DESPACHO

Brasília, 19 de agosto de 2014.

Ao Gabinete da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável -SEDR

1. Encaminho o presente processo para as providências, conforme sugerido no despacho fl. 65.

Atenciosamente,

Adriana Vasconcelos
ADRIANA VASCONCELOS
Chefe de Gabinete

EM BRANCO

RECEBIDO NA SEÇÃO

Em 19/08/14

16:30

Al Junior



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
DEPARTAMENTO DE ZONEAMENTO TERRITORIAL**



**SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL**

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

a) Espécie: Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Ministério do Meio Ambiente – MMA, inscrito no CNPJ sob o nº 03.115.375/0002-98, por intermédio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEDR, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "B", 7º andar, Brasília/DF, e o Estado do Maranhão, por intermédio da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento - SEPLAN, inscrita no CNPJ sob o nº 05.022.633/0001-14, com sede na Av. Jerônimo de Albuquerque, Ed. Clodomir Milet, s/nº, Bairro Calhau, São Luís/MA. b) Objetivo: O Acordo de Cooperação Técnica tem por objetivo o estabelecimento de cooperação técnica entre o MMA, por intermédio da SEDR, e o Estado do Maranhão, por intermédio da SEPLAN, visando a elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão. c) Assinado em: 19.08.2014. d) Crédito: Não envolve recursos financeiros para as partes. e) Valor: Não envolve recursos financeiros para as partes. f) Prazo de vigência: 36 meses. g) Assinaturas: Sr. Paulo Guilherme Francisco Cabral, Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Meio Ambiente, Carteira de Identidade nº 675.375 (SSP/MS) e CPF nº 313.278.261-00, e Sr. João Bernardo de Azevedo Bringel, Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Carteira de Identidade nº 347.376 (SSP/AM) e CPF nº 224.830.041-72.

PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL
Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável

Publicado no D.O.U. de 21/08/14
Seção 3 124
Ass. +



SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL
GABINETE




Processo nº 02000.001452/2014-48

19/08/2014

À Coordenação-Geral de Apoio Administrativo ao GM - CGAA

1. Encaminho minuta de Extrato de Acordo de Cooperação Técnica para publicação no DOU.
2. Informo que o arquivo digital foi encaminhado para o e-mail publicacoes.cgaa@mma.gov.br.

Atenciosamente,



RAFAEL GANGANA
Chefe de Gabinete Substituto

19 08 14
Vome
17:36

Publique-se.
Lima

LEONARDO MARGONATO RIBEIRO LIMA
Coordenador-Geral de Apoio Administrativo
Gabinete da Ministra/MMA

19.08.14

Publicado no D.O.U. de 21/08/14
Seção 2 124
Ass. 



AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 10/2014 - UASG 443055

Nº Processo: 02152000025201417. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada, de forma contínua, na prestação de serviços de suporte operacional e apoio administrativo, com fornecimento de equipamentos para atender as demandas das Unidades apoiadas pela UAAFR/DIPLAN/ICMBio, com alocação de mão-de-obra em tempo integral nas atividades terceirizáveis para atendimento das Unidades apoiadas no Estado do Rio de Janeiro: Parque Nacional da Tijuca Parna Tijuca, Parque Nacional do Itatiaia Parna Itatiaia, Coordenação Regional nº 08 CR8, Mona Cagarras e Unidade Avançada Administrativa e Financeira do Rio de Janeiro UAAFO9RJ, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Total de Itens Licitados: 00032. Edital: 21/08/2014 de 08h00 às 12h00 e de 13h às 17h00. Endereço: Estrada Velha da Tijuca - 77 Usina - RIO DE JANEIRO - RJ. Entrega das Propostas: a partir de 21/08/2014 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 02/09/2014 às 10h00 site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: O Edital poderá ser retirado no site www.comprasnet.gov.br ou www.icmbio.gov.br. Endereço: Estrada Velha da Tijuca - 77 - Usina/Tijuca - Rio de Janeiro/RJ.

NERO AUGUSTO SILVA
Pregoeiro

(SIDEI - 20/08/2014) 443033-44207-2014NE800491

COORDENAÇÃO REGIONAL NO RIO DE JANEIRO
PARQUE NACIONAL DE ITATIAIA

AVISO
CONVITE Nº 1/2014

PROCESSO: 02152.000027/2013-17. Objeto: Permissão de uso, a título precário, para explorar os serviços de Catering no Centro de visitantes e lanchonete na Cantina do caminho do Lago Azul, ambas localizadas no Parque Nacional do Itatiaia - PNU/ICMBio. Modalidade: Convite - Tipo: Técnica e Preço - Disponibilidade do Edital: 21/08/2014 de 08h00 às 12h00 e de 14h00 às 17h00 - Data da Sessão Pública: 01/09/2014 às 10h00 - Endereço: Parque Nacional do Itatiaia - Estrada do Parque Nacional (BR - 485) Km 8,5 - Cx. Postal 83.657 - CEP: 27.580-970 - Itatiaia/RJ - Tel.: (24) 3352 1292 - 3352 2288 - Endereço Eletrônico: parnaitatiaia@icmbio.gov.br.

LEONARDO TEÓFILO DA SILVA CANDIDO
Presidente da CPL

UNIDADE AVANÇADA DE ADMINISTRAÇÃO
E FINANÇAS - AREMBEPE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2014 - UASG 443043

Número do Contrato: 12/2012.
Nº Processo: 02151000161201247.
PREGÃO SISPP Nº 14/2012. Contratante: INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE CNPJ Contratado: 31276470000106. Contratado: VSG - VIGILÂNCIA E SEGURANÇA EM GERAL LTDA. Objeto: Supressão de 03 (três) postos de vigilância armada, diurno, sabado, domingo e feriado, em turno de 12X36 horas para ICMBio Combios/ES, ICMBio Guin/ES e ICMBio Regência/ES. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 31/07/2014 a 01/01/2015. Valor Total: R\$ 1.827.336,72. Fonte: 174193034 - 2014NE800417. Data de Assinatura: 31/07/2014.

(SICON - 20/08/2014) 443033-44207-2014NE800342

UNIDADE AVANÇADA DE ADMINISTRAÇÃO
E FINANÇAS - FOZ DO IGUAÇU

AVISO DE REVOGAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2014

Fica revogada a Dispensa de Licitação supracitada referente ao processo Nº 02104000042013

SALETE FERREIRA DA COSTA
Ordenadora de Despesas

(SIDEI - 20/08/2014) 443033-44207-2014NE800491

INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTÂNICO
DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 23/2014 - UASG 443020

Nº Processo: 02011000268201451.
PREGÃO SISPP Nº 6/2014. Contratante: INSTITUTO DE PESQUISA JARDIM - BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO. CNPJ Contratado: 02566106000182. Contratado: S.M. 21 ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. Objeto: Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços terceirizados, de natureza contínua, especializados e de atividades auxiliares restrito ao Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, com utilização de mão de obra de dedicação exclusiva, quantitativos e especificações constantes do Termo de Referência e seus anexos. Fundamento Legal: Art. 38 da Lei nº 8.666/93, em sua atual redação. Vigência: 14/08/2014 a 14/08/2015. Valor Total: R\$ 4.140.939,84. Fonte: 650443020 - 2014NE800319. Data de Assinatura: 14/08/2014.

(SICON - 20/08/2014) 443020-44206-2014NE800019

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2014 - UASG 443020

Número do Contrato: 6/2014.
Nº Processo: 02011000032201415.
DISPENSA Nº 6/2014. Contratante: INSTITUTO DE PESQUISA JARDIM - BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO. CNPJ Contratado: 15050515000173. Contratado: PRIMÍCIAS SOLUCOES E SERVICOS LTDA. EPP. Objeto: Repactuação do valor do contrato original. Fundamento Legal: Art. 65, inciso II, alínea "d" da Lei nº 8.666/93. Vigência: 12/08/2014 a 13/08/2014. Valor Total: R\$ 203.153,63. Fonte: 100000000 - 2014NE800125. Data de Assinatura: 12/08/2014.

(SICON - 20/08/2014) 443020-44206-2014NE800019

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2014 - UASG 443020

Número do Contrato: 7/2014.
Nº Processo: 02011000033201460.
DISPENSA Nº 5/2014. Contratante: INSTITUTO DE PESQUISA JARDIM - BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO. CNPJ Contratado: 15050515000173. Contratado: PRIMÍCIAS SOLUCOES E SERVICOS LTDA. EPP. Objeto: Repactuação de valor do contrato original. Fundamento Legal: Art. 65, inciso II, alínea "d" da Lei nº 8.666/93. Vigência: 12/08/2014 a 13/08/2014. Valor Total: R\$ 75.527,21. Fonte: 100000000 - 2014NE800124. Data de Assinatura: 12/08/2014.

(SICON - 20/08/2014) 443020-44206-2014NE800019

SECRETARIA DE EXTRATIVISMO
E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

a) Espécie: Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Ministério do Meio Ambiente - MMA, inscrito no CNPJ sob o nº 03.115.375/0002-98, por intermédio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - SEDR, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "B", 7º andar, Brasília/DF, e o Estado do Maranhão, por intermédio da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento - SEPLAN, inscrita no CNPJ sob o nº 05.022.633/0001-14, com sede na Av. Jerônimo de Albuquerque, Ed. Clodomir Milet, s/nº, Bairro Calhau, São Luís/MA. b) Objetivo: O Acordo de Cooperação Técnica tem por objetivo o estabelecimento de cooperação técnica entre o MMA, por intermédio da SEDR, e o Estado do Maranhão, por intermédio da SEPLAN, visando a elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão. c) Assinado em: 19.08.2014. d) Crédito: Não envolve recursos financeiros para as partes. e) Valor: Não envolve recursos financeiros para as partes. f) Prazo de vigência: 36 meses. g) Assinaturas: Sr. Paulo Guilherme Francisco Cabral, Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Meio Ambiente, Carteira de Identidade nº 675.375 (SSP/MS) e CPF nº 313.278.261-00, e Sr. João Bernardo de Azevedo Brinigel, Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Carteira de Identidade nº 347.376 (SSP/AM) e CPF nº 224.830.041-72.

Ministério do Planejamento,
Orçamento e Gestão

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS
LOGÍSTICOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2014 - UASG 201004

Número do Contrato: 37/2012. Nº Processo: 03110015282201232. PREGÃO SRP Nº 33/2011. Contratante: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - MP. CNPJ Contratado: 40432544000147. Contratado: CLARO S.A. -Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo constante da Cláusula Oitava (DA VIGÊNCIA) do Contrato ora aditado, por mais 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir de 01 de agosto de 2014. Fundamento Legal: Inciso II do art. 57, da Lei nº 8.666/93. Vigência: 01/08/2014 a 31/07/2016. Valor Total: R\$230.208,00. Fonte: 100000000 - 2014NE800655. Data de Assinatura: 31/07/2014.

(SICON - 20/08/2014) 201004-00001-2014NE800655

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2014 - UASG 201004

Número do Contrato: 30/2011. Nº Processo: 03110011555201199. PREGÃO SRP Nº 79/2010. Contratante: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - MP. CNPJ Contratado: 33530486000129. Contratado: EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A. EMBRATEL. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo constante da Cláusula

Sexta (DA VIGÊNCIA) do Contrato ora aditado, por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 30 de agosto de 2014. Fundamento Legal: Inciso II do art. 57, da Lei nº 8.666/93. Vigência: 30/08/2014 a 29/08/2015. Valor Total: R\$352.781,38. Fonte: 100000000 - 2014NE800680. Data de Assinatura: 18/08/2014.

(SICON - 20/08/2014) 201004-00001-2014NE800680

FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL
DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE
DE LICITAÇÃO Nº 103/2014 - UASG 114702

Nº Processo: 04600001422201406. Objeto: Contratação de docentes para ministrar o curso liderança dinâmica no serviço público, no período de 03 a 05/09/2014, ENAP, no horário das 08h às 18h. Total de Itens Licitados: 00002. Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso II da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Contratação de docente Declaração de Inexigibilidade em 11/08/2014. ADRIANO CAETANO SANTOS VAZ. Coord. Geral. Ratificação em 19/08/2014. AILA VANESSA DAVID DE OLIVEIRA SOUSA. Valor Global: R\$ 7.200,00. CPF CONTRATADA: 006.275.178-62. MARCIA SERRA GOMES DA SILVA. Valor: R\$ 3.600,00. CPF CONTRATADA: 091.009.628-72. LUIZ SERGIO GOMES DA SILVA. Valor: R\$ 3.600,00.

(SIDEI - 20/08/2014) 114702-11401-2014NE800002

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO
DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
UNIDADE ESTADUAL DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 4/2014 - UASG 114629

Nº Processo: 03653000569201492. DISPENSA Nº 9/2014. Contratante: FUNDACAO INSTIT BRAS DE GEOGRAFIA-E ESTATISTICA IBGE. CNPJ Contratado: 08648769000122. Contratado: CENTRO OESTE - COMERCIO E SERVICOS DE ELETROELETRO- NIOS. Objeto: Prestação de serviço de monitoramento eletrônico, com fornecimento e instalação de todo o equipamento pertinente e necessário, bem como a manutenção nas dependências do IBGE/DF. Fundamento Legal: art. 24, IV da Lei 8.666/93. Vigência: 01/08/2014 a 27/01/2015. Valor Total: R\$18.960,00. Fonte: 100000000 - 2014NE800422. Data de Assinatura: 31/07/2014.

(SICON - 20/08/2014) 114629-11301-2014NE800001

EXTRATO DE CONTRATO Nº 5/2014 - UASG 114629

Nº Processo: 03653000547201422. PREGÃO SISPP Nº 3/2014. Contratante: FUNDACAO INSTIT BRAS DE GEOGRAFIA-E ESTATISTICA IBGE. CNPJ Contratado: 19048341000165. Contratado: MASTER SERVICOS DE LIMPEZA LTDA -ME. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de motorista categoria B para condução de veículos leves, pertencentes a frota do IBGE/DF. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 01/09/2014 a 31/08/2015. Valor Total: R\$209.746,80. Fonte: 100000000 - 2014NE800508. Data de Assinatura: 18/08/2014.

(SICON - 20/08/2014) 114629-11301-2014NE800001

UNIDADE ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 3/2014 - UASG 114619

Nº Processo: 03632001074201348. INEXIGIBILIDADE Nº 6/2014. Contratante: FUNDACAO INSTIT BRAS DE GEOGRAFIA-E ESTATISTICA IBGE. CNPJ Contratado: 28151363000147. Contratado: COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO CE-SAN. Objeto: Prestação de serviço de água e esgoto para atendimento da agência do IBGE no Município de Vila Velha/ES. Fundamento Legal: Art. 25, Caput da Lei 8666/93. Vigência: a partir de 20/08/2014, com data final indeterminada, conforme Orientação Normativa AGU nº 36, de 13/12/2011. Valor Total: R\$5.000,00. Fonte: 100000000 - 2014NE800320. Data de Assinatura: 20/08/2014.

(SICON - 20/08/2014) 114629-11301-2014NE800001

UNIDADE ESTADUAL EM GOIÁS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 9/2014 - UASG 114627

Número do Contrato: 5/2011. Nº Processo: 03652000412201124. INEXIGIBILIDADE Nº 2/2011. Contratante: FUNDACAO INSTIT BRAS DE GEOGRAFIA-E ESTATISTICA IBGE. CNPJ Contratado: 01616929000102. Contratado: SANEAMENTO DE GOIAS S/A -Objeto: Prorrogação da vigência contratual por 12 (doze) meses. Fundamento Legal: Art. 57, inc. II, Lei 8.666/93. Vigência: 01/09/2014 a 31/08/2015. Valor Total: R\$22.567,20. Fonte: 100000000 - 2014NE800551. Data de Assinatura: 12/08/2014.

(SICON - 20/08/2014) 114629-11301-2014NE800001

À SEDR.

LMR

LEONARDO MARGONATO RIBEIRO LIMA
Coordenador-Geral de Apoio Administrativo
Gabinete da Ministra/MMA

21.08.14

RECEBIDO NA SE

Em 22/08/14

As 11:00

(Márcia)



SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL
GABINETE


Processo nº 02000.001452/2014-48

Em 22/08/2014

À SRHU,

1. Após publicação no Diário Oficial da União, encaminho os presentes autos.

Atenciosamente,


RAFAEL GANGANA
Chefe de Gabinete
Substituto



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO
Chefia de Gabinete

PROCESSO Nº: 02000.001452/2014-48

DESPACHO

Brasília, 25 de agosto de 2014.

Ao Departamento de Zoneamento Territorial- DZT

1. Encaminho os presentes autos, após publicação no Diário Oficial da União, conforme fl. 70.

Atenciosamente,

Adriana Vasconcelos
ADRIANA VASCONCELOS
Chefe de Gabinete

*Ao ZEE, p/ a
encaminhar*

Obs,

*Leila
25/8/14.*

Leila Swerts
Gerente de Projeto
Projetos Gerência Costeira
DZT/SEDR/MMA



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
Departamento de Zoneamento Territorial
SEPN 505, Bloco "B", Ed. Marie Prendi Cruz - CEP 70730-542 - Brasília/DF
TEL.: (061) 2028-1364

72
Felix

Ofício n.º 270 2014/GAB/SEDR/MMA

Brasília, 29 de agosto de 2014

A Sua Senhoria

JOÃO BERNARDO DE AZEVEDO BRINGEL

Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento

Av. Jerônimo de Albuquerque, Ed. Clodomir Milet s/n, 7º andar, Calhau.

65074-220 – São Luís - MA

Assunto: Encaminha Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o MMA e o estado do Maranhão visando o apoio a elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico do estado.

Senhor Secretário,

1. Cumprimentando-o cordialmente e fazendo referência ao Ofício nº 114/2014 – GAB/SEPLAN, de 18 de julho de 2014, encaminhamos à via referente ao Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado entre o MMA, por intermédio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR), e o estado do Maranhão, por intermédio de sua Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (SEPLAN) visando o apoio técnico dessa pasta nas fases e metas pactuadas entre as partes, vinculado à elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do estado, devidamente assinada e publicada.
2. Informo que o respectivo instrumento de cooperação foi assinado no último dia 19 de agosto de 2014 e prevê um Plano de Trabalho com duração de 3 anos. Consta anexado, também, cópia da página 124 do Diário Oficial da União (DOU), seção 3, publicado no dia 21 de agosto de 2014, no qual apresenta a publicação do extrato do ACT ora em tela.
3. Para maiores detalhes e esclarecimentos, solicito que entrem em contato com o Departamento de Zoneamento Territorial (61 – 2028-1364/1041).

Atenciosamente,

PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL
Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

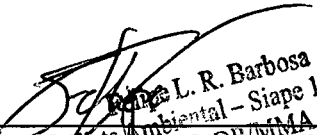


Processo nº 02000.001452/2014-48

Brasília/DF, 18 de novembro de 2015.

Informo que foram inseridos nos autos desse processo os seguintes documentos: (i) Ofício nº 837/2015-GAB/SEPLAN, de 19 de outubro de 2015, que encaminha os relatórios referentes ao Macrozoneamento Ecológico-Econômico (MacroZEE) do Estado do Maranhão com vistas ao processo de reconhecimento do citado instrumento de planejamento territorial no âmbito da União, para fins de uniformidade e compatibilização com as políticas públicas federais; e (ii) a Nota Técnica nº 043/2015/GAB/SRHU/MMA, de 13 de novembro de 2015, que realiza análise técnica do MacroZEE do Estado do Maranhão e visa subsidiar o mencionado processo de reconhecimento no âmbito da Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Território Nacional.

Atenciosamente,


Felipe L. R. Barbosa
Analista Ambiental - Siape 177815.
FELIPE L. R. RAMOS BARBOSA
Analista Ambiental

2015/11/18



Ministério do Meio Ambiente

Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - Apoio Administrativo

Protocolo Geral Nº 00000.029301/2015-00

Data do Protocolo: 22/10/2015

Hora do Protocolo: 17:49:09

Nº do Documento: 837

Data do Documento: 19/10/2015

Tipo do Documento: OFICIO

Procedência: [SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO]

Signatário/Cargo: CYNTHIA CELINA DE CARVALHO MOTA LIMA/Secretária de Estado do Planejamento e Orçamento

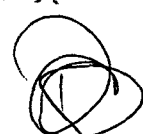
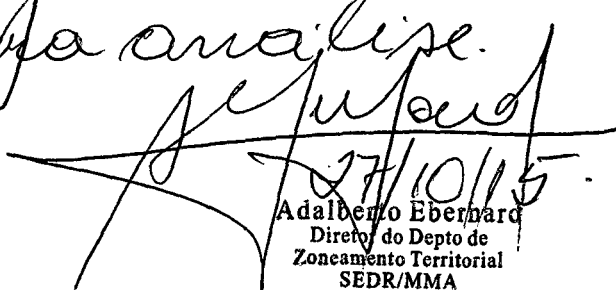

Resumo: Informação que o Zoneamento Ecológico - Econômico (ZEE) foi inserido no Projeto de Lei do Plano Plurianual do Estado do Maranhão para o período 2016 - 2019.

Cadastramento: [Ministério do Meio Ambiente] [Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - Apoio Administrativo] [Suzanclayr Branquinho] [3576]

REGISTRE A TRAMITAÇÃO. - TRAMITE O DOCUMENTO ORIGINAL. - RACIONALIZE: EVITE TIRAR CÓPIAS.

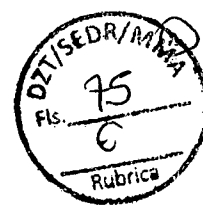
REGISTRAR OS DOCUMENTOS ANEXADOS NAS TRAMITAÇÕES

DOCUMENTOS APENSADOS

1º <i>Ao DZI, para conhecimento e providências.</i>  23/10/15	2º <i>Gerência de ZEE para análise.</i>  27/10/15. Adalberto Eberhard Diretor do Depto de Zoneamento Territorial SEDR/MMA
3º Raimunda Helena Nabum Gomes Chefe de Gabinete Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural e Sustentável	4º <i>Informo que o presente expediente foi incorporado ao processo nº 02000.0014521 2014-48</i> Ata,  18/11/2015 Felipe L. R. Barbosa Analista Ambiental - Siape 177815. DZI/SEDR/MMA
5º	6º



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO



OFÍCIO Nº 837/2015-GAB/SEPLAN

São Luís, 19 de outubro de 2015.

A Sua Senhoria o Senhor
CARLOS MÁRIO GUEDES DE GUEDES
Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
Ministério do Meio Ambiente
Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 7º Andar, Sala 700
CEP 70.060-900 – Brasília/DF

Senhor Secretário,

Encaminhamos à V.S^a, o **Macrozoneamento Ecológico–Econômico do Estado do Maranhão (MACROZEE/MA)**, elaborado na escala de 1:1.000.000, visando sua apreciação pela Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico Econômico do Território Nacional (CCZEE) e pelo Consórcio ZEE Brasil à luz dos dispositivos presentes na Lei Federal nº 12.651/2012(“novo” Código Florestal), no Decreto Federal nº 4.297/2002 e em outras normativas pertinentes.

Para tanto, seguem anexos em mídia digital (DVD), além dos relatórios produzidos ao longo da elaboração do referido instrumento, os documentos comprobatórios que atendem aos requisitos dispostos no art. 6º-B, incisos I e II, do Decreto Federal nº 4.297/2002, no caso: (i) a ata da reunião de aprovação do instrumento pela Comissão Estadual do ZEE(CEZEE) e pelo Comitê Técnico–Científico(CTC) e (ii) a Lei Estadual nº 10.316, de 17 de setembro de 2015 que instituiu o instrumento.

Convém ressaltar que, por ocasião da tramitação do então Projeto de Lei nº 053/2015 na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, foi proposto um substitutivo suprimindo as subzonas do projeto de lei original, de autoria do Poder Executivo. No entanto, em conformidade com o art. 11 do Decreto Federal nº 4.297/2002, entendemos que o presente instrumento de planejamento territorial se mantém aderente à metodologia unificada, o que reforça a necessidade de seu encaminhamento para apreciação de ambos os colegiados federais responsáveis para fins de uniformidade e compatibilização com as políticas públicas federais.



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO




Outrossim, informamos que o Zoneamento Ecológico – Econômico (ZEE) foi inserido no Projeto de Lei do Plano Plurianual do Estado do Maranhão para o período 2016-2019 ("Desenvolvimento e Justiça Social para Todos"), e consta no Anexo I (Orientações Estratégicas de Governo) como a 8ª Diretriz que visa garantir a preservação, conservação e utilização de forma sustentável das riquezas naturais, a ser observada quando da formulação das políticas públicas estaduais.

Ademais, no PPA 2016-2019 consta ainda a Ação 3205 – Melhoria da Gestão Territorial que objetiva a elaboração e gestão dos instrumentos de ZEE dentro do Programa 347 – Planejamento e Gestão Governamental sob a coordenação da Secretaria de Planejamento e Orçamento do Estado do Maranhão.

Por fim, registramos que as negociações para dar início ao detalhamento do ZEE, na escala de 1:250.000, estão sendo concluídas visando contribuir de forma ainda mais qualificada para o uso ordenado do território maranhense.

Atenciosamente,


CYNTHIA CELINA DE CARVALHO MOTA LIMA
Secretária de Estado do Planejamento
e Orçamento

COPIA



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO



ANEXOS DO OFÍCIO Nº 837/2015-GAB/SEPLAN

DVD 1:

1. DECRETO ESTADUAL Nº 29.359, DE 11 DE SETEMBRO DE 2013 – INSTITUI A CEZEE E O CTC
2. ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA CEZEE E CTC QUE APROVOU O MACROZEE/MA
3. LEI ESTADUAL Nº 10.316, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015 – INSTITUI O MACROZEE

DVD 2:

1. RELATÓRIOS DO MACROZEE
2. CARTOGRAMAS DO MACROZEE EM SHAPEFILES



Ministério do Meio Ambiente

Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano - Chefia de Gabinete

Protocolo Geral Nº 00000.031349/2015-00

Data do Protocolo: 13/11/2015

Hora do Protocolo: 12:00:23

Nº do Documento: 281

Data do Documento: 13/11/2015

Tipo do Documento: MEMORANDO

Procedência: [Departamento de Zoneamento Territorial]

Signatário/Cargo: Adalberto Eberhard Diretor do DZT

Resumo: Assinatura da nota técnica de análise do MacroZEE do Estado do Maranhão

Cadastramento: [Ministério do Meio Ambiente] [Departamento de Zoneamento Territorial] [Eliene Portela Nascimento] [3166]

REGISTRE A TRAMITAÇÃO. - TRAMITE O DOCUMENTO ORIGINAL. - RACIONALIZE: EVITE TIRAR CÓPIAS.

Data da Tramitação: 13/11/2015

Hora da Tramitação: 12:04:48

Destino: [Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano - Apoio Administrativo]

Despacho: Para análise e assinatura do Secretário da SRHU em minuta de nota técnica após solicitamos o envio da nota técnica assinada a este DZT, para demais providências.

Cad: st: [Ministério do Meio Ambiente] [Departamento de Zoneamento Territorial] [Eliene Portela Nascimento] [3166]
Rec: j: Até o momento não foi feito o recebimento eletrônico pela unidade.

REGISTRAR OS DOCUMENTOS ANEXADOS NAS TRAMITAÇÕES

DOCUMENTOS APENSADOS

1º Ao DZT / SEDR para providências necessárias.
16/11/15

Gustavo Santos Moraes
Chefe de Gabinete Substituto SRHU/MMA

2º Licença de ZEE para as providências
18/11/15

Adalberto Eberhard
Diretor do Departamento de Zoneamento Territorial
SEDR/MMA

3º Informo que o presente expediente foi em
L. Ordo ao processo nº 0000.001452/2014-18

Ass,

18/11/15
Felipe Barbosa
Analista Ambiental - Siape 177815.
DZT/SEDR/MMA

5º

6º



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
DEPARTAMENTO DE ZONEAMENTO TERRITORIAL
SEPN 505, Ed. Marie Prendi Cruz – 1º andar – Sala 113 – Brasília/DF – CEP: 70.730-542
Tel: (61) 2028-1364/1379

URGENTE

MMA/Departamento: DZT
31349/2015
De: 13/11/15
Eliene

Memorando nº 281 /2015/DZT/SEDR/MMA

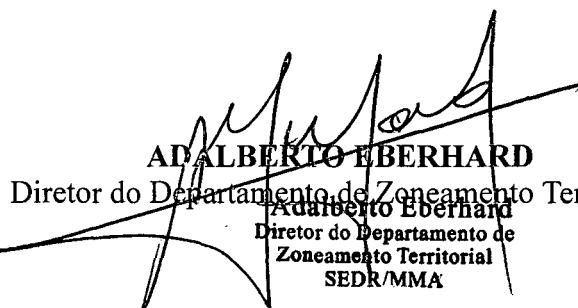
Em: 13 de novembro de 2015

Ao Sr. Chefe de Gabinete da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano

Assunto: Assinatura da nota técnica de análise do MacroZEE do Estado do Maranhão

1. Solicitamos a gentileza de colher a assinatura do Senhor Secretário e proceder com a numeração da nota técnica que segue anexa a este expediente, contendo a análise do MacroZEE do Estado do Maranhão à luz das disposições do decreto nº 4.297/2002 e das Diretrizes Metodológicas para o ZEE do Brasil.
2. O referido MacroZEE será objeto de discussão na próxima reunião da Comissão Coordenadora do ZEE do Território Nacional (CCZEE), para fins de reconhecimento da União e compatibilização com as políticas públicas federais.
3. Por fim, gostaríamos de requisitar o envio da nota técnica assinada a este Departamento, no que nos colocamos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,


ADALBERTO EBERHARD
Diretor do Departamento de Zoneamento Territorial
Adalberto Eberhard
Diretor do Departamento de
Zoneamento Territorial
SEDR/MMA



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
DEPARTAMENTO DE ZONEAMENTO TERRITORIAL

NOTA TÉCNICA nº 043/2015/GAB/SRHU/MMA

Brasília/DF, 13 de novembro de 2015.

ASSUNTO: Análise técnica do MacroZEE do Estado do Maranhão com vistas à apreciação e reconhecimento por parte da Comissão Coordenadora do ZEE do Território Nacional.

1. DESTINATÁRIO

Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional - CCZEE

2. INTERESSADO

Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento do Maranhão – Seplan/MA

3. REFERÊNCIA

3.1. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências;

3.2. Decreto s/nº, de 28 dezembro de 2001, dispõe sobre a Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional e o Grupo de Trabalho Permanente para a Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico, institui o Grupo de Trabalho Permanente para a Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico, denominado de Consórcio ZEE Brasil, e dá outras providências;

3.3. Decreto nº 4.297, de 10 de julho de 2002, que regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil – ZEE, e dá outras providências;

3.4. Decreto nº 6.666, de 27 de novembro de 2008, que dispõe sobre a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE, e dá outras providências;

3.5. Acórdão nº 2.468, de 21 de outubro de 2009, que trata da Auditoria de Natureza Operacional realizada sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE federal e dos estados pertencentes à Amazônia Legal, a fim de avaliar a eficácia da utilização do ZEE com instrumento nacional de planejamento estratégico e desenvolvimento territorial articulado da região;

3.6. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências;

3.7. Decreto Estadual nº 29.359, de 11 de setembro de 2013, que institui a Comissão Estadual do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) e o Comitê Técnico Científico do ZEE do Estado do Maranhão;

3.8. Lei Estadual nº 10.316, de 17 de setembro de 2015, que institui o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão e dá outras providências.

4. FUNDAMENTAÇÃO/ANÁLISE TÉCNICA/PARECER

4.1. Esta Nota Técnica tem por objetivo, em atendimento à demanda encaminhada à esse Ministério por intermédio do Ofício nº 837/2015-GAB/SEPLAN, de 19 de outubro de 2015, realizar análise técnica do Macrozoneamento Ecológico-Econômico (MacroZEE) do Estado do Maranhão à luz do decreto nº 4.297, de 10 de julho de 2002, que estabelece critérios para o ZEE do Brasil, e do documento Diretrizes Metodológicas para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil, elaborado pelo Grupo de Trabalho Permanente para a Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico, doravante Consórcio ZEE Brasil, e aprovado pela Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional (CCZEE) em 2006.

4.2. O mencionado expediente da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (Seplan) do Maranhão visa encaminhar as peças técnicas e políticas do supracitado MacroZEE visando sua apreciação pela CCZEE, à luz dos dispositivos presentes na lei nº 12.651/2012, conhecida como o “novo” Código Florestal, no decreto nº 4.297/2002, bem como em demais normativos pertinentes.

4.3. No intuito de subsidiar a análise por parte deste Departamento, a solicitante encaminhou, em mídia digital (DVD), os documentos comprobatórios relacionados aos requisitos dispostos no art. 6º-B, incisos I e II, do decreto nº 4.297/2002, no caso: (i) a ata da reunião de aprovação do instrumento pela Comissão Estadual do ZEE (CEZEE) e pelo seu grupo de assessoramento técnico, intitulado Comitê Técnico-Científico (CTC); e (ii) a lei estadual nº 10.316, de 17 de setembro de 2015, que institui o MacroZEE do Estado do Maranhão no regramento jurídico estadual. Além destes, também foram encaminhados os relatórios produzidos ao longo da elaboração do referido instrumento para análise técnica quanto à sinergia com a metodologia federal.

4.4. Conforme informado no ofício de encaminhamento dos autos, convém ressaltar que, por ocasião da tramitação do então projeto de lei nº 053/2015 na Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, foi proposto um substitutivo suprimindo as subzonas do projeto de lei originalmente encaminhado pelo Poder Executivo Estadual, o que se refletiu no escopo da lei nº 10.316/2015. No entanto, em conformidade com o art. 11 do decreto nº 4.297/2002, foi entendido que tal supressão não feriu os dispositivos legais da matéria em âmbito federal, o que reforçou a necessidade do encaminhamento do instrumento para apreciação

no nível federal para fins de uniformidade e compatibilização com as políticas públicas federais.

4.5. Ademais, foi informado que o MacroZEE do Estado do Maranhão foi inserido no escopo do projeto de lei do Plano Plurianual do Estado do Maranhão para o período 2016-2019 (“Desenvolvimento e Justiça Social para Todos”), especificamente no Anexo I (Orientações Estratégicas de Governo), como sua oitava diretriz, visando garantir a preservação, conservação e utilização de forma sustentável das riquezas naturais, a ser observada quando da formulação das políticas públicas estaduais. Além disso, ainda consta a Ação 3205 (Melhoria da Gestão Territorial) que objetiva a elaboração e gestão dos instrumentos de ZEE dentro do Programa 347 (Planejamento e Gestão Governamental), sob a coordenação da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento do Estado do Maranhão. Neste aspecto, observa-se que o MacroZEE do Estado do Maranhão já está influenciando o planejamento central do governo estadual, importante processo que visa fortalecer sua implementação.

4.6. Assim, cabe registrar que o Governo do Estado do Maranhão atualmente vem trabalhando no esforço de garantir o detalhamento do supramencionado MacroZEE, na escala de 1:250.000, de modo a consolidar ainda mais uma visão qualificada para o uso ordenado do território maranhense, tomado por base o princípio da sustentabilidade. A área compreendida pelo bioma amazônico no território maranhense será a primeira a ter seu ZEE na escala de 1:250.000 elaborado.

4.7. Visto o exposto, a presente análise possui duas finalidades principais: (i) verificar o atendimento, pelo MacroZEE do Estado do Maranhão, dos critérios previstos no decreto nº 4.297/2002, tendo em vista que a lei nº 12.651/2012 dispõe sobre a necessidade da elaboração e aprovação do ZEE por todas as unidades da federação em prazo de cinco anos e observando-se a metodologia unificada, estabelecida em norma federal (decreto nº 4.297/2002); e (ii) encaminhar e apresentar o MacroZEE do Estado do Maranhão à CCZEE, que tem como atribuições, dentre outras, reconhecer os ZEEs estaduais, regionais e locais para fins de uniformidade e compatibilização com as políticas públicas federais, contribuindo assim para o respeito ao pacto federativo e evitando conflitos relacionados ao uso e ocupação do território maranhense.

4.8. Cabe registrar que a análise técnica, ora em tela, foi realizada sobre o conjunto de relatórios encaminhados pela Seplan/MA, bem como demais documentos comprobatórios que visaram servir de requisito aos dispositivos legais previstos no art. 6-B do decreto nº 4.297/2002. Além disso, de modo complementar, foram consultados o acórdão nº 2.468/2009, do Tribunal de Contas da União (TCU) – que trata da auditoria de natureza operacional realizada sobre o ZEE, com foco na avaliação de sua eficácia enquanto instrumento de planejamento estratégico e de desenvolvimento territorial articulado na Amazônia Legal – e o decreto nº 6.666/2008, que institui a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (Inde). O quadro 1, a seguir, especifica os relatórios que foram objeto da presente análise técnica.

Quadro 1 – Relação dos relatórios elaborados pelo MacroZEE do Estado do Maranhão

Relatório	Nº de páginas
01 – Sumário Executivo	31
02 – Relatório de Planejamento	37
03 – Relatório do Banco de Dados	123
04 – Relatório do Diagnóstico (Volume 1)	447
05 – Relatório do Diagnóstico (Volume 2)	325
06 – Relatório Final	123
07 – Coleção de mapas temáticos	31

4.9. Antes de iniciar a análise propriamente dita, cabe registrar que o MacroZEE do Estado do Maranhão foi fruto de contratação específica de prestação de serviços de pesquisa realizado entre a Seplan/MA e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), unidade Monitoramento por Satélite (CNPQ), e também contou com o apoio da Embrapa Cacaos, secretarias de estado, entidades de planejamento, organizações civis, empresas públicas e privadas, além da Universidade Estadual do Maranhão (Uema).

4.10. Tendo o exposto, passa-se à análise.

4.11. De acordo com o decreto nº 4.297/2002, a elaboração do ZEE pelos estados, com o objetivo de seu reconhecimento pelo Poder Público Federal, deve adotar determinadas escalas de referência pré-estabelecidas na mencionada legislação, quais sejam:

Art. 6º-A. O ZEE, para fins de reconhecimento pelo Poder Público Federal, deverá gerar produtos e informações nas seguintes escalas:

III – ZEE dos Estados ou de Regiões nas escalas de referência de 1:1.000.000 à de 1:250.000, nas Macro Regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste e de 1:250.000 a 1:100.000 nas Macro Regiões Sudeste, Sul e na Zona Costeira;

4.12. Conforme consta nos documentos analisados, é possível verificar que o MacroZEE do Estado do Maranhão foi elaborado na escala cartográfica de referência de 1:1.000.000, visto seu caráter estratégico para a gestão do território maranhense, tipificando a primeira aproximação quanto ao planejamento e ordenamento territorial do estado.

4.13. Adicionalmente, conforme disposto no art. 6º-B do decreto nº 4.297/2002, a apreciação do ZEE dos estados pela União deve ser precedida por alguns requisitos:

Art. 6º-B. A União, para fins de uniformidade e compatibilização com as políticas públicas federais, poderá reconhecer os ZEE estaduais, regionais e locais, desde que tenham cumprido os seguintes requisitos:

I – referendados pela Comissão Estadual do ZEE;

II – aprovados pelas Assembleias Legislativas Estaduais; e

III – compatibilização com o ZEE estadual, nas hipóteses dos ZEE regionais e locais.

4.14. Em referência a estes requisitos legais, a Seplan/MA encaminhou a (i) ata da reunião conjunta da CEZEE e do CTC, instituídos pelo decreto estadual nº 29.359/2013, que comprova a apreciação e aprovação do instrumento no âmbito desse modelo de gestão e (ii) a cópia da lei estadual nº 10.316/2015 que institui o instrumento no regramento legal do estado.

4.15. Conforme explicado no parágrafo 4.4, o processo de tramitação do projeto de lei apresentado pelo Poder Executivo Estadual sofreu retificações por parte dos deputados, o que ocasionou a aprovação e sanção da citada lei referente ao MacroZEE do Estado do Maranhão com a supressão das subzonas de seu mapa de gestão. Entende-se que essa supressão não influencia o rigor metodológico do instrumento, que se mantém aderente à metodologia unificada. O decreto nº 4.297/2002, especificamente em seu art. 11, determina que o ZEE *"dividirá o território em zonas, de acordo com as necessidades de proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais e do desenvolvimento sustentável"*, direcionados pelo princípio da utilidade e da simplicidade. Assim, a legislação correlata ao tema determina apenas a necessidade da delimitação de zonas para garantir a aderência dos zoneamentos apresentados à União ao requisito imposto pelo art. 11 do citado decreto.

4.16. Além do atendimento dos requisitos abordados acima, para o reconhecimento do MacroZEE do Estado do Maranhão pela União, o decreto nº 4.297/2002 estipula a necessidade de observância de determinados pressupostos técnicos, institucionais e financeiros, a partir dos quais será feita a análise a seguir.

4.17. Dentre os pressupostos técnicos, os executores de ZEE deverão apresentar, conforme o art. 8 do decreto nº 4.297/2002:

- I – termo de referência detalhado;*
- II – equipe de coordenação composta por pessoal técnico habilitado;*
- III – compatibilidade metodológica com os princípios e critérios aprovados pela Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional, instituída pelo Decreto de 28 de dezembro de 2001;*
- IV – produtos gerados por meio do Sistema de Informações Geográficas, compatíveis com os padrões aprovados pela Comissão Coordenadora do ZEE;*
- V – entrada de dados no Sistema de Informações Geográficas compatíveis com as normas e padrões do Sistema Cartográfico Nacional;*
- VI – normatização técnica com base nos referenciais da Associação Brasileira de Normas Técnicas e da Comissão Nacional de Cartografia para produção e publicação de mapas e relatórios técnicos;*
- VII – compromisso de disponibilizar informações necessários à execução do ZEE; e*
- VIII – projeto específico de mobilização social e envolvimento de grupos sociais interessados.*

4.18. Tendo como referência o inciso I, entende-se que o referido requisito foi atendido na medida em que o relatório 02 (Planejamento), listado no quadro 1, trata das diferentes fases e etapas que foram executadas durante o processo de elaboração do MacroZEE. Esse

relatório sistematiza informações referentes às (i) articulações institucionais realizadas para a coexecução do projeto, (ii) mobilização de recursos, (iii) identificação de demandas a partir de reuniões técnicas com os atores envolvidos, bem como (iv) a consolidação das etapas do processo de zonificação, especificamente de diagnóstico, prognóstico e subsídios à implementação. Esse relatório apresenta as atividades, produtos e cronograma das atividades que foram elaboradas no âmbito do MacroZEE do Estado do Maranhão, caracterizando, assim, seu Termo de Referência (TdR). Por sua vez, o inciso II foi cumprido satisfatoriamente – tomando por base a análise do perfil dos especialistas, especialmente os da Embrapa CNPM, que participaram da elaboração dos relatórios encaminhados pela Seplan/MA -, enquanto a compatibilidade metodológica com os critérios aprovados pela CCZEE (inciso III) será melhor analisada nos parágrafos a seguir.

4.19. Quanto à especificação referente a utilização de Sistemas de Informação Geográfica (SIG), com vistas à geração de geoinformações vinculadas ao processo de ZEE, bem como a sua sistematização em Banco de Dados Geográficos (BDG), cabe registrar que consta detalhado no relatório 03 (Relatório do Banco de Dados) a documentação da organização das geoinformações usadas e geradas, inclusive com o catálogo de metadados, durante o processo de elaboração do MacroZEE do Estado do Maranhão. De acordo com as Diretrizes Metodológicas para o ZEE do Brasil, a constituição de banco de dados envolve as componentes cartográficas, descritivo-numéricas e documentais-textuais, sendo modelado a partir dos três grandes eixos temáticos que compõem a etapa de diagnóstico do ZEE – meio físico-biótico, dinâmica socioeconômica e organização jurídico-institucional. Nesse sentido, o citado relatório sistematiza as geoinformações provenientes do processo de zonificação conforme os citados grandes eixos temáticos.

4.20. Atualmente, o Governo Federal conta com a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (Inde), instituída pelo decreto nº 6.666/2008, com o objetivo de promover a utilização de padrões e normas homologados pela Comissão Nacional de Cartografia (Concar) na geração, armazenamento, acesso, compartilhamento, disseminação e uso dos dados geoespaciais de origem federal, estadual, distrital e municipal, em proveito do desenvolvimento do País. Busca-se evitar, assim, a duplicidade de ações e o desperdício de recursos na obtenção de dados geoespaciais pelos órgãos da administração pública, por meio da divulgação dos metadados relativos a esses dados disponíveis nas entidades e nos órgãos públicos das esferas federal, estadual, distrital e municipal, de forma livre e sem ônus para o usuário devidamente identificado.

4.21. Nesse sentido, a Embrapa CNPM disponibilizou os dados geoespaciais durante o processo de elaboração do MacroZEE do Estado do Maranhão utilizando a solução informacional *Geonode*¹ (<http://inga.cnpm.embrapa.br/search/?q=MacroZEE>), que permitiu o compartilhamento das respectivas geoinformações temáticas entre os atores envolvidos no processo, adotando, assim, os padrões e normas estabelecidos pelas Diretrizes Metodológicas para o ZEE do Brasil e pela Inde. Cabe acrescentar que, recentemente, a Seplan/MA encaminhou os respectivos dados geoespaciais utilizados e elaborados pelo processo de zonificação do estado ao MMA e à Embrapa Informática (CNPTIA) - <http://www.amazonia.cnptia.embrapa.br/index.html> - no intuito de disponibilizá-los no

¹ Solução *web* que permite a sistematização, o armazenamento e o compartilhamento de geoinformações e seus respectivos metadados, conforme os padrões estabelecidos (<http://geonode.org/>).

Sistema Interativo de Análise Geoespacial da Amazônia Legal (SIAGEO), que vem sendo desenvolvido para sistematizar, organizar e disponibilizar os diversos dados geoespaciais relacionados aos ZEEs no âmbito da Amazônia Legal. Assim, entende-se como satisfatório o atendimento ao disposto no inciso VII do art. 8º do decreto nº 4.297/2002, que estabelece o compromisso institucional em disponibilizar as informações utilizadas na execução do ZEE.

4.22. Em referência ao inciso VI do mesmo artigo, que versa sobre a necessidade de normatização dos relatórios e produtos cartográficos às especificações estabelecidas, respectivamente, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e pela Concar, entende-se como satisfatório o atendimento aos citados referenciais, especialmente quanto aos produtos cartográficos apresentados no escopo do relatório 07 (Coleção de mapas temáticos do MacroZEE do Maranhão), que apresentam informações de escala de apresentação, legenda, fonte dos dados, sistema de coordenadas e referencial horizontal (no caso padronizado em *World Geodetic System - WGS 84*).

4.23. Por fim, no que tange à mobilização social e ao envolvimento dos grupos sociais interessados, conforme preceitua o art. 5º, incisos XIV e XXXIII, da Constituição Federal, consta registrado no relatório 06 (Relatório Final), bem como no relatório 01 (Sumário Executivo), a realização de quatro consultas públicas em municípios com representatividade regional – Imperatriz, Balsas, Chapadinha e São Luís – no intuito de apresentação dos resultados preliminares, à época, e de incorporação de sugestões para a realização de ajustes pertinentes visando o aprimoramento dos limites das zonas e subzonas, bem como das diretrizes gerais do instrumento. No total, foi registrada a participação de 474 pessoas, que representaram 256 entidades, compostas de ampla diversidade de segmentos, tais como órgãos de governo, bancos, federações, comitês de bacias, cooperativas, entidades empresariais, ONGs, dentre outras. Além das consultas públicas citadas, o processo também contou com processo de elaboração de cenários prospectivos, que adotaram metodologia participativa e descentralizada entre os diversos atores, governamentais e não-governamentais, envolvidos nesse processo de planejamento futuro. Nesse sentido, entende-se como satisfatório o atendimento ao respectivo dispositivo do decreto nº 4.297/2002.

4.24. Em relação aos pressupostos institucionais, o artigo 9º do decreto nº 4.297/2002 prevê que as ações seguintes devem ser empreendidas:

- I – arranjos institucionais destinados a segurar a inserção do ZEE em programas de gestão territorial. Mediante a criação de comissão de coordenação estadual, com caráter deliberativo e participativo, e de coordenação técnica, com equipe multidisciplinar;*
- II – base de informações compartilhadas entre os diversos órgãos da administração pública;*
- III – proposta de divulgação da base de dados e dos resultados do ZEE; e*
- IV – compromisso de encaminhamento periódico dos resultados e produtos gerados à Comissão Coordenadora do ZEE;*

4.25. No que se refere aos arranjos institucionais destinados a assegurar a inserção do MacroZEE do Estado do Maranhão em programas e planos de gestão territorial, e fazendo

referência ao exposto nos parágrafos 4.3 e 4.5, cabe registrar que foram instituídos dois colegiados estaduais, a saber: (i) a CEZEE, encarregada em planejar, coordenar, acompanhar, avaliar e referendar a elaboração e implementação do MacroZEE do estado; e (ii) o CTC, cuja finalidade é prestar assessoria técnica à CEZEE. Ademais, fica evidente a sinergia estrutural entre o modelo de gestão instituído pelo estado e o modelo de gestão federal (CCZEE e o Consórcio ZEE Brasil), o que garante a elaboração do instrumento de forma descentralizada e participativa entre diversos setores de governo. Nesse sentido, entende-se como satisfatório o arranjo institucional estruturado para a elaboração e implementação do MacroZEE do Estado do Maranhão, bem como de suas futuras etapas de detalhamento.

4.26. Os incisos II e III do art. 9º do decreto nº 4.297/2002 já foram abordados nos parágrafos anteriores, sendo pertinente, ainda, a sugestão adicional à Seplan/MA de que devem ser envidados esforços para a realização de cursos de capacitação de gestores e técnicos estaduais e locais, de modo a torná-los aptos a aplicarem o MacroZEE em suas rotinas de planejamento.

4.27. Finalmente, cabe destacar a importância da previsão, expressa no inciso IV do art. 9º do decreto nº 4.297/2002, do encaminhamento periódico dos resultados e dos produtos gerados pelo MacroZEE do estado à CCZEE. O Consórcio ZEE Brasil pode, inclusive, auxiliar o Estado no estabelecimento de metodologia para o monitoramento e a avaliação da adequação dos planos, programas e políticas estaduais às disposições do respectivo instrumento de planejamento e ordenamento territorial.

4.28. Conforme dispõe o art. 10 do decreto nº 4.297/2002, os pressupostos financeiros são regidos pela legislação pertinente e, assim, não serão objeto de avaliação da presente manifestação.

4.29. Em relação ao conteúdo do MacroZEE do Estado do Maranhão, e de acordo com o art. 12 do decreto nº 4.297/2002, a definição de cada zona deve observar, no mínimo:

I – diagnóstico dos recursos naturais, da sócio-economia e do marco jurídico-institucional;

II – informações constantes do Sistema de Informações Geográficas;

III – cenários tendenciais e alternativos; e

IV – Diretrizes Gerais e Específicas, nos termos do art. 14 deste Decreto.

4.30. Tendo em vista que o inciso II já foi discutido anteriormente e que os incisos I e IV serão melhor analisados a seguir, resta verificar de que forma os cenários tendenciais e alternativos foram considerados na elaboração do MacroZEE do Estado do Maranhão.

4.31. A utilização de métodos de cenarização prospectiva em instrumentos de planejamento, e especificamente em processos de ZEE, tem o intuito de identificar ameaças e oportunidades decorrentes das variações de contextos futuros, logicamente construídos. Os cenários, em sua vertente tendencial e/ou alternativa, orientam a tomada de decisão com vistas à formulação de estratégias alternativas de ocupação e uso do solo, identificando as pressões atuais sobre o território e elencando caminhos possíveis, no intervalo de tempo considerado, ao planejamento esperado. Nesse sentido, auxilia a dar respostas às

necessidades de novas informações, pesquisas, proposição de ações e articulações político-institucionais para a execução e implementação do ZEE, e contribui sobremaneira no processo de definição das zonas e subzonas, bem como de suas diretrizes estratégicas.

4.32. No contexto do MacroZEE do Estado do Maranhão, os cenários foram articulados para o ano de 2030, buscando identificar as possíveis evoluções do estado, de sua situação atual até o limite temporal estabelecido. Para tanto, foram considerados vetores de pressão que influenciam o dinamismo territorial do estado, no caso obras planejadas no Plano Nacional de Logística de Transportes (PNLT), no Programa Estadual Viva Maranhão e no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2). A metodologia adotada no processo de cenarização envolveu o aspecto de construção participativa com atores estratégicos, previamente identificados, provenientes de órgãos públicos estaduais e federais, universidades e instituições de pesquisa, associações patronais, consórcios/federações de municípios e ONGs ambientais. A partir da relação entre os atores envolvidos, bem como da identificação das variáveis determinantes e condicionantes para o dinamismo territorial do estado, o processo resultou na elaboração de três cenários prospectivos, que expressavam as possibilidades existentes com foco, de um lado, a um estado desenvolvido e sustentável, e por outro, a um contexto de crise. Nesse sentido, entende-se que a metodologia utilizada e os resultados alcançados estão aderentes aos preceitos metodológicos estabelecidos pelas Diretrizes Metodológicas para o ZEE do Brasil e atendem, portanto, ao dispositivo previsto no inciso III do art. 12 do decreto nº 4.297/2002.

4.33. A elaboração do diagnóstico a que se refere o inciso I do art. 12 do decreto nº 4.297/2002 deverá obedecer aos requisitos constantes no art. 13 do mesmo decreto, listados abaixo, bem como as Diretrizes Metodológicas para o ZEE do Brasil:

- I – Unidades dos Sistemas Ambientais, definidas a partir da integração entre os componentes da natureza;*
- II – Potencialidade Natural, definida pelos serviços ambientais dos ecossistemas e pelos recursos naturais disponíveis, incluindo, entre outros, a aptidão agrícola, o potencial madeireiro e o potencial de produtos florestais não-madeireiros, que inclui o potencial madeireiro para a exploração de produtos derivados da biodiversidade;*
- III – Fragilidade Natural Potencial, definida por indicadores de perda da biodiversidade, vulnerabilidade natural à perda de solo, quantidade e qualidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos;*
- IV – indicação de corredores ecológicos;*
- V – tendências de ocupação e articulação regional, definidas em função das tendências de uso da terra, dos fluxos econômicos e populacionais, da localização das infra-estruturas e circulação da informação;*
- VI – condições de vida da população, definidas pelos indicadores de condições de vida, da situação da saúde, educação, mercado de trabalho e saneamento básico;*
- VII – incompatibilidades legais, definidas pela situação das áreas legalmente protegidas e o tipo de ocupação que elas vêm sofrendo; e*
- VIII – áreas institucionais, definidas pelo mapeamento das terras indígenas, unidades de conservação e áreas de fronteira;*

4.34. Os incisos dispostos acima podem ser aglomerados segundo os grandes eixos temáticos do diagnóstico do ZEE – meio físico-biótico (I a IV), dinâmica socioeconômica (V e IV) e organização jurídico-institucional (VII e VIII) – e serão analisados, portanto, de acordo com esses grupos.

4.35. Segundo as Diretrizes Metodológicas para o ZEE do Brasil, o diagnóstico do meio físico-biótico deve conter a interpretação e coleta de dados geológicos, geomorfológicos, pedológicos, climatológicos, de biodiversidade e hidrológicos, resultando na identificação de unidades dos sistemas ambientais a partir da detecção da integridade dos sistemas naturais, com suas potencialidades e limitações.

4.36. Em relação ao MacroZEE do Estado do Maranhão, pode-se tecer alguns comentários acerca dos diagnósticos relacionados ao meio físico-biótico, conforme expresso no quadro 2 a seguir:

Quadro 2 – Considerações sobre os diagnósticos do meio físico-biótico do MacroZEE do Estado do Maranhão

Temas	Considerações sobre o diagnóstico temático
Clima	No aspecto climático, o relatório apresenta uma descrição detalhada referente as condições de precipitação, temperatura, umidade relativa do ar, deficiência hídrica, evapotranspiração e excedente hídrico, bem como a distribuição regional do clima. O relatório, além da descrição textual desse aspecto físico, apresenta a informação em produtos cartográficos, utilizando, basicamente, dados da UEMA/NUGEO (2009).
Geologia	No aspecto geológico, o relatório apresenta e descreve as diferentes unidades geológicas, tomando por base dados da CPRM (2013), que se encontram no contexto do estado, além de informar um pouco de sua própria formação geológica. Além disso, existe a apresentação da informação utilizando produtos cartográficos.
Geomorfologia	O relatório apresenta e descreve, em seção específica, a caracterização geomorfológica do estado do Maranhão e detalha cada um de seus 19 domínios geomorfológicos, segundo os padrões de declividade e amplitude topográfica. Apresenta produtos cartográficos com essas informações, cuja fonte é a CPRM (2013).
Pedologia	Essa seção específica do relatório apresenta e descreve as principais classes de solo que se encontram no estado do Maranhão, tomando por base informações provenientes da própria Embrapa e da Sudene (1986). A seção também conta com produto cartográfico que espacializa tais classes de solo.
Recursos hídricos	Essa seção apresenta e descreve: (i) as principais bacias hidrográficas que se encontram inseridas no contexto do estado do Maranhão; (ii) a disponibilidade hídrica regionalizada, proveniente de relatórios da Agência Nacional das Águas (ANA) referentes ao ano de 2012; (iii) a demanda total registrada pela ANA em 2012 de recursos hídricos; (iv) bem como informações referentes a qualidade e quantidade de recursos hídricos subterrâneos, contando com informações provenientes da CPRM (2013). De certa forma, essa seção avança no requisito “Qualidade e quantidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos” previsto no inciso III do art. 13 do decreto nº 4.297/02.
Vegetação	A seção apresenta as principais formações vegetacionais que ocorrem no estado do Maranhão, bem como a estimativa de remanescentes de cobertura vegetal provenientes de dados do Ibama (2010).
Fauna	Tomando por base diversos estudos acadêmicos, o relatório apresenta e descreve as principais ocorrências de fauna no contexto do estado do Maranhão, considerando especificamente a ictiofauna, herpetofauna, avifauna, mastofauna. Também descreve os ecossistemas aquáticos, tanto costeiros e marinhos quanto continentais.

4.37. Além das informações provenientes das temáticas apresentadas no quadro acima, o diagnóstico também apresentou e descreveu informações relativas às áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade (importância biológica e prioridades de ação), elaboradas pelo Ministério do Meio Ambiente em 2007, bem como a disposição espacial das áreas institucionalmente estabelecidas – unidades de conservação e terras indígenas.

4.38. No intuito de identificar e estabelecer as unidades dos sistemas ambientais nos diferentes espaços, conforme disposto no inciso I do art. 13 do decreto nº 4.297/2002, o relatório informa que foram utilizadas as compartimentações de 28 sistemas naturais identificados pelas semelhanças de seus componentes físicos e bióticos, provenientes do Projeto Zoneamento Geoambiental do Estado do Maranhão, elaborado em 1997. Tais unidades foram utilizadas e representadas espacialmente em produto cartográfico específico para servir como base para as respectivas sínteses temáticas realizadas no âmbito do relatório de

diagnóstico. O estabelecimento de unidades de paisagem permite reconhecer e delimitar áreas com estrutura e funcionamento semelhantes, constituindo unidades territoriais que, para a definição de diretrizes, podem ser consideradas homogêneas, dentro de determinada escala de análise da paisagem. Nesse sentido, entende-se que o MacroZEE do Estado do Maranhão atende o disposto no inciso I do mencionado artigo.

4.39. No que tange aos incisos II (potencialidade natural) e III (fragilidade natural potencial) do art. 13 do decreto nº 4.297/2002, contata-se que o relatório referente ao diagnóstico aborda as temáticas apontadas no escopo do citado decreto. Por parte do potencial natural do Estado do Maranhão, foram trabalhadas temáticas como: (i) serviços ecossistêmicos e os recursos naturais disponíveis, este último pelo cruzamento entre remanescentes de vegetação natural e áreas especialmente protegidas (UCs e TIs); (ii) a aptidão agrícola dos solos, inclusive espacializando os diferentes níveis de manejo e suas classes de aptidão, conforme o sistema de avaliação da aptidão agrícola das terras; e (iii) o potencial madeireiro e o potencial de produtos florestais não madeireiros, expressos em extração vegetal, fibras, produtos aromáticos, oleaginosas, carvão vegetal, lenha, madeira em tora, dentre outros. Visto o exposto, entende-se que as informações e diagnósticos elaborados nessa seção do relatório são satisfatórios para atender ao inciso II do art. 13 do mencionado decreto.

4.40. Por sua vez, a seção referente à fragilidade natural potencial do Estado do Maranhão apresenta os seguintes agrupamentos de informações e estimativas: (i) indicadores de perda da biodiversidade, que em essência são o cruzamento das UCs, TIs e as áreas de desmatamento acumuladas entre 2002 e 2010; (ii) vulnerabilidade natural à perda de solos, estimativa que adotou a metodologia tradicionalmente empregada nos processos de ZEE, apresentando especialmente as diferentes classes de vulnerabilidade e estabilidade à erosão do terreno, tomando por base a integração das cinco temáticas (geologia, geomorfologia, solos, vegetação/uso da terra e clima), inclusive realizando análise síntese dos resultados por sistema ambiental, unidades homogêneas da paisagem previamente apresentadas; e, por fim, (iii) estimativas quanto à quantidade e qualidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, cujas informações foram provenientes da ANA e da CPRM, conforme apresentado no quadro acima. Nesse sentido, e ante o exposto, entende-se que as informações e diagnósticos elaborados nessa seção do relatório são satisfatórios para atender ao inciso III do art. 13 do decreto nº 4.297/2002.

4.41. Quanto ao atendimento previsto no inciso IV do art. 13, que expressa a necessidade de indicação de corredores ecológicos a partir dos dados e informações do ZEE, entende-se que essa informação é primordial para o estado garantir a qualidade de seus ecossistemas. Nesse sentido, e visto o caráter estratégico do presente MacroZEE, entende-se que essa temática pode ser melhor trabalhada em posteriores detalhamentos do ZEE, em escalas mais adequadas para a utilização da abordagem de análise de paisagem e fragmentos florestais, a título de exemplo.

4.42. Por sua vez, o estudo da dinâmica socioeconômica (incisos V e VI) – por meio da análise do uso da terra, dos fluxos econômicos e populacionais, da localização das infraestruturas, da circulação da informação e das condições de vida da população – busca entender o processo de ocupação territorial e de uso dos recursos naturais, considerando a forma como a ação dos agentes sociais se manifesta no território.

4.43. De forma geral, o relatório referente ao diagnóstico socioeconômico do Estado do Maranhão é bastante abrangente e rico em informações essenciais à gestão estadual, perpassando as temáticas elencadas tanto no decreto nº 4.297/2002 (art. 13, incisos V e VI) quanto das atuais Diretrizes Metodológicas para o ZEE do Brasil. O relatório inicia com uma contextualização do Estado do Maranhão e seu processo histórico de ocupação passando, na sequência, a tratar de assuntos como: (i) a economia estadual, incluindo a produção agrícola, aspectos fundiários, construção civil, vendas do comércio, inadimplência, mercado de trabalho, Produto Interno Bruto (PIB), inflação, comércio exterior, transferências de recursos constitucionais e receitas estaduais; (ii) a infraestrutura instalada e projetada, incluindo as modais aeroviárias, hidrovias, ferroviárias, rodoviárias e portos, bem como a localização e investimentos relacionados à energia, indústria (distritos industriais) e polo petroquímico; (iii) os aspectos relacionados à educação, tais como educação profissionalizante e mercado de trabalho; (iv) aspectos demográficos e populacionais; (v) hierarquia de cidades; (vi) saúde e saneamento básico; (vii) Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); (viii) bem como demais temáticas relacionadas à dimensão socioeconômica do estado. Ademais, o relatório também apresenta diversos índices agregados referentes a aspectos econômicos, sociais e, de certa forma, ambientais, cujas metodologias de elaboração estão detalhadas no escopo do relatório. Por fim, constam mapeados os principais fluxos das cadeias produtivas instaladas no Estado do Maranhão. Desta forma, entende-se que as informações elencadas estão satisfatórias para atender aos citados incisos V e VI do art. 13 do decreto nº 4.297/2002.

4.44. O inciso VII do art. 13 trata da necessidade de elaboração do produto intitulado “incompatibilidades legais”, definidas pela situação das áreas legalmente protegidas e o tipo de ocupação que elas vêm sofrendo. Essa inferência espacial é de suma importância para identificar os possíveis conflitos existentes entre o uso do território, por um lado, e sua destinação legal e institucional, por outro. O relatório que contém a dimensão socioeconômica apresenta uma análise das incompatibilidades legais quanto à situação atual do uso e ocupação do solo, proveniente de mapeamento realizado no âmbito do processo de zonificação pela Embrapa CNPM, e a destinação específica dada pelas tipologias de UCs, bem como das TIs. Mesmo com o produto estabelecido, entende-se que as análises realizadas necessitam de detalhamento e aprofundamento, já que apenas a Reserva Biológica do Gurupi e o Parque Estadual do Mirador foram objeto de análise. Neste sentido, sugere-se que seja complementada a análise de incompatibilidades legais para as demais áreas especialmente protegidas, sejam UCs ou TIs.

4.45. Por fim, o inciso VIII do art. 13 trata das áreas institucionais, definidas pelo mapeamento das terras indígenas (TI), unidades de conservação (UC) e áreas de fronteira. Entende-se, visto o apresentado nos relatórios quanto à essa temática, que o inciso foi satisfatoriamente atendido.

4.46. A seção referente à dimensão jurídico-institucional trata dos planos, programas, projetos e demais normativos que, de alguma forma, influenciam a dinâmica territorial no momento de suas implementações. Essa seção envolve a descrição dos aspectos normativos referentes ao ZEE, bem como a identificação das principais políticas, planos e programas com impactos no planejamento ambiental e territorial do Estado do Maranhão e, conforme estabelecido nas Diretrizes Metodológicas para o ZEE do Brasil, estão em sinergia e aderentes às respectivas previsões metodológicas.

4.47. A correlação dos produtos do diagnóstico do meio físico-biótico, da dinâmica socioeconômica e da organização jurídico-institucional apresenta a situação do território naquele determinado momento abordado pelos estudos. Assim, a partir da análise da situação atual e da proposição de cenários tendenciais e alternativos, são estabelecidas as zonas ecológico-econômicas, com as respectivas diretrizes gerais e específicas contendo as intervenções propostas para minimizar ou afastar os problemas e conflitos diagnosticados e utilizar, de forma racional, as potencialidades de cada zona.

4.48. Segundo o art. 14 do decreto nº 4.297/2002, as diretrizes gerais e específicas deverão conter, no mínimo:

I – atividades adequadas a cada zona, de acordo com sua fragilidade ecológica, capacidade de suporte ambiental e potencialidades;

II – necessidades de proteção ambiental e conservação das águas, do solo, do subsolo, da fauna e flora e demais recursos naturais renováveis e não-renováveis;

III – definição de áreas para unidades de conservação, de proteção integral e de uso sustentável;

IV – critérios para orientar as atividades madeireira e não-madeireira, agrícola, pecuária, pesqueira e de piscicultura, de urbanização, de industrialização, de mineração e de outras opções de uso dos recursos ambientais;

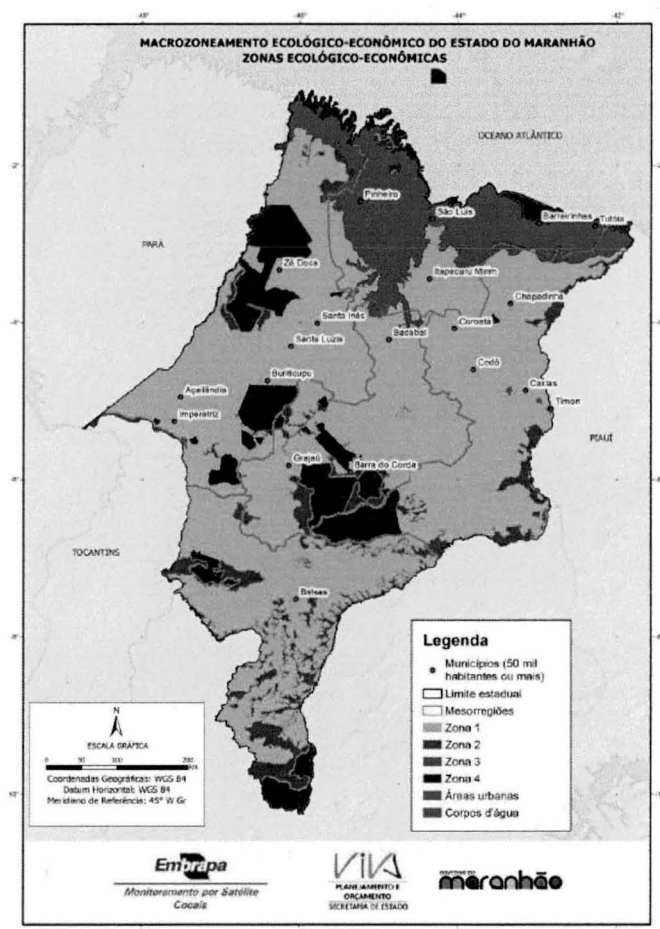
V – medidas destinadas a promover, de forma ordenada e integrada, o desenvolvimento ecológico e economicamente sustentável do setor rural, com o objetivo de melhorar a convivência entre a população e os recursos ambientais, inclusive com a previsão de diretrizes para implantação de infra-estrutura de fomento às atividades econômicas;

VI – medidas de controle e de ajustamento de planos de zoneamento de atividades econômicas e sociais resultantes das iniciativas dos municípios, visando a compatibilizar, no interesse da proteção ambiental, usos conflitantes em espaços municipais contíguos e a integrar iniciativas regionais amplas e não restritivas às cidades; e

VII – planos, programas e projetos dos governos federal, estadual e municipal, bem como suas respectivas fontes de recursos com vistas a viabilizar as atividades apontadas como adequadas a cada zona.

4.49. Após a elaboração dos relatórios referentes ao planejamento das atividades, aos diagnósticos do meio-físico-biótico, socioeconômico e jurídico-institucional, à elaboração de cenários prospectivos, consta apresentado no relatório 06 (Relatório Final) a definição das zonas e subzonas elaboradas pelo processo de zonificação, bem como o estabelecimento das diretrizes gerais e específicas do instrumento. A seguir são apresentados o mapa 1 e o quadro 3, mostrando as zonas estabelecidas pelo MacroZEE do Estado do Maranhão.

Mapa 1 – Zonas Ecológico-Econômicas do MacroZEE do Estado do Maranhão



Quadro 3 – Descrição das zonas do MacroZEE do Estado do Maranhão

Zona	Descrição das Zonas
1 – Consolidação e expansão dos sistemas sustentáveis de produção	Maior potencialidade social e menor vulnerabilidade ambiental. Áreas de uso agropecuário, industrial, mineração, agroflorestal e florestal, com graus variáveis de ocupação e potencialidade social e de vulnerabilidade ambiental que caracterizam suas subzonas. Em geral, são áreas associadas, em diferentes níveis, às frentes de consolidação/expansão e conversão das áreas naturais para o desenvolvimento de atividades agropecuárias, industriais, florestais e minerárias.
2 – Uso sustentável dos recursos naturais	Menor potencialidade social e maior vulnerabilidade ambiental. Áreas com alto potencial dos recursos naturais, em muitos casos consideradas relevantes na conservação e preservação ambiental dada a sua vulnerabilidade natural, beleza cênica ou localização.
3 – Áreas de influência costeira	Áreas caracterizadas por baixada litorânea, planície de deflação, áreas de dunas e áreas tabulares costeiras do Estado do Maranhão, complexos estuarinos, restingas, manguezais, praias, baías, ilhas, enseadas, dunas fixas e móveis, sistemas deltaicos, estuarinos e bacias lacustres. São áreas com potencial social predominantemente baixo, caracterizadas por processos centenários de ocupação e uso por populações tradicionais (pescadores artesanais, quilombolas e comunidades indígenas). Várias dessas áreas são objeto de projetos e planos de desenvolvimento em andamento para o aproveitamento dos recursos naturais.
4 – Áreas institucionais e usos espaciais	Áreas institucionais, constituídas pelas áreas protegidas de uso restrito e controlado, previstas em lei e instituídas pela União, pelo estado ou municípios. Uso e restrições definidos por legislação específica.
Áreas urbanas	Constituídas por áreas compreendidas no perímetro urbano dos municípios

	com as maiores densidades populacionais do Estado do Maranhão.
Corpos d'água	Constituídas por áreas compreendidas por rios, lagos e represas.

4.50. Tal como previamente indicado, o processo de zonificação resultou em diretrizes gerais – que perpassam as naturezas (i) socioeconômica e cultural, (ii) tecnológica e de infraestrutura, (iii) ambiental e (iv) institucional – e específicas elencadas em cada uma das quatro zonas. Cabe ressaltar que, visto o processo de instituição do respectivo marco legal estadual referente ao MacroZEE do Estado do Maranhão, essa manifestação técnica não irá abordar as subzonas, previstas nos relatórios encaminhados pela Seplan/MA, limitando-se a análise de atendimento aos preceitos do decreto nº 4.297/2002 apenas às diretrizes gerais e específicas, conforme mencionado anteriormente.

4.51. De forma geral, tanto as diretrizes gerais quanto as específicas, relacionadas à cada uma das quatro zonas estabelecidas, perpassam os critérios mínimos estabelecidos no âmbito do art. 14 do decreto nº 4.297/2002. Cabe registrar apenas a indefinição, por parte do instrumento, da indicação de áreas para unidades de conservação, seja de proteção integral ou de uso sustentável (inciso III).

4.52. Por fim, é de suma importância que a Seplan/MA estabeleça um plano de ação de caráter operativo, contendo responsáveis, fontes de recurso e prazos, dentre outros aspectos que venham a ser identificados, com vistas a viabilizar a implementação adequada de cada diretriz estabelecida no âmbito das zonas. Esse requisito visa atender o disposto no inciso VII do art. 14 do decreto nº 4.297/2002.

5. CONCLUSÃO

5.1. Visto o exposto na seção 4, a presente manifestação técnica teve por objetivo sistematizar contribuições com vistas a subsidiar o processo de reconhecimento do MacroZEE do Estado do Maranhão junto à Comissão Coordenadora do ZEE do Território Nacional, conforme os dispositivos presentes no decreto nº 4.297/2002 e nas demais legislações correlatas a matéria.

5.2. Cabe destacar as sugestões levantadas no intuito de aprimorar e contribuir para o processo de zonificação ecológica-econômica do Estado do Maranhão, a saber:

(i) sugerir à Seplan/MA a realização de cursos de capacitação de gestores e técnicos estaduais e locais, de modo a torná-los aptos a aplicarem do MacroZEE em suas rotinas de planejamento, conforme os incisos II e III do art. 9º do decreto nº 4.297/2002;

(ii) solicitar à Seplan/MA que firme compromisso de encaminhamento periódico dos resultados e produtos gerados à CCZEE, observando o inciso IV do art. 9º do decreto nº 4.297/2002;

(iii) solicitar à Seplan/MA o detalhamento das indicações com vistas à instituição de corredores ecológicos, em conformidade com o inciso IV do art. 13 do decreto nº 4.297/02, nos posteriores processos de detalhamento da agenda do ZEE no Estado do Maranhão, na escala de 1:250.000 ou maiores;

(iv) solicitar à Seplan/MA que seja complementada a análise de incompatibilidades legais para as demais áreas especialmente protegidas, sejam UCs ou TIs;

(v) solicitar à Seplan/MA a indicação, nas respectivas zonas estabelecidas, das áreas para unidades de conservação, seja de proteção integral ou de uso sustentável, em conformidade com o art. 14, inciso III; e

(vi) sugerir à Seplan/MA o estabelecimento de um plano de ação de caráter operativo com vistas a viabilizar a implementação adequada do instrumento, em conformidade com o inciso VII do art. 14 do decreto nº 4.297/02.

5.3. Nesse sentido, esta nota técnica é favorável ao reconhecimento do MacroZEE do Estado Maranhão e sugere o encaminhamento dos respectivos relatórios e documentos comprobatórios, enviados previamente pela Seplan/MA (Ofício nº 837/2015-GAB/SEPLAN, de 19 de outubro de 2015), à CCZEE para os encaminhamentos que se fizerem necessários.

Para consideração superior.


BRUNO SIQUEIRA ABE SABER MIGUEL
Gerente de Projeto

De acordo.

Bruno Abe Saber Miguel
Gerente do Programa ZEE Brasil
MMA


ADALBERTO EBERHARD

Diretor do Departamento de Zoneamento Territorial

Diretor do Departamento de
Zoneamento Territorial
SEDR/MMA

De acordo. Encaminhe-se para as providências necessárias.


MARCELO JORGE MEDEIROS

Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano Substituto

(Portaria n.º 351, de 27/08/2013 – DOU, seção 2, pg. 50, 28/08/2013)



MMA

TERMO DE ENCERRAMENTO DE TRÂMITE FÍSICO



Processo nº 02000.001452/2014-48

Interessado: DEPARTAMENTO DE GESTAO AMBIENTAL TERRITORIAL

- Aos 04 dias do mês de julho de 2017, procedemos o encerramento deste Volume nº I do Processo nº 02000.001452/2014-48 contendo 89 folhas, encerrando o trâmite do processo físico e abrindo-se em seguida o trâmite do processo eletrônico no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações – SEI/MMA.
- O processo será encaminhado para o procedimento de digitalização onde será devidamente convertido do suporte físico para eletrônico no SEI, mantendo o mesmo número do processo físico (NUP) e mesmo interessado. E serão imediatamente transferidos ao Arquivo Central para devido arquivamento e guarda, em conformidade com os prazos estabelecidos na Tabela de Temporalidade de Documentos.
- Fica vedada qualquer juntada física de novos documentos, para, a partir de então, ter continuidade de sua instrução e tramitação somente em suporte digital por meio do SEI/MMA.



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Lima Ramos Barbosa, Analista Ambiental**, em 04/07/2017, às 14:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.mma.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0000856** e o código CRC **7DA997B2**.

Referência: Processo nº 02000.001452/2014-48

SEI nº 0000856